

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO ANTONIO EGERT

A BALBÚRDIA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO
ESTADÃO DURANTE A CRISE DE 2019 NO MEC

CURITIBA

2021

FERNANDO ANTONIO EGERT

A BALBÚRDIA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DO
ESTADÃO DURANTE A CRISE DE 2019 NO MEC

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Kelly Prudencio

CURITIBA

2021

Catalogação na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

Egert, Fernando Antonio

A balbúrdia na educação: uma análise de enquadramento do Estadão durante a crise de 2019 no MEC. / Fernando Antonio Egert. – Curitiba, 2021.

118 f: il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Prudencio.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2021.

1. Comunicação. 2. Educação. 3. Enquadramento noticioso. I.Título.

CDD 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
40001016071P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FERNANDO ANTONIO EGERT** intitulada: **A BALBÚRDIA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DO ESTADÃO DURANTE A CRISE DE 2019 NO MEC**, sob orientação da Profa. Dra. KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Junho de 2021.

Assinatura Eletrônica

18/06/2021 11:04:12.0

KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

18/06/2021 11:10:25.0

CAMILLA QUESADA TAVARES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO)

Assinatura Eletrônica

18/06/2021 12:49:59.0

MAURÍCIO AUGUSTO PIMENTEL LIESEN NASCIMENTO

Avaliador Interno (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO/UFPR)

Rua Bom Jesus, 650 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80035-010 - Tel: (41) 3313-2025 - E-mail: ppgcom@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 97209

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 97209

À ciência, que provou nessa pandemia e em tempos sombrios vividos no Brasil, que só ela salva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora e amiga, Kelly Prudencio, por se tornar a minha inspiração nesse mundo da pesquisa e docência, pelo apoio incondicional, pelos ensinamentos, paciência e pela fundamental contribuição para que esse trabalho pudesse ser concretizado.

Ao meu coorientador e amigo, Maurício Liesen, por toda a atenção e suporte dado a mim durante o mestrado. Obrigado pela amizade, preocupações, cafés e conselhos.

À Professora Camilla Quesada Tavares, por toda contribuição dada durante a qualificação, seus conselhos e suporte durante esse processo que foram essenciais para eu conseguir trilhar o caminho certo nessa pesquisa.

Também agradeço ao Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política – COMPA -, que sempre me ajudou para as mais ricas discussões sobre as pesquisas e a parceria de todos na realização de artigos, participação em congressos e para o encontro depois da reunião, na pastelaria Juvevê ou no Bar do Dante.

À Professora Valquíria e Alcioni, pela amizade, mates e conversas na sala do PPGCOM. Obrigado por serem pessoas tão humanas e preciosas.

Agradeço à minha Mãe Leoni e minha Dinda Angela, primeiras professoras da minha vida, obrigado por todo apoio, amor e carinho que sempre me deram.

Aos meus irmãos: Fabrício, Roberta e Renata e Felipe, por serem exemplos de profissionais dedicados e também minhas inspirações.

Ao meu Pai Clóvis e à Vó Olívia (*in memoriam*), por estarem sempre me guiando e me iluminando aí de cima!

À Bruna, minha prima, amiga e conselheira. Obrigado pela paciência comigo e por tudo que representa na minha vida.

Ao Tio Clênio, que também me inspirou e me incentivou durante essa trajetória.

À Caroline, uma das primeiras pessoas a me mostrar o mundo da pesquisa e que tenho um carinho enorme, muito obrigado.

Ao Guilherme, meu amigo e que se tornou meu grande amigo durante essa pandemia, obrigado pelas noites de prosa e conselhos.

À Aline, que cuidou da minha saúde mental durante boa parte desse processo.

Agradeço também aos amigos e colegas que fiz em Curitiba, obrigado pela amizade e apoio de vocês: Djiovanni, Vitor, Camilla, Louize, Naiza, Marina, Guilherme, Eduardo e Filipe.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, por proporcionar essa ajuda que sem a qual não teria acontecido minha pesquisa.

Por fim, agradeço aos mestres e mestras do universo, que sempre me iluminam e me protegem durante essa passagem aqui na terra.

“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.”

DARCY RIBEIRO

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar as notícias sobre o momento de crise na educação no Brasil em 2019. O objetivo principal desta dissertação é compreender como o jornal O Estado de S. Paulo (Estadão), em sua versão digital, enquadrhou os três atos executivos do Ministério da Educação (MEC): o corte de verbas, a busca pela implantação do programa Future-se e a tentativa da fusão entre Capes e CNPq. A pergunta que norteia esta pesquisa é: a partir da orientação editorial conservadora e pró-mercado do Estadão, como o jornal enquadrhou a crise na educação no ano de 2019? Foram coletadas 74 matérias do jornal durante o período e a análise foi realizada sob a luz da teoria do enquadramento noticioso proposto por Robert Entman (1993). Também procura-se identificar quais foram os enquadramentos construídos a respeito do tema, quais foram as fontes ouvidas pelos jornalistas que produziram as notícias e como essas fontes direcionaram o enquadramento realizado pelo jornal. Em seus resultados, a pesquisa mostrou que o Estadão aborda as notícias sobre a crise na educação de 2019 a partir dos enquadramentos das escolhas das fontes, embora o enquadramento na sua maioria seja contrário às posições das fontes, indicando que elas eram consultadas para serem confrontadas.

Palavras-chave: Enquadramento noticioso. O Estado de S. Paulo. Cortes na educação. Future-se. Fusão Capes e CNPq.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the news about the crisis in education in Brazil during 2019. The main goal of this dissertation is to understand how the newspaper O Estado de S. Paulo (Estadão), in its digital version, framed the three executive acts of the Ministry of Education (MEC): the cut offs in the budget, the search for the implementation of Future-se program and the attempt of fusing Capes and CNPq. The question that guides this research is: from the conservative and pro-market editorial orientation of Estadão, how did the journal framed the crisis in education in 2019? 74 newspaper articles were collected during the period and an analysis was carried out in the light of the news framing theory proposed by Robert Entman (1993). It also seeks to identify which were the frameworks around the topic, which were the news sources heard by the journalists that produced the news and how these sources directed the framework carried by the newspaper. In its results, the research showed that the Estadão approaches the news about the crisis from the frame of the choice of sources, even though mostly of the framing is against the sources position, indicating that their were consulted to be confronted.

Keywords: News framing. O Estado de S. Paulo. Educational budget cut offs.
Future-se. Capes and CNPq fusion.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	- TWEET DE JAIR BOLSONARO.....	26
FIGURA 2	- CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA ESTADÃO.....	47
FIGURA 3	- NOTÍCIA ESP (30/04/2019).....	57
FIGURA 4	- NOTÍCIA ESP (02/09/2019).....	60
FIGURA 5	- NOTÍCIA ESP (17/07/2019).....	61
FIGURA 6	- NOTÍCIA ESP (01/05/2019).....	62
FIGURA 7	- NOTÍCIA ESP (15/09/2019).....	67
FIGURA 8	- NOTÍCIA ESP (08/06/2019).....	69
FIGURA 9	- NOTÍCIA ESP (14/08/2019).....	70
FIGURA 10	- NOTÍCIA ESP (11/11/2019).....	71
FIGURA 11	- NOTÍCIA ESP (16/10/2019).....	72
FIGURA 12	- NOTÍCIA ESP (25/05/2019).....	73
FIGURA 13	- NOTÍCIA ESP (07/11/2019).....	74
FIGURA 14	- NOTÍCIA ESP (07/05/2019).....	77
FIGURA 15	- NOTÍCIA ESP (16/07/2019).....	78
FIGURA 16	- NOTÍCIA ESP (17/10/2019).....	79
FIGURA 17	- NOTÍCIA ESP (24/07/2019).....	81
FIGURA 18	- NOTÍCIA ESP (20/08/2019).....	82
FIGURA 19	- NOTÍCIA ESP (15/05/2019).....	89

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Nº DE NOTÍCIAS POR MÊS.....	50
GRÁFICO 2 - Nº DE NOTÍCIAS POR TEMA.....	51
GRÁFICO 3 - PALAVRAS UTILIZADAS PARA OS CORTES.....	52
GRÁFICO 4 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – ATORES.....	58
GRÁFICO 5 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ARGUMENTOS DA FONTE.....	64
GRÁFICO 6 - CAUSAS DO PROBLEMA.....	68
GRÁFICO 7 - JULGAMENTO MORAL.....	75
GRÁFICO 8 - RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO.....	76
GRÁFICO 9 - FOCO DO ESTADÃO.....	80
GRÁFICO 10 - ATORES E ARGUMENTO DAS FONTES.....	83
GRÁFICO 11 - ATORES E FOCO DO ESTADÃO.....	85
GRÁFICO 12 - ARGUMENTO DAS FONTES E FOCO DO ESTADÃO.....	86
GRÁFICO 13 - CAUSAS DO PROBLEMA E RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO.....	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – ATORES.....	53
TABELA 2	- DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ARGUMENTOS DA FONTE.....	54

LISTA DE SIGLAS

ABC	- Academia Brasileira de Ciências
ANDES	- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE	- Código de Conduta e Ética do Grupo Estado
CNPQ	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	- Jornal O Estado de S. Paulo
FIES	- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FINEP	- Financiadora de Estudos e Projetos
IFE	- Instituição Federal de Ensino
ITA	- Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MEC	- Ministério da Educação
MIT	- <i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PRN	- Partido da Reconstrução Nacional
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	- Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	- Partido dos Trabalhadores
REUNI	- Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
STF	- Supremo Tribunal Federal
THE	- <i>Times Higher Education</i>
UnB	- Universidade de Brasília
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFF	- Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS UNIVERSIDADES NO BRASIL: UMA CRISE OU UM PROJETO?	19
2.1 BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	20
2.2 A CRISE E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO	24
3 ENQUADRAMENTO DA REALIDADE PELA NOTÍCIA	31
3.1 AS OPERACIONALIZAÇÕES DO CONCEITO DE ENQUADRAMENTO	35
3.2 AS APLICAÇÕES DO CONCEITO EM ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO POLÍTICO	38
4 A IMPRENSA BRASILEIRA E O POSICIONAMENTO POLÍTICO E COMERCIAL DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	42
4.1 BREVE HISTÓRICO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	45
4.2 O CÓDIGO DO ESTADÃO E A LEGITIMAÇÃO JORNALÍSTICA	46
5 O ENQUADRAMENTO DOS CORTES NO ESTADÃO	50
5.1 O LIVRO DE CÓDIGOS	52
5.2 A ANÁLISE: O ENQUADRAMENTO DAS NOTÍCIAS SOBRE A CRISE NA EDUCAÇÃO	56
5.2.1 Para quem o Estadão deu voz?	56
5.2.2 O argumento da fonte	61
5.2.3 As causas do problema	65
5.2.4 Qual o julgamento moral?	71
5.2.5 A recomendação	75
5.2.6 O Foco	79
5.2.7 Atores X Argumento das Fontes	83
5.2.8 Atores X Foco do Estadão	84
5.2.9 Argumento das fontes X Foco do Estadão	86
5.2.10 Causas do problema X Recomendação de tratamento	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE 1 – CORPUS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS	101
APÊNDICE 2 - LIVRO DE CÓDIGOS	107

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2019, o Governo Bolsonaro foi responsável por ocasionar uma crise na educação brasileira, motivada por ações que reduziram e bloquearam as verbas das universidades, envolvendo o Ministério da Educação (MEC) e toda a classe de pesquisadores, professores e estudantes.

O atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (sem partido) é considerado um político de extrema-direita e está no cargo desde o início de 2019, após vencer as eleições presidenciais de 2018 no país. Durante esses dois anos de mandato, o presidente já destituiu ministros, como o ex-juiz Sérgio Moro¹, que conduziu a Operação Lava Jato, considerado seu alicerce na pauta anticorrupção para garantir a vitória nas eleições. Na pasta da cultura, rebaixou o ministério para uma secretaria especial e nomeou como seu ministro Roberto Alvim² que, em um discurso sobre políticas públicas voltadas à arte e à cultura, assemelhou-se ao ministro da propaganda do ditador Adolf Hitler, Joseph Goebbels, que foi um dos idealizadores do nazismo ao lado de Hitler. Por pressão de aliados, Alvim foi exonerado por Bolsonaro para evitar mais críticas ao seu governo.

O presidente também avançou com projetos polêmicos, como por exemplo o projeto de lei que torna as armas e munições mais acessíveis à população³ que, apesar de ainda estar em tramitação no Congresso Nacional, segue sendo pressionado pelo executivo para sua aprovação.

O Ministério da Educação (MEC), desde o início desse governo, é considerado estratégico para implementação das políticas do Governo Bolsonaro, tendo em vista as razões ideológicas defendidas por esse governo. O primeiro ministro da educação de Bolsonaro foi Ricardo Vélez Rodríguez, que saiu da pasta após declarações de que o brasileiro viajando é um “canibal”, pois “rouba coisas dos hotéis”⁴ e isso precisaria ser revertido na escola. Além disso, enviou carta oficial do MEC a diretores de escolas, sugerindo leitura de texto com slogan da campanha de

¹ Disponível em: <<https://glo.bo/3dloJWJ>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

² Disponível em: <<https://glo.bo/3sFd0wh>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

³ Disponível em: <<https://glo.bo/3xqo9VB>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/3sR0Alj>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

Bolsonaro, seguida do Hino Nacional, isso tudo com filmagens que deveriam ser gravadas e enviadas ao ministério.

Jornais, noticiários e grande parte da imprensa nomearam o momento como uma “crise na educação”⁵ e entre momentos caóticos que geraram crises, controvérsias e inseguranças em professores, estudantes e servidores no país, Vélez acabou sendo demitido⁶ da pasta antes do governo Bolsonaro completar 100 dias no poder.

Após a queda de Vélez, Abraham Weintraub assumiu como o segundo ministro do MEC e foi considerado por muitos especialistas do setor da educação como “o pior ministro da educação que se tem notícia”⁷. Weintraub ficou no cargo por um ano e dois meses e suas ações políticas aprofundaram o estado de crise dentro do ministério e do próprio governo, cortando as verbas das universidades federais, sendo acusado de racismo por comentários ao estereótipo e sotaque dos asiáticos, ofendeu os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), entre tantas outras infâmias nunca vistas no Brasil. A exoneração de Weintraub ocorreu após os ataques à suprema corte do país e hoje o atual ministro da educação é o Pastor Prebisteriano, Milton Ribeiro⁸, ex-reitor da Universidade Mackenzie, uma instituição privada brasileira.

Em 29 de abril de 2019, o então ministro da educação, Abraham Weintraub anunciou cortes de 30% no orçamento (R\$ 5,8 bilhões) de três universidades federais – Universidade de Brasília, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal da Bahia⁹ – tendo como justificativa ideológica a “balbúrdia” e, desta forma, ameaçando o corte de verbas de outras instituições federais de ensino, para que estas melhorassem seu desempenho acadêmico.

A “balbúrdia” que o ministro alegou ocorrer dentro dessas instituições era de que havia “sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus”. Além disso, falou que as universidades precisariam estar bem ranqueadas, mesmo que estas

⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/3slySa3>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁶ Disponível em: <<https://bbc.in/3sHbcmB>>. Acesso em: 10 fev. 2021

⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3uXCWFg>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

⁸ O atual Ministro da Educação tomou posse em julho de 2020 e segue a mesma linha dos seus antecessores. Já se envolveu em polêmicas e responde a um inquérito no STF por homofobia. O Ministro não entra em nossa análise devido ao recorte temporal da pesquisa.

⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/3sMVbvb>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

estivessem bem colocadas no *Times Higher Education* – THE¹⁰ -, o principal ranking universitário internacional.

Após a repercussão negativa diante das declarações de Weintraub, no dia 30 de abril, um dia após o corte, o Ministério da Educação (MEC) anuncia o corte de 30% a todas as universidades federais, alegando contingenciamento dessa verba, sem definir regras mais claras. Na mesma semana, o governo congelou mais de R\$2,4 bilhões da educação básica, indo na contramão do que o presidente Jair Bolsonaro defendia desde sua campanha eleitoral, que era priorizar o investimento na educação básica sobre o ensino superior. Esse congelamento atingiu programas importantes como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) e o Mediatec, um programa que dá suporte a alunos que queiram fazer ao mesmo tempo o ensino médio e técnico.

No dia 05 de maio, os cortes atingiram os cursos de mestrado e doutorado, congelando bolsas ditas “ociosas” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As instituições atingidas foram aquelas que, segundo o MEC, vinham apresentando avaliação insuficiente para manter o número de bolsas. Neste corte, também foram atingidos o CNPq e Finep.

Entidades estudantis e sindicais convocaram grandes manifestações nos dias 15 e 30 de maio por todo o país, envolvendo estudantes, professores, técnicos, cientistas e pesquisadores de instituições federais e privadas (também atingidas pelos cortes das bolsas).

Marcada por muitas polêmicas, a crise na educação brasileira, que começou em meados de 2019, início do mandato do Governo Bolsonaro, estendeu-se ao longo de todo o ano, com manifestações contra os cortes e seguido de outros momentos, como a tentativa da implantação do Programa Future-se¹¹ e a fracassada tentativa de fusão da Capes e CNPq¹².

Os veículos jornalísticos do país fizeram a cobertura desses momentos através de seus jornais impressos, edições digitais, telejornais e redes sociais, como Twitter e Facebook. Entre eles, destacam-se jornais considerados tradicionais no Brasil, como O Globo, Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo, este último que

¹⁰ O *Times Higher Education* fornece dados de desempenho sobre universidades para estudantes e suas famílias, acadêmicos, líderes universitários, governos e indústria, desde 2004.

¹¹ Disponível em: <<https://bit.ly/32BEyrS>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

¹² Disponível em: <<https://glo.bo/2QhwOZK>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

recebeu o Prêmio Veículos de Comunicação do ano de 2018¹³, com um júri formado pela Academia Brasileira de Marketing, eleito o melhor jornal do país.

O jornal O Estado de S. Paulo (OESP), também conhecido como Estadão, é o segundo jornal mais antigo ainda em circulação no Brasil, atrás apenas do Diário de Pernambuco¹⁴. As atividades tiveram início no dia 4 de janeiro de 1875, com o nome de ‘A Província de S. Paulo’ (PONTES, s.d). O Estado de S. Paulo, o Jornal da Tarde e a Agência Estado, que fazem parte do grupo Estado, se fundiram na internet no ano de 2000, sendo criado o portal Estadão.

O Estado de S. Paulo é considerado um jornal conservador, que teve um papel fundamental na articulação do golpe militar de 1964 (FUSER, 2008). A “grande imprensa”, também denominada como imprensa tradicional, da qual o Estadão faz parte, sempre esteve como julgadora da verdade, através de suas famílias que comandam o “quarto poder” (ALBUQUERQUE, 2019) no Brasil. O jornal ao longo dos anos, passou por reformas editoriais, sempre deixando explícito seu posicionamento político. Nas eleições de 1989, apoiou a candidatura de Fernando Collor de Mello (na época pelo PRN, atual PTC) à Presidência, que possuía uma linha neoliberal que coaduna com a de seus donos, se colocando contra o adversário Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (PILAGALLO, 2012).

No ano de 1994, a empresa colocou-se a favor da candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e de sua reeleição em 1998. Em 2002 o jornal manifestou apoio a de José Serra (PSDB) e em 2006, quando Geraldo Alckmin (PSDB) disputaria as eleições presidências com Lula, noticiou na época mais de 60% de matérias negativas a Lula, segundo o Instituto de Pesquisa Doxa (PILAGALLO, 2012). Em 2010, na eleição que elegeu Dilma Rousseff (PT), o editorial do Estadão intitulado “O mal a evitar”¹⁵ mostrou abertamente sua oposição a um governo de esquerda. Em 2014, nas eleições, chamou no editorial “A hora da razão”¹⁶ a gestão da presidenta de “fracasso retumbante”, novamente apoiando o PSDB, com o candidato Aécio Neves.

Com o fracasso em suas tentativas de eleger seus candidatos neoliberais, passou a apoiar o Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e nas últimas

¹³ Disponível em: <<https://bit.ly/3nedetq>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

¹⁴ O Diário de Pernambuco é o jornal mais antigo do Brasil ainda em circulação e foi fundado em 7 de novembro de 1825.

¹⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/3neci81>>. Acesso em: 19 out. 2020.

¹⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/3sJXn6G>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

eleições de 2018, ficou famoso pelo editorial “Uma escolha muito difícil”¹⁷, em que disputaram Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (sem partido, na época PSL), sugerindo uma equivalência entre duas candidaturas igualmente ruins. Segundo Weffort (1984), O Estadão sempre foi um jornal de opinião, assim como os partidos políticos. A princípio, a explicitação de uma preferência política não configura um problema no espaço de opinião de um jornal. O que se questiona aqui é a interferência dessa posição ideológica na condução do material noticioso, camuflado de objetividade jornalística.

Diante desta contextualização, em que tratamos do cenário de uma crise na educação gerada pelo Governo Bolsonaro e da forma como a mídia tradicional brasileira ao longo dos anos vem se portando como uma imprensa de opinião e política, pretendemos analisar as notícias divulgadas pelo jornal O Estado de S. Paulo durante o período marcado pela polêmica com as universidades federais no ano de 2019 com base na teoria do enquadramento. Esse é o objetivo central do trabalho.

O conceito de enquadramento possui diferentes visões e definições. Inicialmente foi proposto em estudos psiquiátricos de Gregory Bateson, na década de 1950 (MENDONÇA; SIMÕES 2012). Erving Goffman na década de 1970 foi considerado pioneiro no conceito de enquadramento e passa a utilizá-lo na observação das interações sociais cotidianas, para responder às questões de experiências do indivíduo e o quadro (*frame*) dentro das relações interpessoais. (GOFFMAN, 1986).

Robert Entman (1993), um dos autores responsáveis pela adequação do conceito de enquadramento para análise de notícias, considera necessária uma revisão mais sistemática na utilização do conceito. O autor entende por saliência um fragmento de informação mais significativo e noticiável para a audiência. Entman (1993) sugere olhar para o problema apresentado pela notícia, identificando os aspectos salientes, como as causas atribuídas a esse problema, suas recomendações de tratamento e os julgamentos morais.

A partir desse entendimento de Entman sobre enquadramento, utilizaremos como procedimento metodológico a análise de enquadramento noticioso, esta que propõe que o texto jornalístico seria um recorte da realidade, oriundo de processos de seleção e saliência (ENTMAN, 1993). Para ilustrar o potencial analítico da teoria

¹⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3dHDSHV>>. Acesso em: 19 out. 2020.

do enquadramento, serão explanados os eixos teóricos que abrangem esta pesquisa de comunicação e os estudos sobre enquadramento, como forma de mostrar diferentes abordagens metodológicas utilizadas em pesquisas sobre coberturas jornalísticas.

Para isso, definimos como o problema que norteia esta pesquisa a seguinte pergunta: a partir da orientação editorial conservadora e pró-mercado do Estadão, como o jornal enquadrou a crise na educação no ano de 2019? Com base nessa questão, parte-se da hipótese que a linha editorial do jornal O Estado de S. Paulo segue uma postura na qual o aspecto econômico e conservador da atividade jornalística na empresa tende a editorializar o trabalho de reportagem, interferindo na autonomia e independência do jornalismo nessa cobertura específica.

O objetivo geral deste trabalho é verificar como o conteúdo informativo publicado no jornal O Estado de São Paulo, em sua versão digital, dentro de suas editorias, enquadrou os cortes na educação, a busca pela implantação do programa Future-se e a tentativa da fusão Capes/CNPq. Os objetivos específicos buscam (1) identificar quais foram os enquadramentos construídos a respeito do tema da crise na educação de 2019, (2) identificar quais são as fontes ouvidas pelos jornalistas nas matérias durante o período de abril de 2019 a dezembro de 2019 e (3) verificar como as fontes direcionaram o enquadramento.

Para verificar a hipótese e responder à questão, foram coletadas 74 matérias do jornal Estadão do período de 29 de abril de 2019 a 31 de dezembro de 2019, período esse que abrange os cortes, as manifestações, o lançamento do programa Future-se e a proposta de fusão Capes e CNPq. As notícias selecionadas são delineadas a partir do momento em que o Ministro da Educação Abraham Weintraub anuncia os cortes por “balbúrdia” em três universidades federais e posteriormente estendendo esses cortes, chamados agora de “contingenciamento” de recursos, para todas instituições federais, impactando na verba das instituições para todas as áreas. Além disso, os cortes foram estendidos para as bolsas de pós-graduação das instituições, com congelamento de bolsas, chamadas pelo MEC de bolsas ociosas. O ensino básico também sofreu cortes de orçamento e em meio a tudo isso ocorreram manifestações por todo o país.

Quanto ao recorte temporal desse material coletado, selecionamos o período que data o anúncio dos cortes nas universidades federais e se estende ao longo de

todo o ano de 2019, com a tentativa da implantação do programa Future-se e Fusão da Capes e CNPq.

As notícias selecionadas foram retiradas manualmente do site do jornal Estadão, com busca a partir dos termos “educação”, “cortes”, “balbúrdia”, “contingenciamento”, “future-se”, “capes”, “CNPq”, dentro das editorias que o jornal digital disponibiliza para consulta do acervo. A justificativa para a escolha dos termos é de que foram as palavras mais utilizadas nas manchetes de jornais do país durante o período envolvido.

Tendo em vista toda a discussão acima mencionada a respeito da crise na educação, o objeto dessa pesquisa nos permite aferir a existência ou não de um posicionamento político do Estadão, a partir da sua linha editorial a respeito do assunto nos enquadramentos produzidos. Partimos da premissa de que a interferência da linha editorial no conteúdo informativo seria mais visível, já que o Estadão possui uma orientação editorial conservadora e pró-mercado.

Esta pesquisa, portanto, busca contribuir para a reflexão a respeito desse tema, que gerou muita polêmica e possui grandes consequências para a educação e para a pesquisa científica brasileira. Além disso, a dissertação procura contribuir com o estudo de enquadramento, que é uma importante ferramenta heurística e interpretativa para as pesquisas em comunicação.

Dadas essas definições, a dissertação tece uma discussão, junto de uma pesquisa empírica, sobre como o jornal Estadão enquadrou as reportagens durante a crise na educação em 2019, procurando indagar sobre a posição mais ou menos explícita do jornal, considerado um jornalismo comercial e conservador, e a forma como fez a cobertura midiática desse momento que gerou manifestações e crises dentro do governo.

Nesse intuito, este trabalho está dividido em 5 capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo, será apresentada uma discussão sobre as universidades brasileiras até os dias atuais, com o Governo Bolsonaro e a crise gerada no ano de 2019, com os cortes de verbas nas universidades e institutos federais, além do projeto Future-se e a tentativa da fusão Capes e CNPq. No terceiro capítulo, trataremos das definições do conceito de enquadramento, as operacionalizações e as suas contribuições para as pesquisas em comunicação (ENTMAN, 1993; MENDONÇA, SIMÕES, 2012; PORTO, 2002; MAIA, 2009; SCHEUFELE, 1999; IYENGAR, 1990). No quarto capítulo da pesquisa será mostrada

a atividade jornalística a partir da linha editorial conservadora e comercial d'O Estado de S. Paulo e uma discussão a respeito do tratamento dado às notícias pautadas no jornal e a independência do jornalismo. No quinto capítulo, apresentamos o Livro de Códigos (LC) utilizado para a pesquisa proposta, além da análise das notícias e a discussão dos resultados da análise de enquadramento noticioso. No capítulo seis apresentamos as considerações finais.

A presente pesquisa espera contribuir com os estudos de enquadramento noticioso e com a discussão sobre a sua utilização na observação de coberturas por jornais tradicionais do Brasil, no sentido de que isso pode elucidar como esses jornais refletem o clima de opinião e disputa política em determinados momentos da história, no esforço de conquistar simpatizantes para sua leitura da realidade.

2 AS UNIVERSIDADES NO BRASIL: UMA CRISE OU UM PROJETO?

A educação sempre foi considerada um valor fundamental para o desenvolvimento social e humano. No Brasil, o setor da educação pública sofre com a falta de estrutura e falta de investimentos, sendo um modelo que nos acompanha desde a colonização e que atravessa gerações buscando um avanço em suas políticas educacionais e uma construção significativa para melhorar a qualidade do ensino.

A Constituição Brasileira de 1988 diz que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, Art. 205).

Embora as leis existentes deixem claro que o acesso à educação é universal, ou seja, toda pessoa tem o direito ao ensino, nos deparamos principalmente em países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil, em que muitas vezes sofremos com a baixa qualidade ou mesmo a falta desse acesso, geralmente ocasionado por falta de políticas públicas que pudessem proporcionar isso.

Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007), para que haja uma educação pública de qualidade é necessário pensarmos no processo que envolve o espaço social e as obrigações do Estado, envolvendo políticas públicas de qualidade tendo em vista a situação socioeconômica e cultural de cada local, considerando que no país ainda existem muitas questões ligadas à desigualdade social.

Entretanto, as dificuldades existentes aumentam quando pensamos que a sociedade brasileira possui suas “raízes” firmes na escravidão que perdurou por três séculos no país. A relação dessa cultura com o ensino é explícita, principalmente quando falamos de educação superior. De acordo Chauí (2001):

Os alunos de primeiro e segundo graus das escolas públicas, quando conseguem ir até o final desse ciclo, porque por suposto estariam “naturalmente” destinados à entrada imediata no mercado de trabalho, não devem dispor de condições para enfrentar os vestibulares das universidades públicas, pois não estão destinados a elas. A maioria deles é forçada a desistir da formação universitária ou fazê-la em universidades particulares que, para lucrar com sua vinda, oferecem um ensino de baixíssima qualidade. Em contrapartida, os filhos da alta classe média e da burguesia,

formados nas boas escolas particulares, tornam-se a principal clientela da universidade pública gratuita. (CHAUÍ, 2001, p. 36-37).

Assim, a educação brasileira sempre se viu desafiada com relação à qualidade da educação e o acesso de todos nas universidades, e por isso traremos aqui uma discussão a respeito da história da universidade no Brasil e as crises ao longo dos anos no ensino superior.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade no Brasil teve seu início ainda em Portugal, com a Universidade de Coimbra, na qual os brasileiros, mais propriamente considerados “portugueses”, iam estudar após “aprenderem” o ensino moralista, de costume europeu, trazido pelos Jesuítas, que predominou em nosso país desde a chegada dos portugueses.

Anísio Teixeira, em seu livro sobre o ensino superior brasileiro, de 1989, nos retrata que apesar da criação do Curso de Cirurgia na Bahia e posteriormente outros cursos no Rio de Janeiro, como medicina, direito e engenharia, não considerávamos a universidade como uma “organização adequada” e sim como algo mais técnico:

Parece que recusamos a universidade por um confuso sentimento de que não éramos capazes de criá-la e mantê-la, racionalizando esse sentimento de inferioridade com o juízo, por vezes expresso, de que ela já não era necessária. (TEIXEIRA, 1989, p.45).

Com tempo, ainda durante a monarquia, outras faculdades como odontologia, arquitetura e engenharia surgiram pelo país e aumentariam a pressão para transformar a formação profissional em algo mais parecido com ensino acadêmico e de acordo com Cunha (1988, p. 17): “Esse caráter fragmentado das instituições brasileiras de ensino superior vinha recebendo críticas desde o tempo do Império”.

Foi somente mais tarde, durante os anos 1960, que a universidade surgiu como uma instituição de ensino, trazendo uma reforma universitária fundamentada nos filósofos da Universidade de Berlim. Para Cunha (1988), apesar da “doutrina” da reforma universitária de 1968 ter base nos pensadores alemães, o “modelo organizacional” para as universidades brasileiras era o norte-americano.

Durante o processo da reforma universitária, o professor Darcy Ribeiro (1969) já fazia uma importante análise sobre o sistema do ensino superior no Brasil e buscava compreender o modelo e adequá-lo às universidades na América Latina. Do ponto de vista de Ribeiro, as condições necessárias para uma reforma universitária são:

[...] herdar e cultivar com fidelidade os padrões internacionais da ciência e da pesquisa, e o patrimônio do saber humano. E, ainda, capacitar-se para aplicar este saber ao conhecimento da sociedade nacional e a superação de seus problemas; crescer de acordo com um plano, a fim de preparar uma força de trabalho nacional com a magnitude e o grau de qualificação indispensáveis ao progresso autônomo do país. E, desse modo, operar como um motor de transformação da sociedade nacional, através da aceleração evolutiva. (RIBEIRO, 1969, p. 167).

Como visto, essa reestruturação das universidades começou a ser pensada e discutida somente após as instituições terem sua estrutura regulada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB)¹⁸, antes do Golpe Militar de 1964, e buscava além da modernização, uma ideia de "universidade crítica".

A reforma universitária de 1968 realizada durante o período dos militares no poder buscou resolver a "crise" que existia na educação superior. Aumentou o número de vagas sem aumentar o corpo docente e assim diminui a qualidade do estudo, além de "departamentalizar" as universidades. De acordo com Chauí (2001, p. 48), "Além de diminuir os gastos, a departamentalização facilita o controle administrativo e ideológico de professores e alunos".

Além disso, a ideia da reforma era suprir a falta de espaço dentro das instituições de ensino para a população em geral, o que acabou ocorrendo, mas ao mesmo tempo não houve investimento de aumento das estruturas físicas e humanas, fazendo com que a qualidade diminuísse (CHAUÍ, 2001).

Essas "heranças" deixadas desde a monarquia seguiram até os anos de 1990, mesmo com a redemocratização e com uma nova LDB¹⁹ (1996). Durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) a educação passou por um processo de expansão, ainda que apenas quantitativamente, diminuindo o papel do Estado na educação superior, sucateando universidades públicas fazendo com que

¹⁸ Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

¹⁹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

muitos discentes optassem por frequentar universidades privadas (MAZZONETTO, 2014).

É então que com uma política educacional de expansão e financiamento à educação superior, o Governo Lula (2003-2010) trouxe conquistas na área, como a criação de novas universidades em locais estratégicos para diminuir a desigualdade regional na educação. O ensino profissional também teve um grande impacto positivo: Se na gestão de FHC deveria ser ofertado pela iniciativa privada, a gestão do petista criou Institutos Federais. De acordo com Rosa (2013):

Lula conseguiu expandir o número de vagas, democratizar o acesso, e ainda ampliar o investimento no setor público. Esse avanço pode ser constatado pelo aumento do número de docentes e técnico-administrativos no setor público da educação superior, evolução que se deu principalmente a partir da implementação do Reuni, em 2007. (ROSA, 2013, p. 186).

Com isso, as ações e programas desenvolvidos nos oito anos de governo, a educação superior passou por um avanço significativo, principalmente quando pensamos na democratização do acesso às universidades, com políticas de inclusão social e programas instituídos para esse novo cenário.

Após a Era Lula, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016)²⁰ deu continuidade às políticas públicas para o ensino superior no Brasil como por exemplo, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o objetivo de dar condições às instituições de ensino de expandir o acesso aos estudantes e garantir condições de permanência na universidade, reduzindo as taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumentar o número de vagas ofertadas para o ingresso (BRASIL, 2007).

Dessa maneira podemos entender que o progresso na área da educação nos governos de Lula e Dilma veio através de conquistas de direitos, de inclusão social, e de reconhecimento da diversidade cultural (MELO; SOUSA, 2017). Ferreira (2012) conclui que:

As políticas para a educação superior do governo Lula e Dilma assumiram também a perspectiva da equidade social articulada com a concepção de desenvolvimento econômico, da capacitação de mão de obra e da elevação da empregabilidade da população, principalmente quando faz a opção da construção de campi de instituições federais de educação superior no interior

²⁰ O 2º mandato de Dilma Rousseff foi interrompido devido ao golpe parlamentar de 2016.

do país. As políticas de ações compensatórias também ganharam destaque com os programas do ProUni e da Universidade Aberta do Brasil. (FERREIRA, 2012, p. 469).

Além desses programas, o “Ciência sem Fronteiras” teve destaque por oferecer bolsas de estudos para universitários, com o objetivo de expandir e internacionalizar a ciência, a tecnologia e a inovação. O financiamento era feito por meio da Capes, CNPq e empresas parceiras e dava oportunidade de o estudante viver por um período em outro país para uma iniciação científica em universidades parceiras.

Como vimos, o período petista (2003-2016) deixou um importante legado para o ensino superior, porém com a crise econômica²¹ que o mundo estava passando, atingiu o Brasil em 2014, e o Governo Rousseff precisou se adaptar financeiramente, não só na educação, mas em todos os setores do governo federal (MANCERO, 2017). Em 2016, a Presidenta Dilma sofreu um golpe realizado por parlamentares e pelo próprio vice-presidente, Michel Temer, que trouxe “uma ruptura democrática, acompanhada por uma grave crise política, econômica e social, com todos os requintes de uma plataforma programática do neoliberalismo extremo” (MANCERO, 2018, p. 65).

Desde então, não somente a educação, mas todas as áreas vêm sofrendo com essa agenda que começou no Governo Temer. A educação superior teve consequências imediatas com o ajuste fiscal. Além disso, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, conhecida também como a “PEC da Morte”, foi apresentada pelo Governo Temer ainda em 2016, ano do golpe e foi aprovada pelo Congresso Nacional. A PEC surgiu com como pretexto da crise de 2014 e congelou gastos sociais por duas décadas, diminuindo significativamente os investimentos públicos em todas as áreas, mas principalmente na saúde e educação, essas que exigem mudanças na Constituição.

De acordo com Melo e Sousa (2017):

O roteiro traçado para a educação está evidente, para isto basta visualizar as recentes ações do Ministério da Educação que ratifica a pauta regressiva em *pilares* que se repetem à luz das determinações dos organismos internacionais da década de 1990. Discurso do atual Ministro José Mendonça Filho aponta as prioridades do órgão, que ao tratar prioritariamente da: a)

²¹ A crise econômica internacional iniciou em 2008. A característica dessa crise foi a forte recessão, que levou a um recuo no produto interno bruto (PIB) por dois anos consecutivos. A economia contraiu-se em cerca de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016.

alfabetização na idade certa até os oito anos de idade; b) reforma do Ensino Médio; c) formação de professores e da d) definição da Base Nacional Comum Curricular; retoma e estabelece seu elo com o passado de reformas neoliberais focalizadas, marcando assim um processo de desmonte e de entrega de espaços de direitos intrínsecos à educação pública socialmente referenciada, à lógica voraz, deturpante e excludente do mercado. (MELO; SOUSA, 2017, p. 32).

Após o cenário de um governo ilegítimo que ficou dois anos no poder, as eleições presidenciais de 2018 colocaram Jair Bolsonaro à frente do cargo de presidente, descrito por Cislighi et al (2019, p. 2) como um “ex-militar, aberto apoiador da ditadura civil-militar de 1964, com um discurso economicamente ultraneoliberal e politicamente opositor de direitos de minorias, liberdades democráticas e da organização dos trabalhadores”.

2.2 A CRISE E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO

Como visto anteriormente, a educação brasileira passou por diversos períodos, sempre buscando um avanço nas suas políticas públicas e pautando a necessidade de avanços progressivos.

O Governo Bolsonaro chegou ao poder em uma campanha marcada por mentiras e *fake news*, contando com o aparato tecnológico²² que hoje dispomos (redes sociais, *whatsapp*, etc), financiado por empresários que queriam a qualquer custo vencer o candidato do PT, Fernando Haddad²³.

As principais plataformas ultraliberais do governo Bolsonaro levadas adiante até o momento foram a reforma previdenciária e a precarização da educação pública, especialmente do ensino superior, liderada por seu ministro da educação Abraham Weintraub. Embora as universidades públicas sejam responsáveis por mais de 90% das pesquisas realizadas no país, bem como por serviços de saúde gratuitos. (ROSÁRIO, 2020, p. 33).

Em 2019, Bolsonaro admitiu para o cargo de Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, que nos quase quatro meses à frente do cargo, nomeou e demitiu mais de dez pessoas do alto escalão do MEC. O chefe da pasta da educação já no

²² MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Folha de São Paulo, 18 out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3oOcwUe>>. Acesso em: 13 maio 2021.

²³ Fernando Haddad foi candidato a presidente após a Operação Lava Jato, coordenada pelo ex-juiz e ex-ministro da justiça de Jair Bolsonaro, Sérgio Moro, pedir a prisão de Lula, que era apontado nas pesquisas como vencedor das eleições presidenciais de 2018. Lula foi condenado sem provas e inocentado pelo Supremo Tribunal Federal em 2021.

início do seu mandato mostrou que ocorreriam muitas polêmicas na educação brasileira. Vélez fazia parte da ala “olavista” do ministério que era composta também pelos militares e os técnicos do Centro Paula Souza.

Suas principais ações no Ministério da Educação foram: alterar as exigências para a compra de livros didáticos²⁴, não exigindo mais referências bibliográficas e também não exigiria mais temas que envolvessem a diversidade étnica, cultural e de combate à violência de gênero. Após gerar muita polêmica, o edital foi anulado. Em entrevista à imprensa²⁵, Vélez afirmou que a “ideia de universidade para todos” não existe e que esse espaço seria da elite intelectual.

Além disso, o MEC enviou para as escolas de todo o país um ofício pedindo para que professores e alunos cantassem o hino nacional²⁶ diariamente e após fosse lido o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. O trecho principal da carta²⁷ dizia:

“Prezados Diretores, pedimos que, no primeiro dia da volta às aulas, seja lida a carta que segue em anexo nesta mensagem, de autoria do Ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira do Brasil (se houver) e que seja executado o hino nacional”. (MEC, 2019).

No mesmo ofício, era solicitado que a escola filmasse alguns trechos da leitura e a execução do hino nacional. Muitas manifestações de professores, políticos e entidades fizeram com que o ministro desistisse da ideia.

Mais polêmicas envolveram a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), quando o ministério anunciou a criação da “comissão de avaliação” para a formulação das questões da prova, justificando que era preciso ajustá-las à “realidade social e assegurar um perfil consensual ao exame”²⁸. Da mesma forma, o MEC recuou da ideia alguns dias após surgiram críticas sobre a comissão.

Após 96 dias chefiando a pasta da educação, Vélez foi demitido²⁹ dando lugar ao segundo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, também integrante da ala ideológica do governo Bolsonaro, que acabou intensificando os ataques à educação,

²⁴ Disponível em: <<https://glo.bo/3bVbS2h>>. Acesso em: 13 abril 2021.

²⁵ Disponível em: <<https://glo.bo/3bVPGVE>>. Acesso em: 13 abril 2021.

²⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/3i0DJlv>>. Acesso em: 10 abril 2021.

²⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3yD7fU1>>. Acesso em: 09 maio 2021.

²⁸ Disponível em: <<https://glo.bo/34kQLC4>>. Acesso em: 12 maio 2021.

²⁹ Disponível em: <<https://glo.bo/3yPZHh0>>. Acesso em: 12 maio 2021.

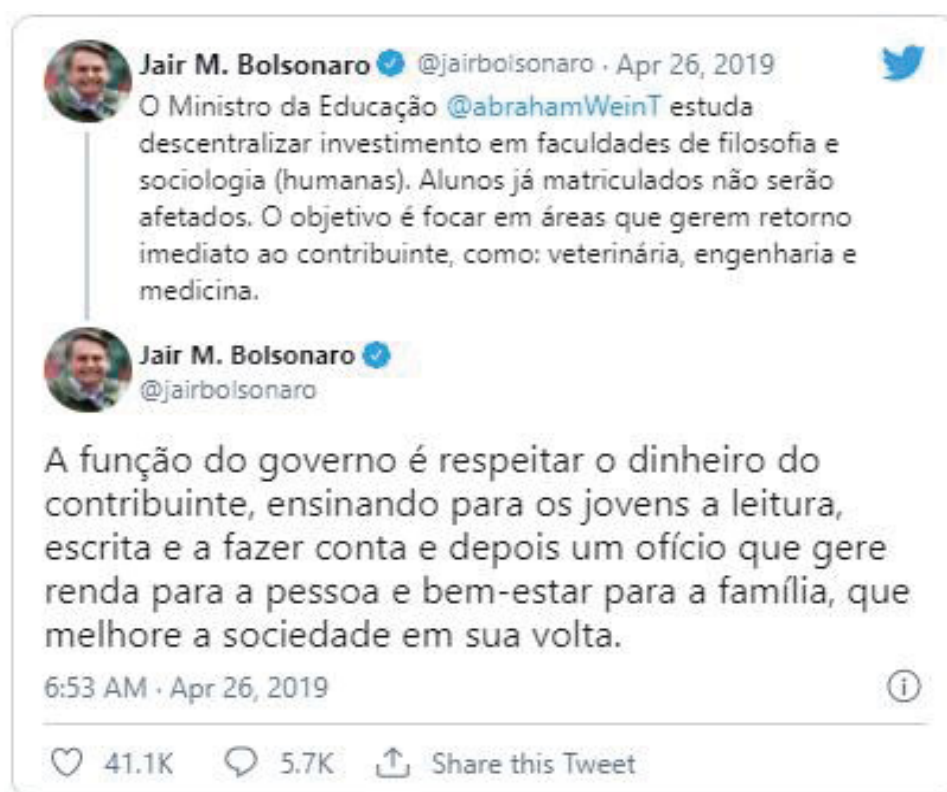
principalmente às universidades federais e assim, aumentando a crise desencadeada desde o início do Governo Bolsonaro.

Logo no início da sua gestão, Weintraub divulgou no dia 25 de abril de 2019 um vídeo no Facebook, em que um dos trechos de sua fala mostravam o que estava por vir:

“Pode estudar Filosofia? Pode. Com dinheiro próprio”, disse. [...] “O Japão, que é um país muito mais rico que o Brasil, está tirando dinheiro público do pagador de imposto de faculdades que são tidas como faculdades para uma pessoa que já é muito rica ou de elite, como Filosofia”, declarou, reafirmando que o dinheiro deve ser colocado em faculdades que “gerem retorno de fato, como enfermagem, veterinária, engenharia, medicina”. (FÓRUM, 2019, s/p).

No dia seguinte, Bolsonaro concordou com o ministro e escreveu na rede social *Twitter* (FIGURA X), principal meio de comunicação do atual governo, que “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família”. (BOLSONARO, 2019, s/p).

FIGURA 1 - TWEET DE JAIR BOLSONARO



FONTE: Twitter (2019).

Diante disso, no dia 29 de abril de 2019³⁰, Abraham Weintraub anunciou os primeiros cortes nas universidades federais. Para Ferrari (2019):

Essa desvalorização do papel das ciências humanas na sociedade demonstrou o viés autoritário do atual governo, além de trazer à tona seu interesse em perseguir todo e qualquer processo de formação que possibilite o pensamento crítico. Sua decisão acabou mobilizando 11 mil acadêmicos de universidades de diferentes lugares do planeta que publicaram no jornal francês *Le Monde* (2019) um manifesto se opondo aos cortes. (FERRARI, 2019, p. 72).

Apesar do projeto de extermínio das ciências humanas, os cortes (ou contingenciamento, como o próprio governo nomeou) atingiram todas as instituições federais que através de seus estudantes, professores e técnicos administrativos começaram um movimento para tentar frear a situação, visto que a situação das IFE's iriam piorar devido a esse ataque do governo federal. Duas grandes manifestações ocorreram em todo o país, nos dias 15³¹ e 30³² de maio de 2019 em resposta ao corte de verbas do governo federal para o ensino superior. Na primeira manifestação, o presidente Jair Bolsonaro chegou a chamar os manifestantes de "idiotas úteis e massa de manobra"³³, rendendo várias críticas sobre sua fala.

Além dos cortes de verba nas instituições federais, o MEC bloqueou os recursos da Capes³⁴, congelando as bolsas que foram consideradas "ociosas" e reduzindo outras em universidades que seriam consideradas mal avaliadas pela pasta. Somente em outubro de 2019 o então Ministro Weintraub anunciou o "descontingenciamento" dos orçamentos das universidades e institutos federais³⁵ após a pressão que vinha sofrendo por várias instituições de ensino, professores, alunos, intelectuais da área e entidades. Não houve qualquer explicação para a liberação dos recursos por parte do MEC, apenas que foi realizado um "remanejamento" de verbas no ministério.

Além da crise desencadeada por esses cortes, um projeto de lei polêmico que ampliaria as fontes de financiamentos das universidades federais, foi lançado em julho de 2019 com o nome de "Future-se" e encaminhado ao Congresso Nacional. O

³⁰ Disponível em: <<https://bit.ly/3yl1ggC>>. Acesso em: 09 abril 2021.

³¹ Disponível em: <<https://bit.ly/2RDOyz7>>. Acesso em: 13 maio 2021.

³² Disponível em: <<https://bit.ly/3hSW5Vp>>. Acesso em: 10 maio 2021.

³³ Disponível em: <<https://bit.ly/3vj5yZX>>. Acesso em: 10 maio 2021.

³⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/3volVmW>>. Acesso em: 10 maio 2021.

³⁵ Disponível em: <<https://glo.bo/3oViuD4>>. Acesso em: 09 abril 2021.

programa desenvolvido pelo MEC incentivaria as instituições federais de ensino superior a captarem recursos privados, além de abrir espaço para a contratação de docentes e técnicos-administrativos sem concurso público.

Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) “Outro grande ataque contido no programa do governo para a privatização das instituições federais de ensino é o desmonte das carreiras do magistério superior” (ANDES, 2019, s/p).

A proposta do Future-se foi rejeitada por várias instituições e passou por uma consulta pública, pela qual as universidades deveriam aderir ou não ao programa. Com a baixa adesão, o MEC reformou o programa, porém continuou sendo negada por diversos motivos, entre eles a retirada da autonomia universitária e a falta da extensão universitária. Com baixa adesão, o governo lançou uma terceira versão do projeto e enviou para a Câmara dos Deputados no dia 2 de junho de 2020 com o nome de PL 3076/2020³⁶. Atualmente encontra-se parado aguardando despacho do presidente da casa.

Mesmo que o Future-se esteja parado no legislativo, é de se esperar que ele seja colocado em pauta e com a pressão do governo federal, pois o projeto de desmonte da educação pública continua, mesmo em tempos de pandemia.

Todavia, a atual gestão do MEC precisa apresentar resultados. Muita energia foi gasta em torno do projeto. É difícil desistir depois de tudo isso. O mais provável é que o MEC reestruture profundamente a proposta e tente novamente. É esperar para ver. (GIOLO, 2020)

Ainda em 2019, com a tentativa de implantação do programa Future-se, o MEC estudava fundir a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³⁷. Foi no mês de outubro que Weintraub e sua equipe propuseram unir os órgãos alegando economizar recursos e criando assim a Fundação Brasileira para a Ciência. Mesmo com funções distintas e oriundas de diferentes ministérios (a Capes pertence ao MEC enquanto o CNPq é vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia), o objetivo seria racionalizar recursos do governo federal. A proposta foi criticada por diversas instituições ligadas à pesquisa e à ciência. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ressaltou que

³⁶ Disponível em: <<https://glo.bo/3wwk68G>>. Acesso em: 10 maio 2021.

³⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3foS1dD>>. Acesso em: 09 maio 2021.

“Uma fusão traria confusão para o sistema que desde a década de 50 trabalha de forma harmônica” (ESTADÃO, 2019, s/p).

Após um período de discussão sobre essa fusão, o Ministro da Educação e deputados governistas anunciam que seria enviada ao Congresso Nacional na forma de uma Medida Provisória ou Projeto de Lei, porém o presidente da câmara divulgou ser contra a fusão³⁸, o que acabou perdendo forças dentro do próprio governo. Assim, o projeto não chegou a ir para a frente.

Weintraub ganhava força e popularidade entre os bolsonaristas por sua forma de gestão e tinha apoio dos filhos do presidente, porém após ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) em uma reunião gravada, onde disse que “botava esses vagabundos todos na cadeia”³⁹, referindo-se aos ministros do STF, sua condição de ministro tornou-se insustentável e cerca de um ano e dois meses à frente do MEC foi exonerado do cargo.

Com o fim do período Weintraub na educação brasileira, Bolsonaro tentou colocar na pasta da educação o economista Carlos Alberto Decotelli, que mesmo antes de assumir o ministério se envolveu em polêmicas por uma série de informações falsas em seu currículo de professor que foram descobertas pela imprensa⁴⁰. Sua nomeação foi cancelada e em 20 de julho de 2020 tomou posse o quarto e atual ministro da educação do Governo Bolsonaro, o pastor e professor Milton Ribeiro⁴¹. Em sua primeira entrevista à frente do cargo, disse ao jornal O Estado de S. Paulo que a homossexualidade ocorre em “famílias desajustadas” que resultou em um pedido de inquérito contra o recém-empossado ministro.

Também considerado conservador da “ala olavista”⁴², Ribeiro possui um perfil mais discreto porém tem seguido com o direcionamento até então dado ao MEC, como por exemplo a nomeação da coordenadora geral de materiais didáticos, a professora Sandra Ramos, que é ligada ao Movimento Escola Sem Partido⁴³. Assim podemos ver que a educação continua a ser uma área considerada ideologicamente estratégica no Governo Bolsonaro. Segundo um relatório de maio de 2021, da

³⁸ Disponível em: <<https://glo.bo/2SxCGP4>>. Acesso em: 10 maio 2021.

³⁹ Disponível em: <<https://glo.bo/3hS26lc>>. Acesso em: 09 abril 2021.

⁴⁰ Disponível em: <<https://bbc.in/3wCVds5>>. Acesso em: 15 abril 2021.

⁴¹ Disponível em: <<https://bit.ly/3fMm4uZ>>. Acesso em: 10 maio 2021.

⁴² Disponível em: <<https://bit.ly/3fMmcut>>. Acesso em: 10 maio 2021.

⁴³ Movimento político criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Ele e os defensores do movimento afirmam representar os pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas.

comissão de deputados que acompanha o Ministério da Educação⁴⁴, "houve aumento de 600% no número de militares dentro dos órgãos nos últimos anos e a pasta tem apenas 37% dos seus servidores em cargos estratégicos com alguma experiência em educação."(UOL, 2021, s/p).

Por fim, podemos entender que o atual governo possui uma tendência ao desmonte da educação pública brasileira, principalmente no ensino superior. A perseguição às universidades federais se dá por ser “um ambiente heterogêneo, democrático ou pela autonomia dos professores em debater e possibilitar o conhecimento de temas diversos” (FERRARI, 2019, p. 76).

O retrocesso ocorrido desde o golpe de 2016 na área da educação nos leva a debater novos cenários com a necessidade de uma mobilização coletiva para defender os direitos sociais básicos que nossa Carta Magna garante e hoje está ameaçado pelo Governo Bolsonaro.

⁴⁴ Disponível em: < <https://glo.bo/3oTH0o1>>. Acesso em: 13 maio 2021.

3 ENQUADRAMENTO DA REALIDADE PELA NOTÍCIA

A noção de enquadramento possui uma vasta literatura com diferentes definições e perspectivas e neste capítulo serão apresentados os autores que estudam o conceito e a definição de *frames* a partir da ideia central de cada um.

Gregory Bateson⁴⁵ (1904-1980) propôs inicialmente o conceito de enquadramento na década de 1950 para a área da psicologia, como forma de compreender as interações através de quadros para interpretar a comunicação humana (apud MENDONÇA; SIMÕES; 2012). Mais tarde, o sociólogo canadense Erving Goffman (1922-1982), considerado o precursor, cujo trabalho sistematizou o conceito de enquadramento, autor do livro *Frame Analysis* (1974)⁴⁶, direcionou suas reflexões para a análise de interações sociais. Segundo Hangai (2012, p. 1) “a experiência de cada indivíduo resulta como ele enquadra a realidade ao seu redor”, ou seja, a forma como cada ser humano projeta sua visão de mundo é diferente para cada pessoa, seja pelo ambiente, pelos pensamentos ou pela experiência.

A partir da perspectiva de Goffman, a ideia de quadro (*frame*) acaba sendo um conceito que consegue “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (Goffman⁴⁷, 1974, p. 21 apud POZOBON; SCHAEFER, 2009, p.159). Pozobon e Schaefer (2009), entendem que para Goffman, os quadros contribuem para que os atores sociais possam compreender sua própria realidade:

Desse modo, os enquadramentos possibilitam que os atores sociais interajam e criem formas organizadas de entendimento do mundo, ordenando aquilo que percebem e tornando cognoscível uma grande variedade de situações com as quais se deparam (POZOBON; SCHAEFER, 2009, p.159).

Dessa forma, podemos entender a contribuição de Goffman para os estudos de enquadramento, propondo metodologia para estudar as imagens visuais e as representações culturais, como um primeiro passo no vasto campo que estuda a análise dos *frames* (FISCHER, 2007).

⁴⁵ BATESON, G. **Steps to an ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology**. Northvale: Aronson, 1987.

⁴⁶ Em português, é traduzido como “análise de enquadramento”.

⁴⁷ GOFFMAN, E. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper, 1974.

No campo da comunicação, os estudos de enquadramento surgiram com a socióloga norte-americana Gaye Tuchman, em 1978, através do processo da construção da notícia a partir da prática e da rotina do jornalista. Segundo Fontes (2018), sua pesquisa se insere em um contexto teórico que vê o jornalismo como uma atividade que promove a construção da realidade, na medida em que faz recortes do mundo social – os frames – por meio de suas rotinas de trabalho. A partir desse momento, as pesquisas empíricas na área da comunicação envolvendo o conceito de enquadramento começaram a ganhar notoriedade (POZOBON e SCHAEFER, 2014).

O sociólogo Todd Gitlin (1980) define um conceito de enquadramento mais específico após seu estudo sobre como os ativistas e os movimentos de paz durante a guerra do Vietnã foram enquadrados pela mídia americana:

Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual. (GITLIN, 1980, p. 6-7)

Os autores Gamson e Modigliani (1989), no final da década de 1980, discutem a ideia do enquadramento, trazendo a ideia de “pacotes interpretativos”, estes que são considerados o próprio enquadramento como: “‘ideia central organizadora’ que atribui significados específicos aos eventos, tecendo uma conexão entre eles e definindo o caráter das controvérsias políticas” (PORTO, 2002, p. 6). Para Gamson e Modigliani (1989), esses “pacotes” seriam promovidos por interesses pessoais ou da própria empresa jornalística, através de patrocínios, gerando uma mudança na forma de noticiar determinado assunto.

Robert M. Entman (1993), trouxe uma revisão mais sistemática ao estudo de enquadramento, definindo assim, um dos conceitos mais utilizados até hoje em pesquisas de comunicação. Para o autor:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p.52.).

O entendimento de Entman (1993) por saliência, corresponde a um fragmento de informação mais significativo, noticiável e memorável para a audiência. Sendo assim, quanto maior a saliência em um texto, maior a chance do público compreender o significado da informação recebida naquele sentido.

Os psicólogos Daniel Kahneman e Amos Tversky (1981) desenvolveram experimentos sobre o conceito de enquadramento que, mais tarde, serviram de referência para Robert M. Entman exemplificar seu conceito de saliência. Em um destes experimentos, os autores formularam uma pergunta e as possíveis soluções desta. A questão elaborada era sobre qual o programa de salvação seria preferível, caso 600 indivíduos dos Estados Unidos, de uma determinada cidade, fossem contaminados com uma doença desconhecida. Duas alternativas eram dadas: em uma, 400 pessoas iriam morrer, enquanto na outra, 200 pessoas conseguiriam sobreviver. Apesar dos resultados serem os mesmos para as duas alternativas, 72% das pessoas optaram pela segunda alternativa, em que 200 pessoas sobreviveriam. (TVERSKY; KAHNEMAN, 1981, p. 453). O resultado dessa experiência mostrou que nesse tipo de situação, as pessoas se comportam de uma forma a salvar vidas (200 pessoas), do que correr o risco de 400 pessoas morrerem. A partir do experimento, compreendemos que a ideia de enquadramento debatida por esses autores nos mostra o modo de comportamento das pessoas diante de uma situação previamente formulada gerando impacto na decisão.

Entman (1993) utilizou o trabalho de Kahneman e Tversky (1981) para evidenciar como a forma de enquadrar, utilizando a saliência em um texto, pode influenciar o indivíduo para determinado aspecto, deixando os outros menos explícitos. Nas palavras do autor:

A maioria dos *frames* é definida pelo que eles omitem e incluem, e as omissões de definições de problemas potenciais, explicações, avaliações e recomendações podem ser críticas como as inclusões na orientação do público (ENTMAN, 1993, p.54).

Na comunicação política, os enquadramentos em notícias possuem grande importância e contribuem para que o público possa ter reações distintas diante de elementos da realidade. Segundo Entman (1993, p. 55): "Enquadrar a essa luz desempenha um papel importante no exercício do poder político, e o enquadramento

em um texto noticioso é realmente a marca do poder - registra a identidade de atores ou interesses que competiam para dominar o texto".

Apesar da ideia que o enquadramento é passível de influência sobre o indivíduo e a forma como ele enxerga a notícia, o autor considera que os *frames* possuem um efeito comum em uma vasta quantia de receptores, porém esse efeito não é universal. Para Campos (2014), apesar de ser possível manipular as informações, "tais manipulações, no entanto, não constroem necessariamente uma visão falsa ou mentirosa da realidade, mas apenas enfatizam determinados elementos ou possibilidade desta em detrimento de outros" (CAMPOS, 2014, p. 381).

Assim, podemos perceber que existe uma fragilidade nos estudos de enquadramento, o que já havia sido discutido por Entman (1993, p. 53) ao considerar que "a presença de enquadramentos, detectada por pesquisadores, não garante sua influência no pensamento da audiência", apesar de ainda assim ser considerado estimulador no pensamento dos indivíduos.

Paul D'Angelo (2002) considera que Entman (1993) contribuiu aos estudos de enquadramento ao apresentar os diferentes locais no processo de comunicação, considerando o comunicador, o texto, o receptor e a cultura, porém acredita que exista uma falha na sua metateoria, partindo do pressuposto de que a pesquisa de enquadramento não se limita somente a um paradigma, mas sim três paradigmas diferentes: o paradigma cognitivo, o paradigma crítico e o paradigma construcionista (D'ANGELO, 2002).

O paradigma cognitivo olha a partir da perspectiva em que indivíduos fazem negociações, quando esses estão em contato com o frame e o conhecimento já existente de cada um. Para esse paradigma, D'Angelo (2002) considera "como o encontro de um indivíduo com um quadro de notícias se torna uma interpretação que é armazenada na memória e ativada em encontros futuros com quadros semelhantes" (D'ANGELO, 2002, p. 878).

Já o paradigma crítico é visto como o resultado do trabalho do jornalista e da instituição ao qual ele trabalha, considerando que as informações levantadas em uma notícia são resultantes da rotina do profissional e sob o interesse das elites políticas e econômicas. Por último, o autor aborda o paradigma construcionista, onde percebe os profissionais da imprensa como os processadores da informação, que "criam pacotes interpretativos das posições de "patrocinadores" politicamente investidos em selecionar suas fontes" (D'ANGELO, 2002, p. 878)

Como vimos, o conceito de enquadramento é bastante amplo, chegando a ser considerado uma teoria com “indeterminismo cultural” (PORTO, 2002). As diferentes visões dos autores e a variedade de objetos de pesquisa, fazem com que o enquadramento possa ser utilizado de várias formas e os pesquisadores possam aplicar o conceito que melhor se adapta ao seu trabalho.

3.1 AS OPERACIONALIZAÇÕES DO CONCEITO DE ENQUADRAMENTO

Como vimos, o conceito de enquadramento possui uma vasta gama de definições e diferentes tipos de abordagens para diferentes tipos de objetos de pesquisa. Sendo assim, procuramos trazer as diferentes maneiras de aplicação utilizadas.

Mendonça e Simões (2012) apontam em seus estudos para três importantes modelos utilizados para análises de enquadramento, sendo o primeiro situado por pesquisas que analisam a situação comunicativa, “buscando pensar a maneira como mensagens metacomunicativas participam de sua definição” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 191). O segundo modelo é composto por estudos de enquadramento que recorrem às molduras e às saliências dentro de um texto, através de análises de conteúdo discursivo. A última vertente estabelecida pelos autores são os estudos de *frame effects*, que utiliza a estratégia de discursos.

Para explicar melhor essas noções, os autores Mendonça e Simões (2012) partem da ideia de que, embora Bateson e Goffman tenham se dedicado a uma comunicação face a face, as pesquisas de enquadramento envolvendo mídia, sociedade e política têm aumentado, principalmente pela visibilidade e também por outros processos sociais. Por isso, as três perspectivas colocadas pelos autores têm relação com os estudos voltados para os discursos midiáticos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

A partir da primeira maneira utilizada para operacionalizar o conceito, chamada de “análise da situação interativa”, Mendonça e Simões (2012) recorrem a uma espécie de “microanálise de interações sociais”, ou seja, através de *frames*, analisando, da mesma forma que Goffman (1986), os quadros para assim dar sentido ao mundo (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

A “análise de conteúdo discursivo”, é compreendida por Mendonça e Simões (2012) como uma segunda noção de enquadramento, em que possibilita analisar a

realidade enquadrada em diferentes situações a partir do conteúdo discursivo proposto: “Tal abordagem tornou-se a mais empregada tanto em estudos de jornalismo como naqueles de comunicação e política” (Mendonça; Simões, 2012, p. 193) Dessa forma, os autores assumem a importância dessa perspectiva e seguem o raciocínio de Robert Entman que explica a forma de enquadrar sendo a “seleção” e “saliência”, retiradas de determinado texto comunicativo, determinando assim as categorias já comentadas no texto como: “[...] definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado” (Entman, 1993, p. 52).

Esses estudos são vistos como “interpretação da realidade”, em que outros autores como Todd Gitlin (1980), ao analisar o tratamento dado pela imprensa aos movimentos pacifistas na guerra do Vietnã e Alessandra Aldé (2004), ao observar a cobertura noticiosa durante a guerra do Iraque, entre outros. Podemos citar também estudos sobre acontecimentos políticos no Brasil, como o trabalho de Afonso de Albuquerque (1994), sobre o enquadramento dado pela televisão (Jornal Nacional) na eleição presidencial aos seus candidatos e o trabalho sobre a cobertura feita pelos jornais impressos (O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo) no Impeachment de Dilma Rousseff (PRUDENCIO; RIZZOTTO; SAMPAIO, 2018).

Na terceira e última categoria definida de operacionalização da análise de enquadramento por Mendonça e Simões (2012) é chamada de “análise de efeito estratégico”, como já exposto acima, envolve os *framing effects*, em que os quadros não são somente molduras de sentido, mas tornam-se “estratégias de construção de proferimentos para gerar determinados efeitos” (Mendonça e Simões, p. 194). As pesquisas envolvendo os efeitos de enquadramento estão ligadas principalmente com trabalhos na área da psicologia e geralmente estão ligadas a questões em que um fato como acarretar uma mudança de comportamento e opinião de determinado indivíduo (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

Já para a área que envolve a comunicação política, os estudos estão diretamente ligados aos de *agenda setting*⁴⁸ e *priming*⁴⁹, utilizando o recurso do enquadramento para influenciar o público. Segundo Mendonça e Simões:

⁴⁸ Em português, pode ser traduzido para “teoria do agendamento”. Os primeiros estudos foram realizados por Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972.

⁴⁹ Desenvolvido por Shanto Iyengar e Donald Kinder, em 1987, é conhecido por efeito *priming* e parte da ideia de que ao noticiar fenômenos políticos, a mídia é capaz de determinar o que será saliente ou não para o julgamento da audiência.

As pesquisas dessa vertente estudam como a comunicação pode ser enviesada de modo a influenciar as pessoas ou que tipos de constrangimentos podem limitar esses efeitos diretos. Frames são, aqui, um viés construído pelo enunciador. (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 195)

Apesar da análise de efeito estratégico ser considerada pelos autores como uma forma de operacionalização do conceito de enquadramento, é preciso ter cuidado ao utilizá-la de modo que os *framing effects* não sejam utilizados como forma de manipulação e persuasão para o público e assim, acabar se afastando da noção fundamental do enquadramento, que envolve quadros como “estruturas simbólicas que vinculam atores sociais e são por eles transformadas” (Mendonça; Simões, 2012, p. 195).

Em uma outra perspectiva, os autores Pozobon e Schaefer (2009) propõem um debate acerca da operacionalização do conceito de enquadramento e sobre os estudos de enquadramentos são entendidos de duas formas distintas: os utilizados para estudos de enquadramentos da mídia (*media frame*) e o outro, para pesquisas envolvendo enquadramentos de audiência (*frame effects*), “num enfoque mais restrito, os enquadramentos dizem da formatação, da disposição das mensagens, dos diversos recursos visuais e verbais utilizados na apresentação de uma notícia (Pozobon; Schaefer, 2014, p. 163).

Para Vimieiro e Dantas (2009), nem sempre os trabalhos de enquadramentos, seja os *media frame* ou os *frame effects* tem o mesmo objetivo, ideia essa que Maia⁵⁰ (2008) também concorda e vai além. Para a autora, nos enquadramentos da mídia, esses estudos utilizam-se de palavras, frases e estilos e assim é analisado o processo para a construção de um determinado texto jornalístico (apud Vimieiro; Dantas, 2009).

Quando se refere aos enquadramentos da audiência, Maia (2008) entende que essas pesquisas “se esforçam para detectar as mudanças na opinião, as quais são induzidas pela alteração sistemática no modo de apresentação ou no ‘enquadramento’ de dada questão” (Maia, 2008, p. 307). A importância dessa diferenciação dos enquadramentos é essencial para as pesquisas como uma forma

⁵⁰ MAIA, R. **Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 2, p. 303-340, jul. /dez, 2009.

de amenizar as constantes indefinições sobre a teoria do enquadramento (Pozobon; Schaefer, 2009).

Para Porto (2004) existem os enquadramentos noticiosos, que se referem a “apresentação, seleção e ênfase” que os jornalistas utilizam para produzir uma notícia. São os próprios profissionais que realizam as escolhas sobre determinada informação, dando sua visão a partir da realidade (Porto, 2004) e os enquadramentos interpretativos, que são “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc.” (Porto, 2004, p. 92).

A diferença, segundo Porto (2004) está na fonte. No enquadramento noticioso o jornalista produz a notícia baseado no resultado de suas escolhas, e no interpretativo, a notícia é feita por meio de “atores sociais”, sejam eles associações, sindicatos, partidos políticos, etc.

Em suma, as fontes são muito importantes na construção da saliência da notícia, uma vez que elas condicionam a direção e posicionamento que o jornal vai dar àquela matéria publicada e esse aspecto será explorado nessa pesquisa.

3.2 AS APLICAÇÕES DO CONCEITO EM ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO POLÍTICO

Como vimos anteriormente, a literatura sobre o conceito de enquadramento possui um amplo entendimento e por isso não é capaz de remeter somente a uma forma, visto que cada pesquisa possui suas particularidades e deve seguir o modelo que melhor atenda ao trabalho em desenvolvimento. Por isso, é fundamental definir o modelo a ser seguido, seja ele um enquadramento noticioso ou interpretativo, apesar de não impedir que o pesquisador possa trabalhar com os dois formatos concomitantemente (PORTO, 2004).

Os estudos de enquadramento no Brasil começaram nos anos 1990 e iniciaram com as coberturas jornalísticas sobre eleições e política. Albuquerque (1994) analisou a cobertura do Jornal Nacional, da Rede Globo, na corrida eleitoral de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República e percebeu o enquadramento diferenciado dado aos dois candidatos.

De acordo com Albuquerque⁵¹ (apud Porto, 2002), o resultado da pesquisa concluiu que “o candidato Fernando Henrique teria sido enquadrado em termos de sua habilidade em unificar forças políticas e construir consenso, enquanto Lula era associado a grupos de interesse, especialmente sindicatos, e a conflitos e discórdia”. Porto também destaca outro importante trabalho sobre a cobertura televisiva do Jornal Nacional, de Fabrício (1997), que atribuiu um enquadramento favorável ao candidato FHC a respeito do Plano Real, trazendo assim um quadro de “confiança” aos telespectadores do jornal.

Estas pesquisas mostram que os estudos de *framing* no Brasil começaram com análises no telejornalismo e na política, no entanto, se expandiu para o jornal impresso. Em seu trabalho sobre a cobertura das eleições presidenciais do ano de 2000, nos Estados Unidos, Porto procurou apresentar o enquadramento dado pelo jornal Folha de S. Paulo e encontrou uma grande semelhança com a forma enquadrada pelos jornalistas norte-americanos (PORTO, 2001).

Outro trabalho que analisou o enquadramento dado pelos jornais impressos O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, foi o de Plínio Leal (2007), no caso Sanguessugas em 2006 e a observação foi feita através de 6 categorias definidas pelo autor: “Categorização do Fato, Provas Apresentadas, Defesas pelos Envolvidos, Tipificação dos Envolvidos e Consequências”. (LEAL, 2007, p. 4). O resultado obtido na pesquisa trouxe uma semelhança entre os dois jornais, indicando uma possível “cultura de enquadramentos noticiosos que existe em grandes veículos de comunicação” (LEAL, 2007, p. 11). Desta forma, podemos entender que apesar da análise mostrar uma similaridade na forma como cada jornal enquadrou suas notícias, o conceito utilizado pelo autor, com as categorias selecionadas, conseguiram tratar o tema adequadamente.

Para Leal (2007), no seu trabalho intitulado “Jornalismo político brasileiro e a análise do enquadramento noticioso”, o conceito:

[...] oferece uma sólida alternativa para analisar a mídia nacional, pois trata com a questão de como a mensagem é organizada, ressaltando preferências de um determinado enquadramento em oposição a outros. A importância desse conceito está diretamente relacionada à identificação das tendências dos meios noticiosos nacionais e à análise de comunicação com um enfoque que é específico do campo jornalístico. (LEAL, 2007, p. 12)

⁵¹ ALBUQUERQUE, A. **A campanha presidencial no ‘Jornal Nacional’: observações preliminares.** Comunicação & Política, V. 1, n. 1, pp. 23-40, 1994.

Assim, de certa forma, o *framing* se mostra uma ainda útil para pesquisadores, principalmente brasileiros, que analisam a comunicação política e o modo como os grandes jornais e seus jornalistas enquadram as notícias. De certo modo, é possível expandir essa visão e Entman (2003) já considerou o aumento de pesquisas nos Estados Unidos a respeito do conceito e é possível assim ter a noção como a imprensa norte-americana enquadra suas matérias, principalmente envolvendo questões políticas.

Os estudos recentes de Prudencio, Rizzotto e Sampaio (2018), sobre a cobertura jornalística do impeachment da presidenta Dilma Rousseff nos mostram outras possibilidades para a compreensão do enquadramento feito pelos jornais da mídia brasileira. Como já visto acima, a forma de utilizar o conceito depende do que está sendo analisado e para a pesquisa dos autores, foi necessário analisar também os elementos visuais e narrativos das notícias (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017) que envolvem uma análise textual (Entman, 1993), narrativa e visual (Wosniak et al, 2014). A partir destes elementos uma análise de enquadramento multimodal, que se baseia na análise de conteúdo manual (KRIPPENDORF, 2004) foi utilizada para o trabalho.

A análise considerou 2.202 notícias (de 15 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016) dos três maiores jornais do Brasil: O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo e envolveu 5 variáveis (atores, definição do problema, causas do problema, julgamento moral e recomendação de tratamento) para a análise do enquadramento noticioso, que também é utilizado nesta dissertação.

Nos resultados obtidos na pesquisa constatou-se que os jornais apresentaram legitimidade ao processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT), com uma cobertura jornalística isenta de tratar as polêmicas que envolviam o momento (PRUDENCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2018). De acordo com os autores:

Isso fica evidente na variável recomendações de tratamento, em que as notícias se posicionaram (11,58% favorável e 6,67% contra) sem a discussão do que isso representava para a democracia. Outra indicação nesse sentido é a confluência entre as variáveis definição do problema e causas do problema que tem na disputa política sua maior incidência (PRUDENCIO; RIZZOTTO; SAMPAIO, p. 26)

Assim, a pesquisa verificou que os jornais trataram o tema do impedimento da presidenta como político, deixando de lado a preocupação por uma possível instabilidade democrática no país. As notícias apenas colocavam-se a favor ou contra o ato, dividindo a população (PRUDENCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2018). É importante dizer que este trabalho, assim como a maioria dos estudos sobre enquadramento jornalístico, trazem a possibilidade de mostrar que a imprensa no Brasil não é isenta e possui um lado:

Futuras pesquisas e mesmo críticas precisam estar atentas a essa forma de apoiar implicitamente certo lado acionada por esse jornalismo dito independente. Esse jornalismo isentão que apenas aparentemente não tomou posição, atuou como normalizador do golpe.(PRUDENCIO; RIZZOTTO; SAMPAIO, p. 34)

Tendo em vista os aspectos observados, podemos dizer de modo geral que a abordagem metodológica necessita de clareza para assim aumentar a confiabilidade da pesquisa, de modo que atinja os objetivos propostos. Vimieiro (2010, p. 76) recorre ao entendimento de que “diversos métodos vêm sendo utilizados para a análise dos frames que recaem em erros que podem minar a confiabilidade e a validade das pesquisas”.

Por isso, este trabalho busca oferecer um embasamento teórico e ferramentas metodológicas para assim assegurar que a análise das notícias aqui proposta possa ser justificada e a pesquisa possibilite uma discussão maior sobre *framing* e sua aplicação dentro da comunicação política.

4 A IMPRENSA BRASILEIRA E O POSICIONAMENTO POLÍTICO E COMERCIAL DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

Quando pensamos em jornalismo e suas práticas, a ideia que nos remete, pelo menos conceitualmente, é de uma profissão séria, ligada à objetividade e imparcialidade na produção de notícias para manter a população informada, seja na televisão, no rádio, no meio impresso ou no meio digital. Porém quando estudamos essas práticas, é possível verificar que o jornalismo nunca conseguiu de fato exercer suas atividades sendo isento, neutro e imparcial.

O jornalismo existente no Brasil foi trazido do exterior e baseado em práticas ligadas a noções de objetividade e neutralidade. Segundo Chalaby (1996), o jornalismo praticado até hoje no país não é “[...] apenas uma descoberta do século XIX, como também uma invenção anglo-americana. Foi nos Estados Unidos, e em grau menor na Inglaterra, que as práticas e estratégias discursivas, que caracterizam o jornalismo, foram inventadas” (CHALABY, 1996, p. 1).

A ideia de objetividade no jornalismo é algo sempre questionável, envolvida no processo de fabricação de uma notícia, não torna o acontecimento ou fato, a verdade propriamente dita, mas sim uma visão da empresa que publica a notícia e do jornalista que ali está apurando os fatos. Sendo assim, podemos dizer que uma notícia é uma observação da realidade traduzida em um relato (WINSTON e WINSTON, 2021). Para Tuchman⁵² (apud Traquina, 1993, p. 74), a “objetividade pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão”.

Com base nessa ideia, o “ritual” da objetividade é usado para passar às pessoas a sensação de que a notícia produzida não tenha nenhum tipo de interferência do profissional de imprensa, porém, como exposto anteriormente, a imparcialidade é questionável e por isso, a relação que existe com o jornalismo e a política foi e continua sendo de estreitos laços (CARVALHO, 2016).

Segundo Lycarião, Magalhães e Albuquerque (2018, p. 14): com “o refluxo da democracia brasileira nos últimos anos”, os jornais passaram a se empenhar em linhas editoriais ligadas às elites políticas, mas de certo modo a “mídia tradicional” impressa sempre foi destinada às classes mais favorecidas (LYCARIÃO;

⁵² TUCHMAN, Gaye. **Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity**. American Journal of Sociology, Chicago, v. 77, n. 2, p. 660–679. 1972.

MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2018). Na tese de Azevedo (2016), o autor sugere esta afirmação:

Com a circulação dirigida para os leitores da classe AB, considerados “formadores de opinião”, os grandes jornais diários, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um ativo jornalismo opinativo, através dos editoriais e colunas que coexistem com as páginas de informação. Este jornalismo de comentário, orientado para as elites, é funcional para o público a que se destina e tem potencial de agenda e influência na formação da opinião pública, ao pautar o jornalismo televisivo e repercutir nos sites, nos blogs e nas redes sociais (AZEVEDO, 2016, p. 49).

Nos estudos de Albuquerque (2005), *Another 'Fourth Branch'*, o autor faz uma relação entre o “poder moderador” e o “quarto poder”, sendo o primeiro um poder descrito na Constituição de 1824, sendo assim, além do poder executivo, legislativo e judiciário, um “quarto poder” para desempenhar um papel importante, equilibrando os outros poderes (ALBUQUERQUE, 2005), mas no início não foi possível, pelo fato do Imperador concentrar o poder executivo e o “poder moderador”, por quase setenta anos.

De acordo com o autor, esse poder moderador teve um fim com a proclamação da República e somente mais tarde, no governo de Campos Salles (1898-1902) resquícios desse poder surgiram, com o apoio dos estados ao executivo (ibidem, 2005). Foi após o prestígio dos militares brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial, que esse poder voltou: “Entre 1945 e 1964, os políticos civis costumavam ligar aos militares para arbitrar disputas políticas e para 'restaurar a ordem pública'.” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 6).

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o autoritarismo não permitiu a existência deste “poder moderador” e após a queda dos militares, era preciso existir novamente uma “força externa neutra”, esta que é considerada pelo autor um “quarto poder”. Além disso, os jornalistas brasileiros tentam “empregar a retórica do Quarto Poder, a fim de legitimar seu papel como uma espécie de *Poder Moderador*” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 12), mesmo que institucionalmente, o Ministério Público cumpra esse papel. As condições financeiras da imprensa pós-golpe militar melhoraram e assim, houve o momento oportuno para a “tomada” desse poder:

Foi somente após o fim do regime militar, em meados da década de 1980, que a mídia brasileira teve as condições necessárias para exercer o papel de um 'Quarto Poder'. Em parte, isso foi o resultado de mudanças econômicas:

naquele momento, as principais empresas noticiosas brasileiras estavam mais solidamente enraizadas no mercado e, conseqüentemente, menos dependente economicamente do estado (idem).

O entendimento final do autor, é de que a imprensa brasileira adotou para si esse "quarto poder", como prerrogativa de restabelecer o "poder moderador" que existiu por muitos anos no Brasil (ALBUQUERQUE, 2005).

Na tese de Mont'Alverne (2020), é possível compreender o jornalismo como ator político, através das empresas jornalísticas e com dificuldades de uma cobertura imparcial, sem opiniões. Para a autora:

Reconhecer as empresas jornalísticas como agentes interessados implica entender que elas são detentoras de uma agenda própria, podendo convergir com àquelas de agentes do campo político ou econômico. Ao mesmo tempo, não resulta em explicar qualquer comportamento delas como consequência da defesa de seus próprios interesses (MONT'ALVERNE, 2020, p. 96).

Neste sentido, os donos de empresas de comunicação conseguem ter domínio próprio sobre o conteúdo publicado em seus jornais, influenciando ideologicamente decisões políticas (ALBAEK et al, 2014). Conseguimos verificar isso através de análises, como a desse trabalho, através de posições elencadas pelos jornalistas e o cumprimento das regras editoriais da empresa. A construção de uma reportagem feita por um determinado jornal, mesmo que de forma imparcial e com os princípios básicos da profissão, acaba sendo naturalizada pelo fato de o jornalismo consolidar determinada agenda da empresa e a forma que se dá o viés político (MONT'ALVERNE, 2020), contudo "não se argumenta, com isso, que todo o conteúdo seja necessariamente pensado de forma a atingir objetivos específicos - ou 'manipulado' de acordo com os interesses em jogo" (MONT'ALVERNE, p. 99)

Ao reconhecer que a linha editorial da empresa jornalística é de certa forma importante para a construção da notícia, Page (1995) compreende que:

[...] a maior parte das notícias tende a expressar visões que estão em harmonia com a linha editorial do periódico. É importante reconhecer que isto pode ocorrer sem coordenação explícita. Proprietários e editores dificilmente precisam interferir "censurando" notícias ou dizendo aos repórteres o que escrever, além da função usual do editor de atribuir pautas e editá-las. Além disso, a "parede de separação" entre notícia e departamento editorial não precisa ser rompida, pela simples razão que proprietários e *publishers* controlam, em última instância, os dois departamentos. (PAGE, 1995, p. 257)

Podemos aqui considerar, que os editoriais de destes grandes jornais, são considerados uma das formas de expor sua própria opinião, com viés ideológico, mesmo ainda que dentro das próprias notícias e reportagens encontram-se vestígios menos explícitos da posição da empresa jornalística (EILDERS, 1999; MARQUES; MONT'ALVERNE, 2015). Em outro texto, Mont'alverne (2017) propõe que o “editorial sempre é constituído de textos que pautam “suas demandas a quem julgam ser responsável por atendê-las - usando do poder de pressão e da credibilidade da qual dispõem para convencê-los de que a questão merece atenção” (MONT'ALVERNE, 2019, p. 14).

Em suma, esse jornalismo praticado pela grande mídia, apresenta seu viés político e ideológico não só em editoriais, mas também na própria produção de matérias, que seguem as recomendações através de seus manuais, interferindo assim na independência e autonomia.

4.1 BREVE HISTÓRICO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

O jornal O Estado de S. Paulo, foi fundado em 4 de janeiro de 1875, então chamado de ‘A Província de S. Paulo’”, tendo como chefes de redação Francisco Rangel Pestana e Américo Brasil de Campos (PONTES, s.d). Somente no ano de 1890, a empresa jornalística foi nomeada de “O Estado de S. Paulo”. Desde sua abertura, foi defensor de interesses da elite e com tendência política, sendo que, durante a Campanha Civilista de 1919, conseguiu colocar Rui Barbosa como um “modelo político” no país (CAPELATO, 1980).

A família Mesquita sempre teve o controle do jornal, passando “de pai para filho” a tarefa de definir sua linha editorial seguindo seu viés ideológico. Podemos brevemente explicar alguns momentos na história em que o Estado de S. Paulo se colocou como ator político: Júlio de Mesquita Filho, que foi considerado conspirador durante o Levante Paulista⁵³ e na década de 1930, apoiou partidos e políticos como Getúlio Vargas, Jânio Quadros (mesmo mais tarde se colocando contra os mesmos). Em seus editoriais, elogiava os militares e atacava a esquerda, tramando contra o então presidente João Goulart (TOLEDO, 1982).

⁵³ Também conhecido como a Revolta Paulista de 1924, o Levante Paulista foi considerado o maior conflito urbano na história do país e foi motivado pelo descontentamento de militares com a crise econômica e a concentração do poder por parte de políticos de São Paulo.

Com a posse de Jango, através da solução parlamentarista, e a rápida polarização política nos anos seguintes, entre a esquerda e a direita em torno das reformas de base, o jornal radicalizou sua oposição ao governo: defendeu de forma aberta a deposição de Jango, apoiou as manifestações de ruas contra o governo (a “Marcha com Deus pela família e pela liberdade”) e, finalmente, o golpe militar de 1964 (AZEVEDO 2016).

Da mesma forma que o jornal O Globo, comandado por Roberto Marinho, o Estadão defendeu a ditadura e o golpe militar, porém mais tarde sofreu censura por publicar um editorial assinado por Mesquita Filho intitulado “Instituições em Frangalhos”. Após 1975, com o fim da censura imposta pelos militares, chegou a apoiar as “Diretas já”. Azevedo (2016, p. 64) considera que o jornal O Estado de S. Paulo em seus editoriais possui “pouco lugar para a diversidade interna e o debate de ideias, valores e projetos políticos e ideológicos opostos, prevalecendo visões liberais ou conservadoras que estruturam tendências políticas de centro-direita”.

Hoje, o grupo Estado (ainda sob comando da família Mesquita) controla jornais impressos (O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde), rádios (Estadão, Eldorado e Disney), agências de notícias (Agência Estado, OESP Mídia e OESP Gráfica) e o portal de notícias Estadão, que disponibiliza o conteúdo de sua edição impressa e foi inaugurado no ano 2000.

4.2 O CÓDIGO DO ESTADÃO E A LEGITIMAÇÃO JORNALÍSTICA

Dada esta breve contextualização do jornal que iremos analisar as reportagens, vamos aqui, trazer o Código de Conduta e Ética do grupo Estado (FIGURA 1), disponível para download em sua plataforma digital.

O CCE traz em sua primeira página uma carta do presidente do conselho de administração (Família Mesquita). A carta traz uma contextualização a respeito do grupo, em que é explicado em algumas palavras sobre a forma de comportamento, relação com os funcionários (aqui chamados de empregados em todos os momentos), e sobre o cumprimento deste Código de Conduta e Ética.

O sumário possui 20 itens, sendo o primeiro sobre a missão, que diz “ser um grupo empresarial rentável nos setores de informação e comunicação, nos segmentos de jornalismo, de serviços de informação, divulgação de publicidade, entretenimento

e serviços gráficos” (O Estado de S. Paulo, p. 3). Além disso, a missão é também “divulgar e defender os princípios da democracia e da livre iniciativa”.

A partir deste trecho acima citado, recorreremos ao estudo de Albuquerque (2005), no qual o autor destaca que pós-ditadura militar, a maior parte da imprensa começa a se auto intitular de “quarto poder”, como uma instituição defensora da democracia e seus direitos.

FIGURA 2 – CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA DO GRUPO ESTADO



Grupo Estado
Código de Conduta e Ética

Carta do Presidente

No mundo corporativo, a preocupação com o tema cidadania empresarial está cada vez mais presente. É dever do Grupo Estado estimular a adoção de posturas firmes e inovadoras diante de questões relacionadas à ética e à responsabilidade social, imprimindo qualidade superior à relação empresa-empregado-sociedade. É seu dever, também, investir em seus Colaboradores, principais responsáveis pelos resultados da Empresa.

Os comportamentos de ordem moral, os valores e os princípios que norteiam a conduta profissional dos Empregados devem estar em consonância com o principal deles, que é o princípio da dignidade da pessoa humana.

O Código de Conduta e Ética Empresarial é um importante instrumento para o alcance destes resultados, pois consolida o conjunto de princípios, normas e procedimentos praticados ao longo da existência do Grupo Estado.

A compreensão e o exercício destes princípios disseminam a integridade e reputação do Grupo Estado no contexto da sociedade.

Este Código deverá ser cumprido por todos os Empregados que atuam no Grupo Estado, sem distinção de Empresa ou de seu nível hierárquico na Organização.

Presidente do Conselho de Administração
Diretor Superintendente do Grupo Estado

FONTE: O Estadão (sem data).

Quando chegamos no espaço onde se concentra a linha editorial do grupo, é descrito em poucas palavras o que seria o detalhamento da missão editorial, e que o grupo define suas crenças, seus valores e princípios sempre por meio de sua missão editorial e também às orientações do seu conselho de administração.

Os princípios gerais, enumerados logo abaixo do texto da linha editorial, abrangem 10 tópicos, iniciando novamente com a defesa do “sistema democrático de governo, a livre iniciativa, a economia de mercado e um Estado comprometido com um país economicamente forte e socialmente justo”. Aqui, mais uma vez o papel de um novo “poder moderador” pode ser encontrado, uma vez que o jornalismo brasileiro

busca essa legitimação atribuindo para si o guardião da democracia (ALBUQUERQUE, 2005).

Também é dito que são responsáveis pela promoção do desenvolvimento humano, político, econômico, social e cultural do Brasil, além de garantir a manifestação de opiniões das minorias condenando qualquer tipo de preconceito. O grupo diz que está sempre a interesse dos seus leitores em geral e “defende editorialmente os direitos e as liberdades individuais, o pluralismo democrático e a identidade sócio-cultural do Brasil e de São Paulo”.

Seguindo os outros itens, o código diz que defende a “prioridade do direito sobre a força” e a “prioridade da ordem social sobre a anarquia” de qualquer tipo. Somente no item 7, é que o grupo fala sobre as questões de jornalismo, dizendo que é uma organização e que “busca, processa e difunde informação com rigorosa obediência às exigências profissionais e éticas”, por outro lado, essa ideia descrita no CCE acaba sendo genérica, visto que como tratado no início do capítulo, o jornalismo tem na noção de objetividade mais uma formalidade do que uma substância.

O paradoxo central é que somente na medida em que a imprensa reivindique e seja reconhecida como um agente “neutro” e politicamente desinteressado, movido apenas pela técnica e pela ética profissional que ele pode desempenhar eficientemente o papel de mediador entre os três poderes (ALBUQUERQUE, 2009, p. 7).

Por outro lado, a empresa se declara aberta aos debates independentemente de suas posições editoriais e diz “defender o pluralismo e a diversidade de opiniões”. E por fim, o Estadão fala em “saúde econômica”, que é um “pré-requisito” para ter sua independência e para pagar seus funcionários e entende que “ganhar dinheiro com a informação, digna e corretamente, é rigorosamente, um dever ético”.

O CCE traz outros assuntos como padrão de conduta, orientando como o funcionário deve se portar dentro da empresa, a conformidade com as Leis, Regras e Regulamentos, proteção de patrimônio, entre outros. Na página 9, consta o tema “anticorrupção”, quando o jornal se diz compromissado em combater atos de corrupção, além de respeitar essas regras os funcionários não podem dar nenhum tipo de vantagem a um agente público que “possa exercer influência sobre suas decisões enquanto gestor público e que possa trazer algum tipo de benefício”.

Com o tema “anticorrupção” destacado no código do jornal, podemos apontar estudos, como o de Neves (2019), sobre o Estado patrimonialista (FAORO, 1998),

analisando através do enquadramento multimodal, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 feito pelos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo. O autor aborda o tema do discurso patrimonialista, verificando que o jornalismo brasileiro tende a responsabilizar o Estado, deixando questões importantes que poderiam ser discutidas para trás, no caso específico, a teoria da grande imprensa de que não existiu um golpe parlamentar em 2016.

O que se pôde perceber pela análise do enquadramento multimodal é que a tese do Estado patrimonialista está presente, mas não de maneira clara ou tratada explicitamente. Ela está na construção do campo político formado por uma casta, que detém privilégios, que está distante da população. A cobertura jornalística opera assim como normalizadora dessa visão que se perpetua na sociedade, quando seu papel seria atuar como questionadora. (NEVES, 2019, p. 114).

Ainda assim, o autor entende que “a crítica às práticas de corrupção acabam por reforçar a tese do Estado patrimonialista também porque retira o campo econômico do cenário da crise política, de alguma forma “poupando” seus agentes”. (NEVES, 2019, p. 114).

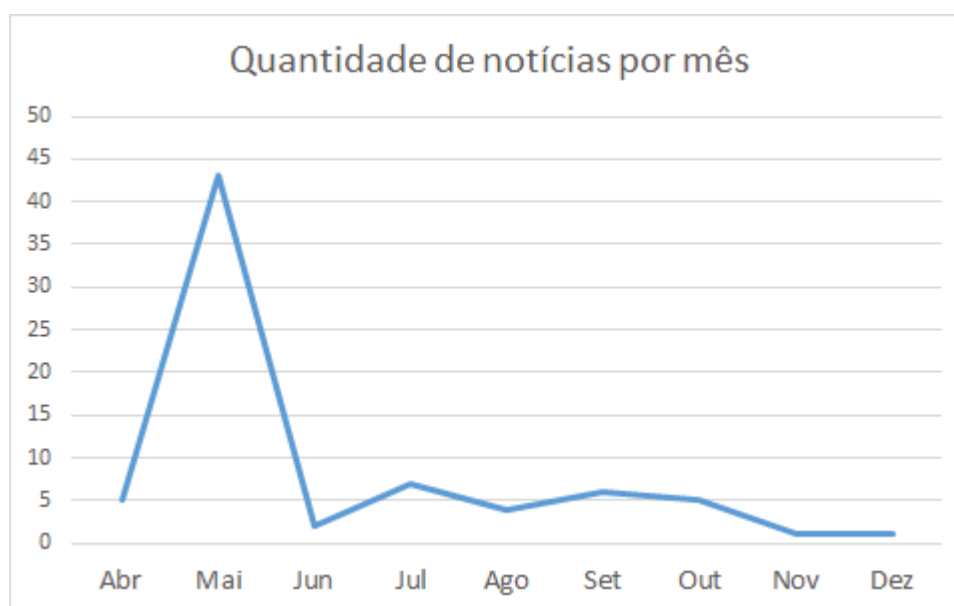
O que fica claro, tanto nos estudos do autor, como no CCE do Estadão, é a interferência da posição ideológica do grupo empresarial na agenda do jornal, o que contraria os princípios de imparcialidade, objetividade e pluralismo que o veículo diz seguir. É nesse sentido que essa pesquisa questiona a existência dessa interferência na cobertura dos cortes na educação durante o ano de 2019.

5 O ENQUADRAMENTO DOS CORTES NO ESTADÃO

Essa pesquisa busca analisar as notícias do jornal O Estado de S. Paulo sobre o momento de crise na educação brasileira de 2019. Como já descrito anteriormente, a primeira publicação do Estadão⁵⁴ sobre os acontecimentos foi no dia 30 de abril de 2019, com a seguinte manchete: “MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA”⁵⁵.

O período buscado foi do dia 30 de abril de 2019 a 31 de dezembro de 2019 e todas as notícias presentes no *corpus* foram coletadas de forma manual, a partir do portal de notícias do Estadão⁵⁶. Foram utilizados os termos “educação”, “cortes”, “balbúrdia”, “contingenciamento”, “Future-se”, “Capes” e “CNPq” para a pesquisa no portal. No gráfico 1, podemos observar que a maior quantidade de notícias publicadas foi no mês de maio de 2019, totalizando 43 notícias.

GRÁFICO 1 – Nº DE NOTÍCIAS POR MÊS



FONTE: O autor (2021).

As editorias que continham matérias sobre os termos pesquisados foram “educação”, “política”, “economia”, “ciência” e “Brasil”. Foram identificadas 57 notícias

⁵⁴ Consideramos todas notícias do jornal O Estado de S. Paulo que foram encontradas com os termos mencionados no início dessa pesquisa, através da ferramenta de busca, disponibilizada pelo portal do grupo Estado. Sendo assim, o corpus de análise foi elaborado a partir das notícias filtradas e coletadas automaticamente pelo site do jornal.

⁵⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/3vki0YT>>. Último acesso em: 14 nov. 2020.

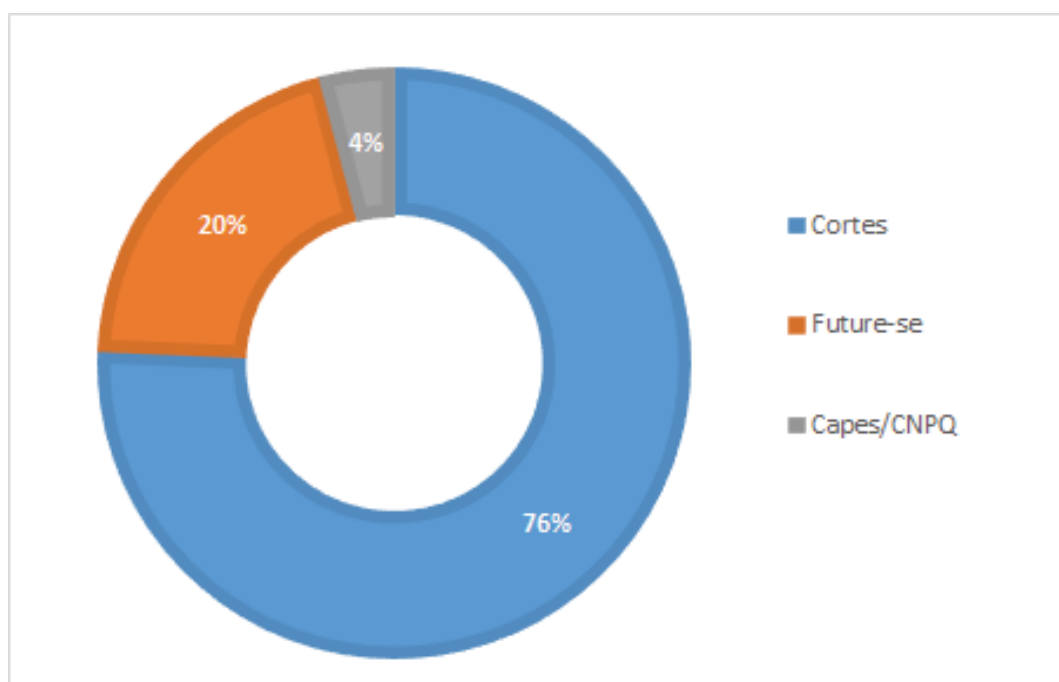
⁵⁶ Endereço eletrônico do Estadão: <www.estadao.com.br>.

na editoria de educação, 12 notícias na editoria de política, 2 na editoria de economia, 2 notícias na editoria de ciência e 1 notícia na editoria Brasil.

Como verificamos no gráfico acima, o mês de maio de 2019 foi o mês que teve mais publicações com os termos pesquisados e isso ocorreu devido às manifestações realizadas em todo o país contra os cortes de verbas nas universidades e institutos federais (15/05/19 e 30/05/19). A última notícia que continha algum dos termos pesquisados, foi no dia 11 de novembro de 2019, referente ao programa Future-se. Na pesquisa foram desconsiderados os conteúdos opinativos e os *podcasts* do jornal.

As notícias foram divididas em três fases da crise na educação de 2019: O corte de verbas nas instituições de educação federal, o programa Future-se e a fusão da Capes e CNPq. No gráfico 2 é possível verificar que a maior quantidade de matérias é sobre os cortes na educação. Sendo assim, tivemos um total de 56 publicações sobre os cortes, 15 publicações sobre o programa Future-se e 3 notícias sobre a fusão Capes e CNPq durante o período analisado.

GRÁFICO 2 – Nº DE NOTÍCIAS POR TEMA

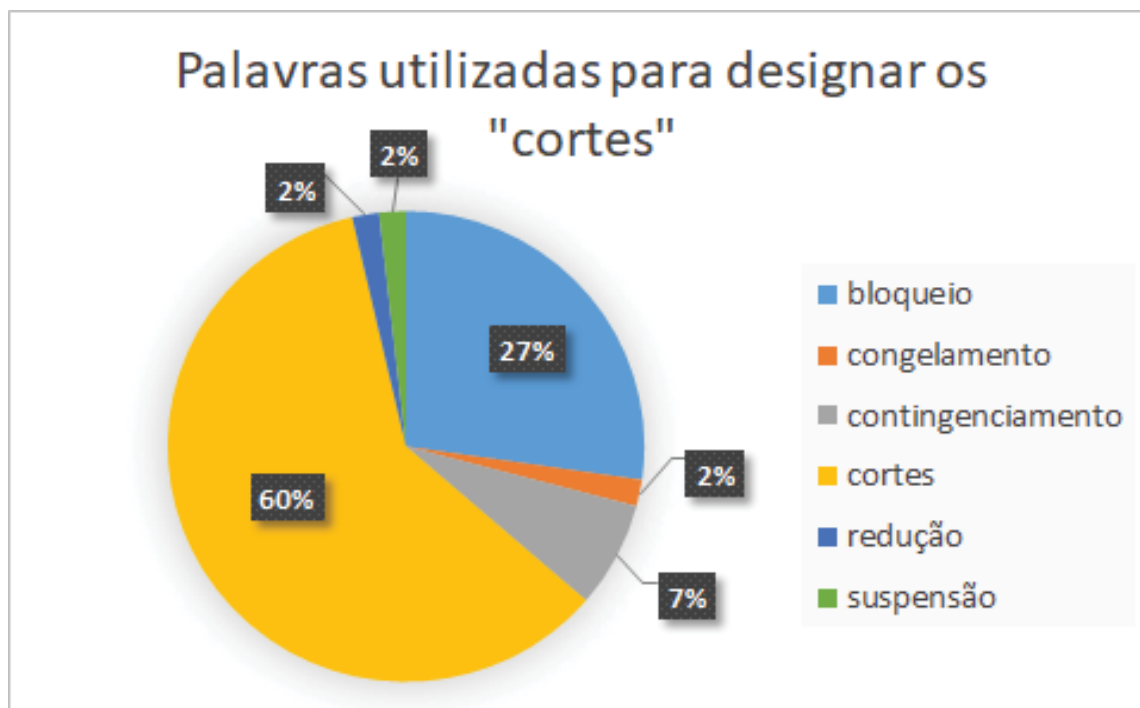


FONTE: O autor (2021).

As 56 notícias do jornal Estadão foram publicadas com diferentes termos para designar esses cortes. No gráfico 3 observamos que, apesar da palavra “corte”

aparecer em 33 publicações, o Estadão utiliza outros termos para designá-los: “bloqueio” em 15 notícias, “contingenciamento” em 4 notícias e as palavras “congelamento”, “redução” e “suspensão” aparecem em uma matéria cada.

GRÁFICO 3 – TERMOS UTILIZADOS PARA OS CORTES



FONTE: O autor (2021).

Todas as notícias selecionadas para a análise dessa pesquisa estão disponíveis no Apêndice 2, ao final do trabalho.

5.1 O LIVRO DE CÓDIGOS

Após a coleta das matérias do Estadão, o *corpus* foi analisado seguindo a proposta do enquadramento noticioso de Entman (1993), em que os quadros da mídia são desenhados a partir da definição do problema, que corresponde a quais foram as questões envolvidas para definir os cortes na educação, ou o programa Future-se ou a fusão Capes e CNPq e também o formato como foi noticiado. Para isso, desenvolvemos um Livro de Códigos (Apêndice 1) como ferramenta para a análise do enquadramento noticioso proposto nesse estudo.

Para essa análise, foram utilizadas primeiramente duas variáveis para a definição do problema, sendo elas: atores (V1) e argumentos da fonte (V2). Os

códigos para análise dessa variável podem ser encontrados na Tabela 1 e Tabela 2 logo abaixo e a descrição completa encontra-se no Livro de Códigos, disponível no final do trabalho.

Na primeira variável (TABELA 1) “Definição do Problema - Atores” (V1), procuramos verificar os atores envolvidos que têm maior espaço na notícia por meio de suas falas, pensamentos ou ações reproduzidas em discurso indireto, feito pelo jornalista.

TABELA 1 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ATORES

01	Governo Bolsonaro e aliados políticos
02	Oposição ao Governo Bolsonaro
03	Campo da educação (instituição)
04	Campo do judiciário
05	Campo da educação (estudantes)
06	Sociedade civil
07	Outro

FONTE: O autor (2021).

Os códigos dessa variável são divididos em cinco, sendo elas: “Governo Bolsonaro e aliados políticos” (01), no qual é identificado um espaço de fala somente destes ou considerando o maior espaço dado ao entrevistado. O código “oposição ao Governo Bolsonaro” (02) é selecionado quando a notícia dá espaço de fala para partidos políticos, senadores e deputados de oposição ao executivo. No código “campo da educação (instituição)” (03) procuramos notícias que sinalizem como fonte principal as instituições de ensino, os reitores, professores e outros profissionais da educação.

O código “campo do judiciário” (04) é selecionado quando a notícia dá espaço de fala para ministros do judiciário ou juízes, Ministério Público, Procuradoria-Geral,

polícia federal entre outros. O “campo da educação (estudantes)” (05) abrange notícias que dão voz aos estudantes em geral, além de ex-estudantes e representantes estudantis.

No código “sociedade civil” (06) será selecionada a matéria que dá espaço de fala para cidadãos comuns, ligados a organizações, representantes de movimentos sociais, artistas, intelectuais e celebridades em geral. Caso não seja identificado nenhum autor descrito no livro de códigos, será selecionado o código “outro” (07).

Na segunda variável (TABELA 2) “definição do problema - argumentos da fonte” (V2), a verificação é o argumento da fonte que teve maior força dentro da notícia analisada. Mesmo que a notícia possua mais de uma fonte, a prioridade é dada a fonte que for mais representativa, levando em conta a voz que o texto deu maior espaço.

TABELA 2 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ARGUMENTOS DA FONTE

01	Moralidade
02	Crítica ao executivo
03	Falta de verbas
04	Governo Bolsonaro
05	Educação brasileira
06	Professores e agentes de ensino
07	Constitucionalidade/Inconstitucionalidade
08	Outros

FONTE: O autor (2021).

A terceira variável identificada como Causas do Problema (V3) são as indicações dadas pela notícia na forma textual ou pela seleção de fontes utilizadas na matéria das razões que originaram o problema em questão. Os seis códigos que serão utilizados para verificação são: “razão política/ideológica” (01), que está presente nas notícias em que as razões políticas e/ou ideológicas são apresentadas como principais razões para os acontecimentos. O código “falta de verba para a

educação” (02) é sinalizada quando a notícia somente indica que existe falta de verba por parte do governo para manter as Instituições Federais.

O código “necessidade do Future-se” (03) está presente quando é noticiado o problema devido à falta de um projeto, no caso o Future-se. Já o código “solução é a fusão Capes e CNPq” (04) são notícias que mostram que a causa será solucionada com a fusão dos órgãos. Além disso, temos “ausente” (99) e “outras alternativas” (05).

Na variável de Julgamento Moral (V4), consideramos o julgamento moral por parte do jornalista, ainda que esse julgamento seja através da seleção das fontes ou citações. Em algumas notícias podem existir mais de um julgamento moral e nesse caso, será selecionado o código predominante. No Livro de Códigos desse trabalho existem três códigos para a V4: “razões políticas e/ou ideológicas para os cortes/implantação do Future-se/Fusão Capes e CNPq” (01), que deve ser selecionada caso a notícia exponha que um dos três momentos analisados durante essa crise na educação ocorrem por motivos ideológicos ou políticos por parte do governo. Já o código “falta de gestão do Governo Bolsonaro” (02) se dá quando a notícia mostra a falta de gestão por parte do executivo diante do que está sendo noticiado. O código “ausência de posicionamento” é selecionado quando a matéria é produzida de forma neutra, sem posicionamento ou não é possível identificar o motivo que levou para a atual situação. Quando não apresenta julgamento moral, o código “ausente” (99) é utilizado.

Na Recomendação de Tratamento (V5), Entman entende que essa é feita a partir da possível solução ao problema que está sendo noticiado, e quando houver, poderá haver mais de uma solução, porém para a análise sempre será utilizada a mais evidente. Seus códigos são: “os cortes na educação/ o programa Future-se/ a fusão Capes e CNPq é a melhor solução” (01), “os cortes na educação/ o programa Future-se/ a fusão Capes e CNPq não é a melhor solução” (02), “outras alternativas” (03) e “ausente” (99) quando a notícia não realiza recomendação de tratamento.

A última variável, é o Foco Geral do Estadão (V6), na qual procuramos identificar o posicionamento geral da notícia publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, levando em consideração três códigos: “a favor do governo” (01), quando a notícia tende a ser favorável ao governo, “contra o governo” (02), quando a notícia tende a ser contra o governo, e “neutro” (03), quando a notícia possui neutralidade em relação ao fato noticiado.

Após a apresentação das variáveis do Livro de Códigos, apresentamos a seguir os dados da análise realizada e as discussões referentes ao que esta pesquisa pretende. Os exemplos de cada uma das variáveis apresentadas e as regras para o preenchimento de cada uma encontram-se no Livro de Códigos (APÊNDICE 1).

5.2 A ANÁLISE: O ENQUADRAMENTO DAS NOTÍCIAS SOBRE A CRISE NA EDUCAÇÃO

A análise do enquadramento noticioso será importante para compreender a maneira como o jornal O Estado de S. Paulo enquadrou essas notícias, tendo em vista que essa é uma empresa jornalística que possui uma linha editorial explicitamente conservadora e pró-mercado, e possui uma agenda econômica muito semelhante à do atual governo (DIMENSTEIN, 2019).

A pesquisa pretende analisar as notícias do Estadão sobre a crise na educação de 2019 nos três momentos considerados mais críticos: Os cortes na educação, a implantação do projeto Future-se e a fusão da Capes e CNPq.

As 74 notícias coletadas serão analisadas a partir da técnica de enquadramento noticioso já conceituada no capítulo, com as suas variáveis e códigos do Livro de Códigos. Todas as matérias presentes no *corpus* foram coletadas manualmente a partir da busca específica que o portal do jornal Estadão disponibiliza. O início da coleta foi no dia 30 de abril de 2019, momento em que o MEC anunciou os primeiros cortes em instituições de ensino superior.

5.2.1 Para quem o Estadão deu voz?

Após percorrermos nosso caminho teórico-metodológico e apresentarmos o Livro de Códigos dessa pesquisa, abrimos as discussões das análises realizadas com a primeira variável que buscou identificar quem foram as fontes entrevistadas pelo jornal O Estado de S. Paulo.

A primeira notícia (FIGURA 3) que o jornal publicou sobre a crise na educação em 2019, foi no dia 30 de abril⁵⁷, momento em que o ministro Abraham Weintraub afirmou ao próprio jornal que o MEC iria cortar recursos de universidades que não

⁵⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3gEOmcK>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

estivessem apresentando um bom desempenho acadêmico e também estivessem “promovendo balbúrdia” dentro de seus câmpus. Além disso, a matéria mostra que três universidades já teriam sido “enquadradas” nesses critérios, sendo elas a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

FIGURA 3 - NOTÍCIA ESP (30/04/2019)

ESTADÃO .Edu

Educação

MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA

Sem detalhar critérios, o ministro Weintraub disse ao 'Estado' que a medida considera o desempenho acadêmico aquém do esperado ou promoção de 'bagunça, evento ridículo'; governo definiu contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões para Educação

Renata Agostini, O Estado de S. Paulo
30 de abril de 2019 | 03h00

BRASÍLIA - O **Ministério da Educação (MEC)** vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo “balbúrdia” em seus câmpus, afirmou o ministro **Abraham Weintraub** ao **Estado**. Três universidades já foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos: a **Universidade de Brasília (UnB)**, a **Universidade Federal Fluminense (UFF)** e a **Universidade Federal da Bahia (UFBA)**, disse. Segundo ele, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, está sob avaliação.

Fonte: O Estado de S. Paulo (2019).

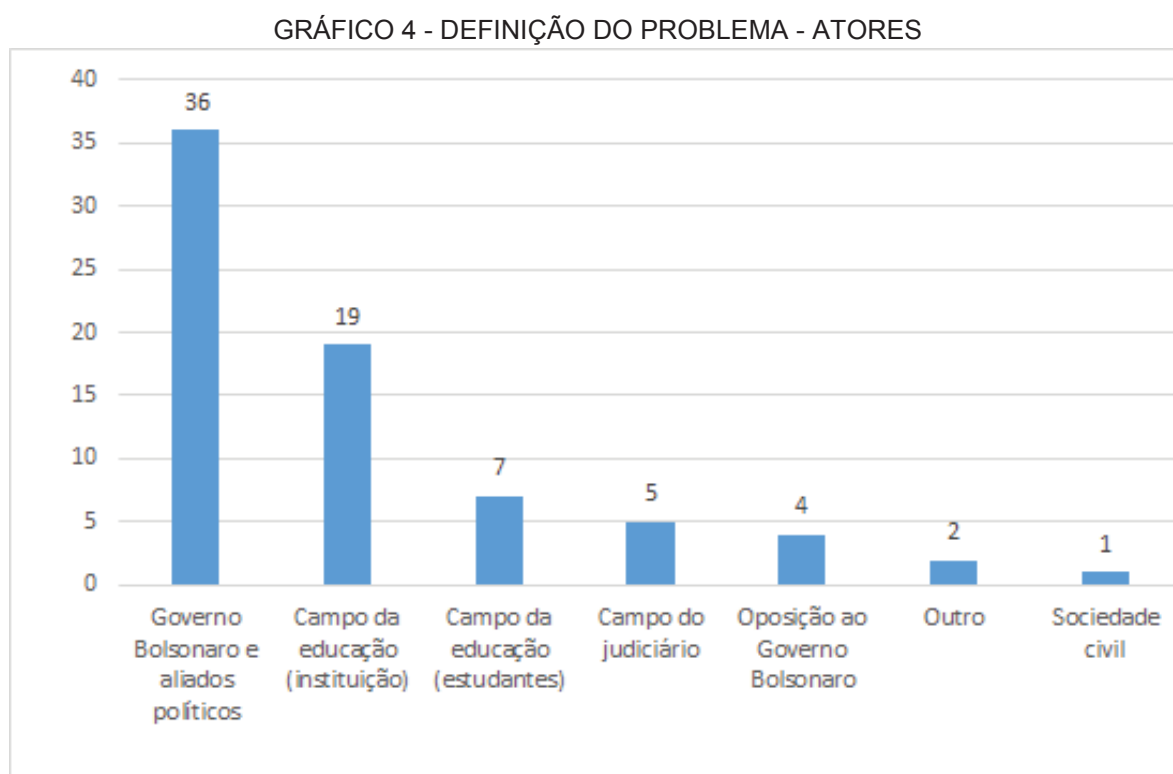
A notícia apresenta vários trechos de falas do então recém nomeado ministro para a pasta da educação, algumas delas dando exemplos do que ele considerava “balbúrdia”: “sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus” e “a universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”.

Apesar da matéria do ESP dar espaço de fala quase que absoluto ao ministro, faz menção aos desempenhos das universidades e cita o *Times Higher Education* (THE), que mostrou o contrário do que a fonte entrevistada falou na notícia.

Nesse primeiro momento da análise, seguimos com as discussões trazidas por Entman (1993), que entende que no enquadramento noticioso geralmente apresenta um problema que nessa pesquisa é identificado como tema específico os atores que possuem maior espaço de fala na construção da matéria elaborada pelo jornalista.

Analizamos todas as notícias do jornal sob a variável “Definição do problema - atores” (V1), elaborada com 6 códigos: Governo Bolsonaro (01), oposição ao Governo Bolsonaro (02), campo da educação - instituição - (03), campo do judiciário (04), UNE e estudantes (05) e outros (06). Apesar de todas as matérias trazerem ao menos uma fonte, algo que já era esperado, também possuímos o código “ausente” (99), que seria marcado quando a publicação não nos mostrava nenhuma fonte ou entrevistado.

Os resultados obtidos nessa primeira análise (GRÁFICO 4), mostra os seguintes resultados:



FONTE: O autor (2021).

Como podemos observar, nessa variável obtivemos como fontes mais entrevistadas pelo Estadão, as oficiais do Governo Bolsonaro, tendo uma frequência de 36 notícias e abrangendo um total de 48,6% no total das notícias analisadas. Em

seguida, o campo da educação (instituição), que abrange falas e entrevistas com reitores, professores, servidores da educação e notas oficiais de instituições de ensino, apareceram em 19 matérias do jornal.

O campo da educação (estudantes) aparece como fonte principal em 7 notícias durante esse período e o campo do judiciário aparece em 5 matérias. Podemos verificar também que o campo “oposição ao Governo Bolsonaro”, aparece em 4 notícias, somente 5,4% da totalidade das matérias analisadas. Apesar da pequena quantia nesse código, não quer dizer que não estejam presentes na notícia, mas sim que tiveram menos relevância ou menos espaço de fala e voz dentro das matérias do jornal. Já a sociedade civil se destaca somente em 1 notícia.

Nesse sentido, é possível verificar que o Estadão salientou os atores políticos ligados ao Governo Bolsonaro e seus aliados, priorizando a voz daqueles que realizaram os cortes nas instituições de ensino, ou tentaram implantar o Future-se ou queriam a fusão da Capes e CNPq. No entanto, mesmo que com maior quantidade de fontes ligadas ao governo, o jornal muitas vezes trouxe contra-argumentos com outras fontes ou quando não existia esse espaço de fala, a matéria trazia no corpo do texto outros elementos como quadros e gráficos, com números que muitas vezes contrariavam as falas do executivo.

Podemos ter como outro exemplo, uma das últimas notícias publicadas sobre os cortes, do dia 2 de setembro de 2019 (FIGURA 4), após as manifestações, em que o ministro Weintraub é a única fonte da notícia. Com a manchete “MEC vai cortar recurso da Capes e federais terão mesmo orçamento”⁵⁸, a notícia que trata sobre o “congelamento” de milhares de bolsas de pesquisa, dá voz ao ministro que alegou em sua fala: “Quase tudo vai ficar igual ou melhor. O único lugar que teremos de apertar e vai aparecer número ruim será na Capes. Vai sair o número, o pessoal vai gritar, mas será tudo resolvido”. Com a fala de Weintraub, entende-se que a solução para não haver mais cortes na educação, são os cortes com as bolsas de pesquisa.

⁵⁸ Disponível em: <<https://bit.ly/3xswulg>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FIGURA 4 - NOTÍCIA ESP (02/09/2019)



MEC vai cortar recurso da Capes e federais terão mesmo orçamento

Recursos da Capes, responsável por bolsas de mestrado e doutorado, devem cair pela metade em 2020; ministro Weintraub alega que a medida é necessária para garantir que as federais tenham no ano que vem o mesmo orçamento de 2019

Renata Agostini, O Estado de S. Paulo
02 de setembro de 2019 | 03h00

BRASÍLIA - O **Ministério da Educação** decidiu cortar pela metade o orçamento da **Capes**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País. Para 2020, foram reservados somente R\$ 2,2 bilhões para a instituição frente os R\$ 4,3 bilhões previstos neste ano. O ministro da Educação, **Abraham Weintraub**, diz que a medida foi necessária para garantir que as **universidades federais** tenham, no ano que vem, quase o mesmo montante de recursos destinados em 2019 para custear suas atividades.

“Quase tudo vai ficar igual ou melhor. O único lugar que teremos de apertar e vai aparecer número ruim será na Capes. Vai sair o número, o pessoal vai gritar, mas será resolvido”, disse o ministro ao **Estado**.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

O jornal não dá espaço principal de fala nem ao menos para o campo da educação como instituição, deixando de dar voz ao “outro lado”, ignorando assim os problemas gerados dentro das universidades com os cortes das bolsas de pesquisa.

Isso também acontece nos outros momentos da crise na educação, como na notícia (FIGURA 5) sobre o programa Future-se⁵⁹. A matéria traz os “benefícios” do programa e dá espaço quase que total para o ministro Abraham Weintraub e para o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior. Falas como “o Future-se tenta tornar mais eficiente práticas existentes” e “as universidades continuam sendo do povo, pública, não estamos privatizando nem dando para os professores” são utilizadas para dar ênfase e mostrar uma certa positividade em relação ao projeto. Além disso, o jornal dá exemplos de universidades que não podem usar integralmente seus recursos por conta da Lei do Teto de Gastos⁶⁰, como a UnB, e com o programa seria possível utilizar recursos com outras arrecadações.

⁵⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/32NnOhq>>. Acesso em 14 nov. 2020.

⁶⁰ A Lei do Teto de Gastos é uma emenda constitucional que limita o crescimento de gastos do governo federal durante 20 anos. O Projeto de Lei foi criado pelo Governo Michel Temer (MDB), após o Golpe de 2016 e foi promulgado pelo Congresso Nacional no mesmo ano. É conhecida também como a PEC da Morte.

FIGURA 5 - NOTÍCIA ESP (17/07/2019)



ESTADÃO .Edu

Educação

MEC anuncia programa Future-se e prevê aporte de R\$ 102 bi com verbas privadas em universidades

Principal aposta é a formação de um fundo com o patrimônio da União, incentivos fiscais e até investimento imobiliário; pasta alega não pretender 'privatizar' ou 'cobrar mensalidades' nas instituições públicas

Camila Turtelli e Isabela Palhares, O Estado de S.Paulo
17 de julho de 2019 | 11h06

BRASÍLIA e SÃO PAULO – O Ministério da Educação (**MEC**) anunciou nesta quarta-feira, 17, um plano que prevê aporte de R\$ 102,6 bilhões para as **universidades federais**, usando por exemplo bens imobiliários, incentivos fiscais e recursos de cultura, como os da Lei Rouanet. O programa, batizado de **Future-se**, amplia a participação de **verbas privadas** no orçamento universitário.

O programa prevê a formação de um "fundo soberano do conhecimento" - ou seja, o capital privado, além do investimento direto em cada instituição (o que hoje já ocorre), poderá entrar nesse fundo e ser redistribuído às universidades.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

Por fim, a notícia dá espaço para o secretário do MEC enfatizar que professores se tornarão “empreendedores” e assim ganhar mais dinheiro: “Ser professor universitário vai ser o emprego dos sonhos. O professor pode ficar rico”.

Assim foi possível verificar que nessa notícia, o jornal não mostra possíveis danos e riscos que a universidade pública pode sofrer com o programa e direciona o seu texto para o leitor achar que o “Future-se” é a melhor alternativa para a crise vivenciada hoje nas universidades e institutos federais.

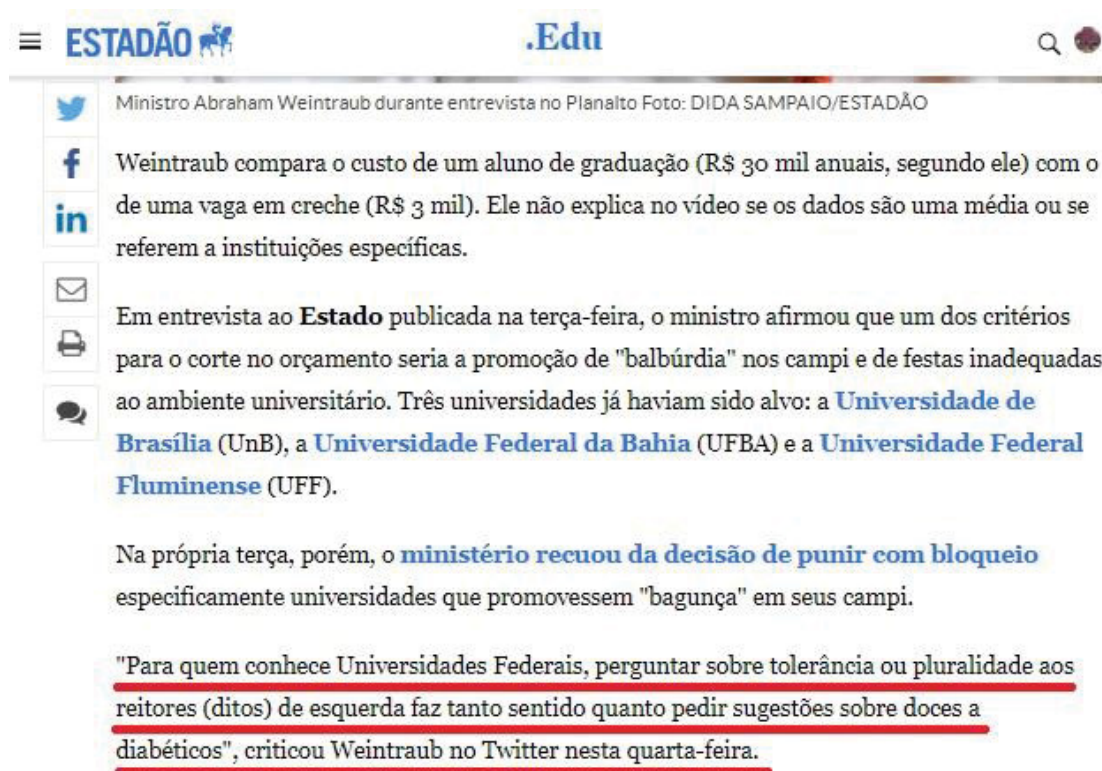
5.2.2 O argumento da fonte

O “argumento da fonte entrevistada” (V2), é uma variável que se tornou importante na elaboração dessa pesquisa para a verificação dos argumentos que foram selecionados pelo jornalista nas falas dos entrevistados para a criação da matéria.

Assim como dito anteriormente, as fontes são de grande importância para a construção da saliência de uma notícia, bem como os argumentos extraídos pelo profissional da imprensa para a construção da mesma.

Para que a análise dessa segunda variável fosse possível, foram criados oito códigos já explicadas anteriormente (TABELA 1) para definir os argumentos utilizados: o código "moralidade" é assinalado quando os argumentos envolvem questões de julgamentos pessoais, normas de conduta e questões envolvendo ideologias, como por exemplo na notícia (FIGURA 6) de 1º de maio de 2019⁶¹, onde é citada uma fala do ministro Weintraub: "Para quem conhece Universidades Federais, perguntar sobre tolerância ou pluralidade aos reitores (ditos) de esquerda faz tanto sentido quanto pedir sugestões sobre doces a diabéticos", trazendo uma fala sobre reitores serem de partidos de esquerda e dando a entender que são burros.

FIGURA 6 - ESP (01/05/2019)



FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

⁶¹ Disponível em: <<https://bit.ly/335TiiN>>. Acesso: 14 nov. 2020.

O código “crítica ao executivo” é assinalado quando o argumento da fonte critica a gestão do executivo em relação aos cortes na educação ou na tentativa da implantação do programa Future-se ou na fusão da Capes e CNPq.

O terceiro código “falta de verbas” é utilizado quando o argumento da fonte direciona para a falta de verbas para a educação ou para o governo. Já o código “Governo Bolsonaro” é marcado quando a fonte traz argumentos de apoio às ações do governo ou críticas específicas, podendo ser diretamente ao executivo ou à pasta da educação.

O código “educação brasileira” é utilizado quando os argumentos da fonte discutem a educação como um todo, no âmbito social, podendo trazer questões de informação, críticas ou elogios. O sexto código que o LC traz é “professores e agentes de ensino”, e assinalamos quando a fonte é composta por falas sobre professores e agentes de ensino, tanto para apresentar críticas ou apresentar valorização do código.

O código “constitucionalidade/inconstitucionalidade” é marcado quando os argumentos da fonte tratam sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade sobre os cortes na educação ou programa Future-se ou fusão da Capes e CNPq. Geralmente são fontes do judiciário brasileiro. E por fim, o código “outros”, que é assinalada quando os conteúdos dos argumentos não se encaixam nos outros códigos existentes.

No gráfico abaixo (GRÁFICO 5) mostramos os resultados obtidos a partir da análise da variável “argumentos da fonte”:

GRÁFICO 5 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ARGUMENTOS DA FONTE



FONTE: O autor (2021).

O gráfico 5 indica que 28,4% das notícias analisadas tiveram como principais argumentos das fontes a crítica ao executivo, mostrando que os cortes, a tentativa da implantação do programa Future-se e a fusão Capes e CNPq tiveram um questionamento maior do que um apoio aos projetos do governo. Entretanto, podemos verificar que apesar do texto jornalístico destacar as falas do presidente, ministros e outros aliados políticos, os argumentos utilizados nas notícias estão contra essas fontes principais.

Na notícia sobre os cortes das bolsas de pesquisa “Cortes sucessivos de verbas provocam autoexílio de cientistas no exterior”⁶², Helena Nader, que é membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) expõe críticas ao executivo, como por exemplo: “Os cientistas não saem mais do País por opção, mas por ser a única chance de continuar fazendo o seu trabalho. O Brasil não encara educação e ciência como prioridades. Isso não começou agora com o governo de Jair Bolsonaro, já se tornou uma rotina. O que agrava a situação nesse momento é a postura e as declarações de desprezo do novo governo com a ciência”.

Apesar disso, 20,3% foram argumentos sobre a moralidade, que expressam uma discussão a partir de uma ótica que envolve julgamentos pessoais, normas de

⁶² Disponível em: <<https://bit.ly/2R7rsA8>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

conduta e questões envolvendo ideologias. Na notícia do dia 3 de maio de 2019: “Rede entra com ação no STF contra cortes em universidades federais”⁶³, a fonte principal traz argumentos como “a medida viola a autonomia universitária e princípios orçamentários, além de representar um mecanismo ‘insidioso para patrulha ideológica’”.

A “falta de verbas” apareceu em 18,9% dos textos analisados, trazendo argumentos que podem ser considerados neutros em relação às ações realizadas pelo governo. Argumentos classificados no código “Governo Bolsonaro” envolvem apoio ou críticas diretas ao executivo e apareceram em um total de 12,2% nas notícias do ESP.

O código “educação brasileira”, que envolve a educação de um modo geral, e não necessariamente professores e alunos, aparecem com argumentos também em 12,2% das notícias analisadas. Para o código “constitucionalidade ou inconstitucionalidade”, somente 4,1% das matérias são compostas por esse tipo de argumento. Em seguida, o código “outros” corresponde a um total de 2,7% e “professores e agentes de ensino” somente em uma notícia, que significou 1,4% do total de matérias do jornal.

É preciso salientar nesse momento que os resultados obtidos nos argumentos das fontes apontam 28,4% dos resultados com o código “crítica ao executivo”, ou seja, se compararmos com a primeira variável, que possui a maioria de fontes ligadas ao governo, o que poderia ser contraditório; isso porém é um resultado da operacionalização das variáveis, assim a interpretação é que apesar da maioria das fontes serem do próprio governo, o enquadramento das notícias eram em sua maioria contrário às posições delas, indicando que as fontes eram consultadas para em seguida serem confrontadas.

5.2.3 As causas do problema

De acordo com Entman (1993), para que o enquadramento de uma determinada notícia seja compreendido, é necessário que o jornalista determine um problema para ela, seja no texto escrito ou pela seleção das suas fontes e

⁶³ Disponível em: <<https://bit.ly/3xtt489>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

argumentos. Para nossa investigação, as causas do problema foram separadas em cinco códigos que serão mostradas aqui.

O primeiro código da variável diz respeito a “razão política/ideológica” e é utilizada quando as matérias trazem questões sobre cenários comumente vistos no Governo Bolsonaro, que envolvem desinformação, polarização política e ameaças a determinados grupos sociais que apoiam um cenário mais progressista, ou seja, notícias em que os cortes na educação, a implantação do Future-se e a fusão Capes e CNPq servem como um aparato político para tentar implantar um projeto de enxugamento do estado e seus gastos.

Como exemplo, temos uma notícia (FIGURA 7) do dia 15 de maio de 2019 com o título: “Bolsonaro chama manifestantes contra cortes na educação de ‘idiotas úteis e ‘massa de manobra’”⁶⁴, no momento em que as manifestações contra o corte de verbas estavam ocorrendo em todo o país.

O presidente Jair Bolsonaro encontrava-se fora do Brasil e declarou para a imprensa o que ele pensava sobre os atos realizados e os manifestantes: “São uns idiotas úteis que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo das universidades federais”, dando a entender que as manifestações seriam realizadas pelos diretórios acadêmicos e professores que manipulam os estudantes”. Além disso, falou que a educação no Brasil “está deixando muito a desejar” e “a garotada, com 15 anos de idade, na oitava série, 70% não sabe uma regra de três simples. Qual o futuro destas pessoas?”. O texto conclui com a fala do presidente culpando o PT, que quando esteve no executivo não qualificou os estudantes que hoje estão desempregados.

⁶⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/2QAmWue>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FIGURA 7 - ESP (15/09/2019)



Bolsonaro chama manifestantes contra cortes na educação de 'idiotas úteis' e 'massa de manobra'

'São uns idiotas úteis que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona', disse o presidente em visita a Dallas; estudantes e professores protestam nesta quarta contra cortes na educação básica e no ensino superior

Beatriz Bulla, O Estado de S. Paulo
15 de maio de 2019 | 13h00

DALLAS - O presidente **Jair Bolsonaro** (PSL) chamou de “idiotas úteis” e “massa de manobra” **manifestantes que organizam uma série de protestos contra os cortes do governo** na educação básica e no ensino superior nesta quarta-feira, 15. O presidente classificou os protestos como algo “natural” e disse que “a maioria ali (na manifestação) é militante”.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

Essa notícia é um exemplo no código “guerra política/ideológica”, pois traz um fenômeno recorrente do atual governo e da extrema direita no país, onde culpa seus antecessores pela pobreza e desemprego, citando os partidos e também ofendendo as pessoas que estavam realizando as manifestações. Os três códigos dessa variável são referentes aos momentos analisados durante a crise na educação de 2019.

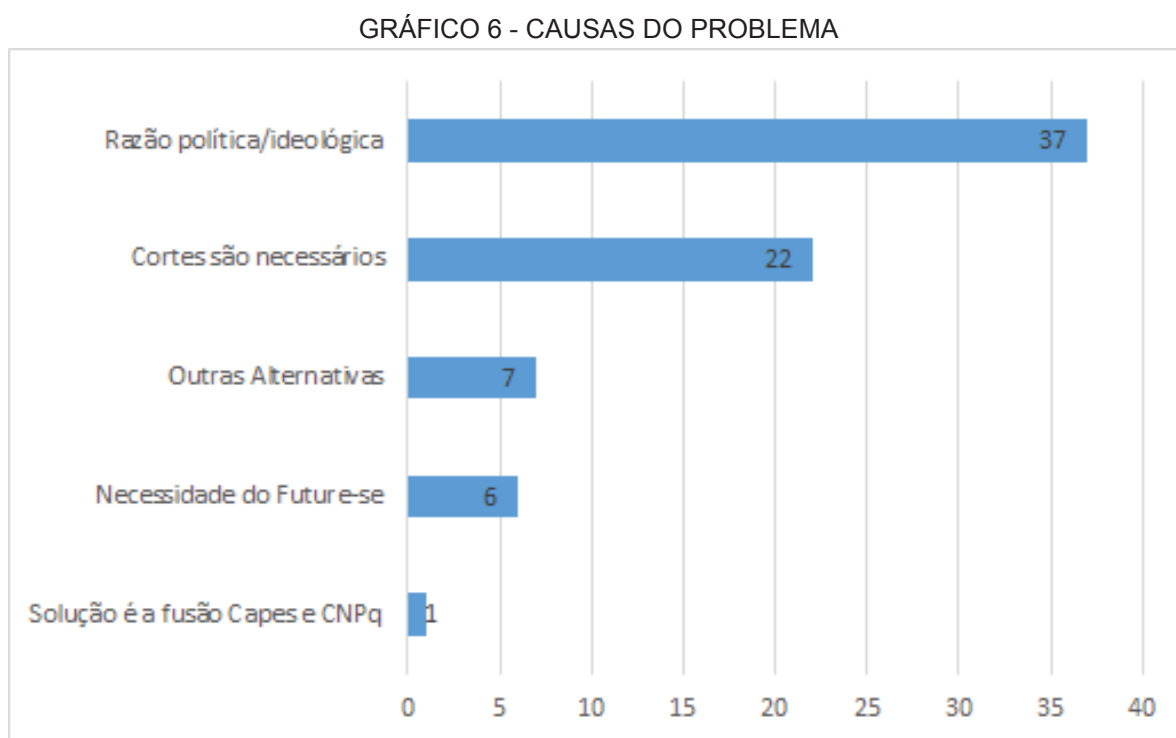
O código “cortes são necessários” está presente quando a notícia apresenta como principal problema a falta de verba do governo para manter as instituições de ensino e por isso são necessários esses cortes, os congelamentos, as reduções e os bloqueios de verbas.

O código “necessidade do future-se” é utilizado quando a notícia refere-se pelo texto ou pelas fontes ouvidas, que o programa Future-se seria importante para a educação no Brasil, trazendo benefícios aos professores e estudantes.

O código “solução é a fusão Capes e CNPq”, da mesma forma que a anterior, para quando a matéria do jornal aponta essa fusão como uma solução para os

problemas na pesquisa e para os pesquisadores brasileiros. Por último, “outras alternativas” quando não é localizada nenhuma das anteriores dessa variável.

Após percorrido os códigos de análise da variável “causas do problema” (V3) e também exemplificar o código “razão política/ideológica”, apresentamos os dados obtidos no Gráfico 6:



FONTE: O autor (2021).

O gráfico apresentado, indicou que 50% das matérias d'O Estado de S. Paulo durante o período analisado, tiveram como causas do problema a “razão política/ideológica” (V1) em seu conteúdo, trazendo essa variável em metade de todas as notícias analisadas.

Obteve-se uma porcentagem de 29,7% nas notícias como causa “cortes são necessários” (V2), levando em conta que a maior quantia de matérias do jornal foi a respeito desse tema. Já “outras alternativas” (V5) apareceu em 9,5% das notícias e para mostrarmos um exemplo do que consideramos nesse estudo “outras alternativas”, trouxemos a notícia do dia 8 de junho de 2019⁶⁵ com a manchete: “AGU prepara recurso no TRF-1 para garantir bloqueio de verbas de universidades” (FIGURA 8) a notícia apresenta como fonte uma juíza de direito e a causa do

⁶⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/33g4R76>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

problema identificado, que é do campo do judiciário, não traz causas como “guerra política/ideológica” ou “cortes são necessários”, a causa é apresentada na própria fonte.

FIGURA 8 - ESP (08/06/2019)



O código “necessidade do Future-se” apareceu em 8,1% das notícias do Estadão e como exemplo, mostramos a matéria do dia 14 de agosto de 2019⁶⁶, com o título “MEC vai prorrogar prazo de consulta pública do ‘Future-se’” (FIGURA 9) apresenta as falas do Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, sobre o adiamento do prazo da consulta que estava sendo realizada pelas universidades federais. No corpo da notícia há a afirmação de que o programa irá “promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à

⁶⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/3ei72NV>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

captação de recursos próprios e ao empreendedorismo” e que “os recursos virão do patrimônio da União, de fundos constitucionais, de leis de incentivos fiscais e depósitos à vista, de recursos da cultura e de fundos patrimoniais”.

Com isso, verifica-se que a notícia foi enquadrada pelo jornal no que diz respeito à “necessidade do Future-se”, no entanto, é uma causa pouco acionada se comparada às outras.

FIGURA 9 - ESP (14/08/2019)



The image is a screenshot of a news article from the website 'Estadão .Edu'. The header shows the 'Estadão' logo and '.Edu' branding. The article is categorized under 'Educação'. The main headline reads 'MEC vai prorrogar prazo de consulta pública do 'Future-se''. Below the headline, a sub-header states: 'Secretário informou que o adiamento do prazo foi feito a pedido dos reitores de universidades federais. Programa quer promover maior autonomia financeira para as instituições'. The byline identifies the authors as 'Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo' and the date as '14 de agosto de 2019 | 17h44'. The article text begins with 'BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do "Future-se", programa lançado pelo governo Jair Bolsonaro para as universidades públicas. O prazo terminava nesta quinta-feira, 15. O secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, informou ao Estadão/Broadcast que o adiamento do prazo foi feito a pedido dos reitores das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, de Lavras, Oeste do Pará e do presidente do Sebrae, Carlos Meles.'

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

A “solução é a fusão Capes e CNPq” (V4), foi encontrada em 1,4% das matérias do jornal e, mesmo que em pouco volume, a notícia do dia 11 de novembro de 2019⁶⁷ com o título “Agência fruto da fusão Capes-CNPq pode ser administrada pela Presidência” (FIGURA 10) apresenta um texto favorável à fusão dos órgãos e traz um texto mostrando que a ideia “começou a ganhar força nas últimas semanas” e que apesar dos dois ministérios envolvidos (MEC e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) perderem parte “considerável” das verbas,

⁶⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3vE1d3i>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

vai haver economia de recursos, falando que “defensores da proposta” citaram exemplos como a China, que só possui uma agência de apoio à pesquisa.

FIGURA 10 - ESP (11/11/2019)

ESTADÃO **Ciência**

Agência fruto da fusão Capes-CNPq pode ser administrada pela Presidência

Proposta de juntar as duas organizações tem como objetivo a economia de recursos, mas ainda não foi formalmente apresentada

Isabela Palhares*, O Estado de S. Paulo
11 de novembro de 2019 | 07h00

BRASÍLIA - O **Ministério da Economia** estuda submeter diretamente à Presidência a administração da agência fruto da fusão do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)** com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A proposta de juntar as duas organizações, que são as principais responsáveis pelo desenvolvimento da ciência no País, tem como objetivo a economia de recursos.

A proposta de deixar o órgão unificado sob responsabilidade direta da Presidência **começou a ganhar força nas últimas semanas**, mas ainda não foi formalmente apresentada a nenhum dos dois ministros que seriam diretamente impactados com a decisão.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

5.2.4 Qual o julgamento moral?

No julgamento moral, três códigos compõem a variável das notícias analisadas no jornal. Esse julgamento está presente no texto, através de fontes e/ou citações, da sequência de fatos e na hierarquização das informações. No LC definimos uma ordem hierárquica caso haja dúvidas em relação ao código que deve ser assinalada: chamada, gravata/bigode/linha fina e lide.

A notícia do dia 16 de outubro de 2019⁶⁸, com o título “MEC quer entregar projeto de lei do Future-se ao Congresso até 8 de novembro” (FIGURA 11) é um exemplo para o código “sem julgamento”. O Estado de S. Paulo publicou uma matéria sobre a entrega do Projeto de Lei do Future-se ao legislativo e apesar de apresentar no texto frases como “Dirigentes de instituições de ensino federal consideram o prazo curto para discutir tema tão complexo”, a chamada, a linha fina e o lide não mostram qualquer tipo de julgamento moral.

FIGURA 11 - ESP (16/10/2019)

ESTADÃO .Edu

Educação

MEC quer entregar projeto de lei do Future-se ao Congresso até 8 de novembro

Com o cronograma previsto pelo ministério, tempo para consulta pública do projeto seria de pouco mais de três semanas

Isabela Palhares, O Estado de S. Paulo
16 de outubro de 2019 | 22h00

SÃO PAULO - O **Ministério da Educação** (MEC) planeja entregar o projeto de lei do **Future-se** para o Congresso até 8 de novembro. Como o **Ministério Público Federal** (MPF) pediu para que fosse **refeita a consulta pública sobre o programa para atender às regras estabelecidas pela legislação**, a comunidade acadêmica terá pouco mais de três semanas para discutir a nova minuta da proposta. Dirigentes de instituições de ensino federal consideram o prazo curto para discutir tema tão complexo.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

No dia 25 de maio de 2019 a notícia “Em encontro com Weintraub, professores protestam com livros de Paulo Freire”⁶⁹ (FIGURA 12) traz questões referentes a ideologia e política, por isso é um exemplo de publicação do Estadão que mostra esse código assinalado na análise.

⁶⁸ Disponível em: <<https://bit.ly/3xKThz8>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

⁶⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/3xNPp0k>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

Na linha fina da notícia, o ministro da educação, Abraham Weintraub disse que “único lugar que segue Paulo Freire é o Brasil” e também no decorrer do texto da matéria, outras falas de Weintraub sobre Paulo Freire aparecem: “Quando você tem uma pesquisa que é boa, um antibiótico, uma aspirina ou um avião, os outros tendem a copiar. Ninguém quis copiar Paulo Freire e nossos resultados são ruins”.

FIGURA 12 - ESP (25/05/2019)



FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

Um exemplo de notícias classificadas como “falta de gestão do Governo Bolsonaro”, apresentamos a matéria do dia 7 de novembro de 2019⁷⁰: “‘Errei na forma de abordar os reitores’, diz secretário do MEC sobre o Future-se” (FIGURA 13). A publicação do Estadão trata sobre a resistência de muitas universidades federais e institutos federais para adesão ao programa Future-se e aborda o tema mostrando que a proposta do governo ainda é “genérica e ambígua”. Além disso, traz as falas do

⁷⁰Disponível em: <<https://bit.ly/3nKCMhZ>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

secretário do MEC dizendo que errou e que muitas instituições de ensino já rejeitaram o programa.

FIGURA 13 - ESP (07/11/2019)



ESTADÃO **.Edu**

[Educação](#)

'Errei na forma de abordar os reitores', diz secretário do MEC sobre o Future-se

Desde que foi apresentado em julho, o Future-se vem sendo alvo de uma série de críticas e já foi rejeitado pela maioria das instituições

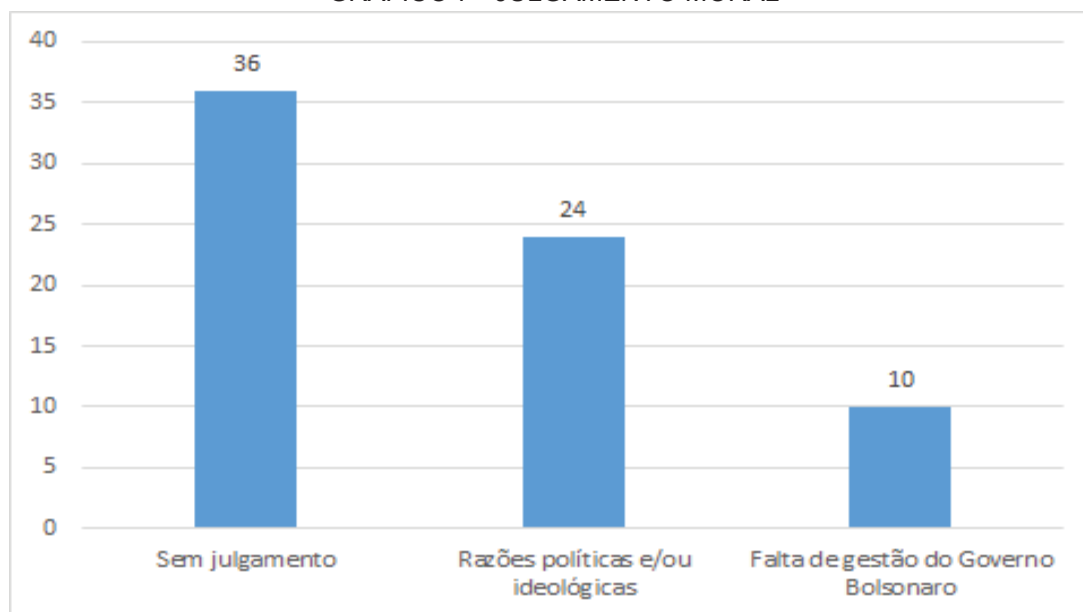
Isabela Palhares*, O Estado de S. Paulo
07 de novembro de 2019 | 23h23

Brasília - O secretário de Educação Superior do **Ministério da Educação** (MEC), Arnaldo Lima, disse nesta quinta-feira, 7, que "errou na forma de abordar os reitores" para propor a adesão ao **Future-se**, programa criado pelo MEC para uma nova forma de financiamento das **universidades federais** do País. Desde que foi apresentado em julho, o plano vem sendo alvo de uma série de críticas e já foi rejeitado pela maioria das instituições.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

Dado os exemplos, apresentamos no gráfico 7 os resultados obtidos na análise. O código "sem julgamento" correspondeu a 48,6% e mostra notícias que foram escritas de forma neutra, com ausência de posicionamento ou somente tentam explicar motivos da falta de verbas na educação ou economia por parte do governo. A "razões políticas e/ou ideológicas" que é assinalada quando a notícia critica os cortes na educação, a implantação do programa Future-se ou a fusão Capes e CNPq são realizadas por motivos políticos e/ou ideológicos apresentam-se em 32,4% das matérias do Estadão.

GRÁFICO 7 - JULGAMENTO MORAL



FONTE: O autor (2021).

As publicações que se posicionaram em relação à "falta de gestão do Governo Bolsonaro" aparecem somente em 13,5% do total de notícias analisadas e 5,4% foram marcadas com julgamento moral "ausente", por isso não aparecem no gráfico.

5.2.5 A recomendação

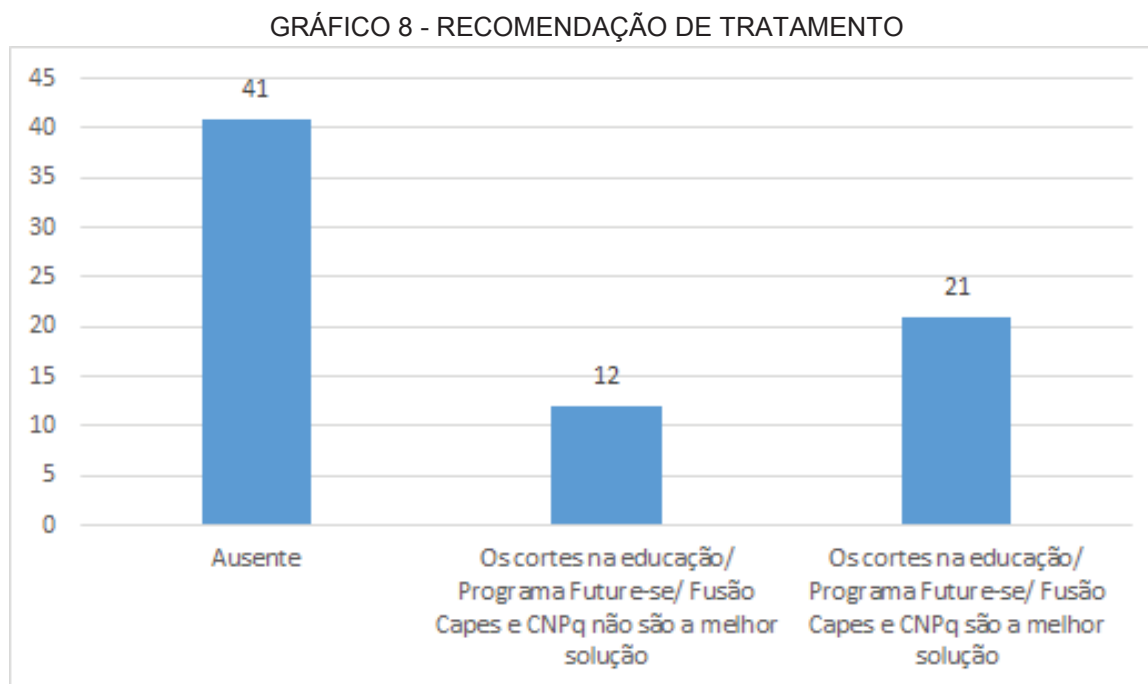
A variável "recomendação de tratamento" segue a definição de Entman (1993), onde estabelece que os enquadramentos podem ou não apresentar uma solução para o problema. Nessa variável a recomendação de tratamento aparece quando a notícia indica uma solução para o problema e frequentemente encontra-se no fim do texto e assim, mesmo que existam "dois lados", um sempre irá predominar.

Para nossa pesquisa, foram utilizados três códigos para essa variável, sendo eles: "os cortes na educação / programa Future-se / fusão Capes e CNPq são a melhor solução" (01), onde determinamos que a notícia direciona a uma interpretação de que os cortes realizados na educação, ou o programa Future-se, ou a fusão da Capes e CNPq são considerados pelo Estadão como sendo a melhor solução.

O segundo código "os cortes na educação / programa Future-se / fusão Capes e CNPq não são a melhor solução" (02) é assinalada quando a matéria do jornal direciona para um entendimento de que os cortes na educação, ou a implantação do

Future-se ou a fusão da Capes e CNPq não são a melhor solução. Já o código “ausente” (99) é utilizado quando a notícia que não nos apresenta nenhuma solução para o problema.

No Gráfico 8, é possível verificar que a maioria das matérias do Estadão não faz a recomendação de tratamento:



FONTE: O autor (2021).

A ausência na solução do problema apareceu em 41 matérias, ou seja, mais que a metade das publicações do jornal. Essa ausência aparece principalmente nas notícias que falam sobre as manifestações ocorridas devido aos cortes na educação e para exemplificar, apresentamos a notícia do dia 07 de maio de 2019⁷¹, com a manchete - “Acadêmicos do exterior criam manifestos contra medidas de Bolsonaro” (FIGURA 14). O texto escrito é sobre pesquisadores que se manifestaram a respeito das medidas do governo brasileiro em cortar recursos para faculdades de Filosofia e Sociologia no Brasil e trouxe a informação de que no jornal francês *Le Monde*, um abaixo-assinado de vários pesquisadores internacionais, incluindo Judith Butler, uma das maiores pensadoras contemporâneas do feminismo segundo o jornal.

⁷¹ Disponível em: <<https://bit.ly/3o5bDqh>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FIGURA 14 - (07/05/2019)



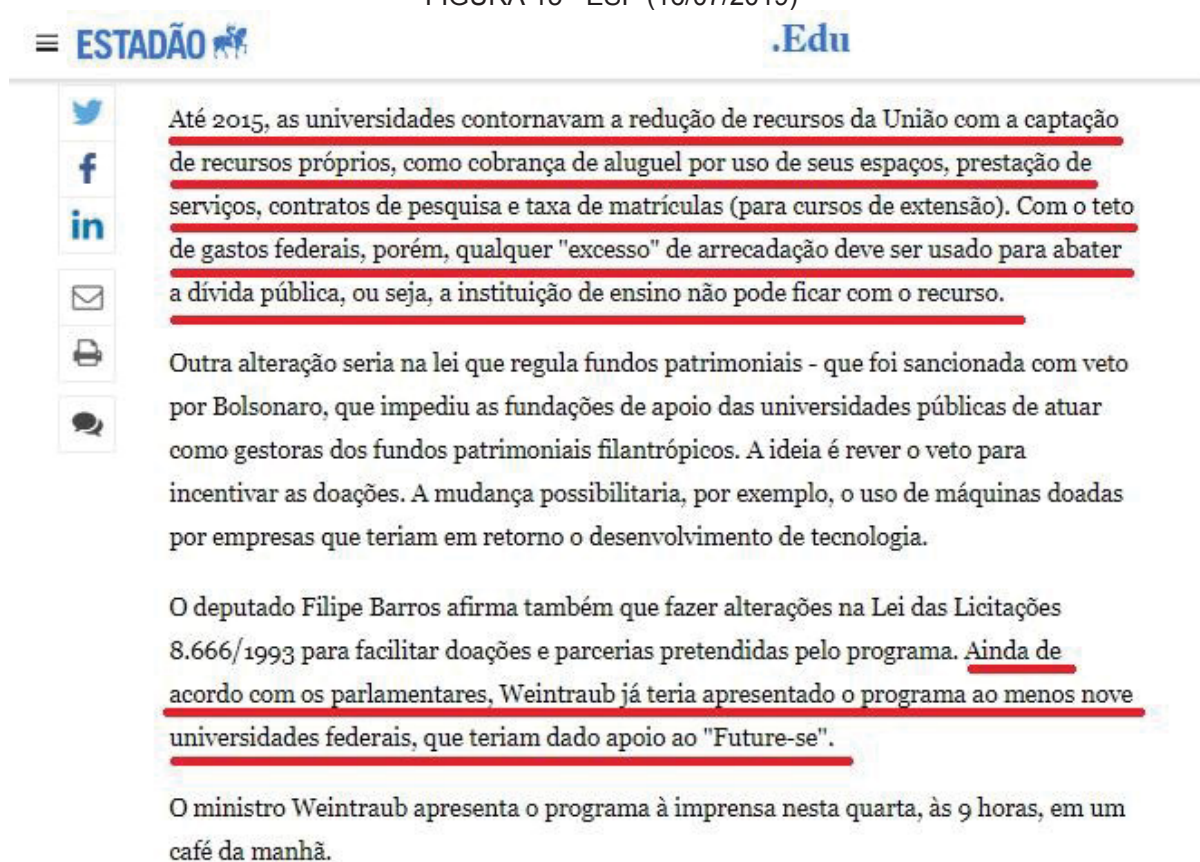
FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

O Estadão mostra que houve também outra manifestação por parte dos estudantes da Universidade de Harvard: “Nós nos opomos à tentativa do presidente Bolsonaro de desinvestir na Sociologia, ou qualquer outro programa nas Ciências Humanas ou Sociais”. O texto segue comentando sobre as cartas escritas e termina com outra fala sobre a educação: “O objetivo do ensino superior deve sempre ser o de produzir uma sociedade educada e enriquecida que se beneficie do esforço coletivo para criar o conhecimento humano”. Assim, consideramos um texto que não apresenta uma recomendação de tratamento, mesmo que as fontes tenham falado sobre o governo e seja uma notícia que trouxe críticas, ela não mostra uma solução para a causa.

Na categoria para notícias que mostram que “os cortes na educação / programa Future-se / fusão Capes e CNPq são a melhor solução”, o jornal O Estado de S. Paulo recomendou em 21 das suas publicações. O exemplo abaixo (FIGURA 15) mostra a notícia do dia 16 de julho de 2019⁷², a primeira sobre o programa Future-se publicada pelo Estadão, com a manchete: “Programa para universidades federais captarem recursos será lançado nesta 4ª”, mostra falas de deputados da base aliada do governo, como Filipe de Barros (PSL-PR) e Bia Kicis (PSL-DF) que consideram o programa “excepcional”.

⁷² Disponível em: <<https://bit.ly/3b6IU03>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FIGURA 15 - ESP (16/07/2019)



Até 2015, as universidades contornavam a redução de recursos da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de seus espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Com o teto de gastos federais, porém, qualquer "excesso" de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública, ou seja, a instituição de ensino não pode ficar com o recurso.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais - que foi sancionada com veto por Bolsonaro, que impediu as fundações de apoio das universidades públicas de atuar como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia é rever o veto para incentivar as doações. A mudança possibilitaria, por exemplo, o uso de máquinas doadas por empresas que teriam em retorno o desenvolvimento de tecnologia.

O deputado Filipe Barros afirma também que fazer alterações na Lei das Licitações 8.666/1993 para facilitar doações e parcerias pretendidas pelo programa. Ainda de acordo com os parlamentares, Weintraub já teria apresentado o programa ao menos nove universidades federais, que teriam dado apoio ao "Future-se".

O ministro Weintraub apresenta o programa à imprensa nesta quarta, às 9 horas, em um café da manhã.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

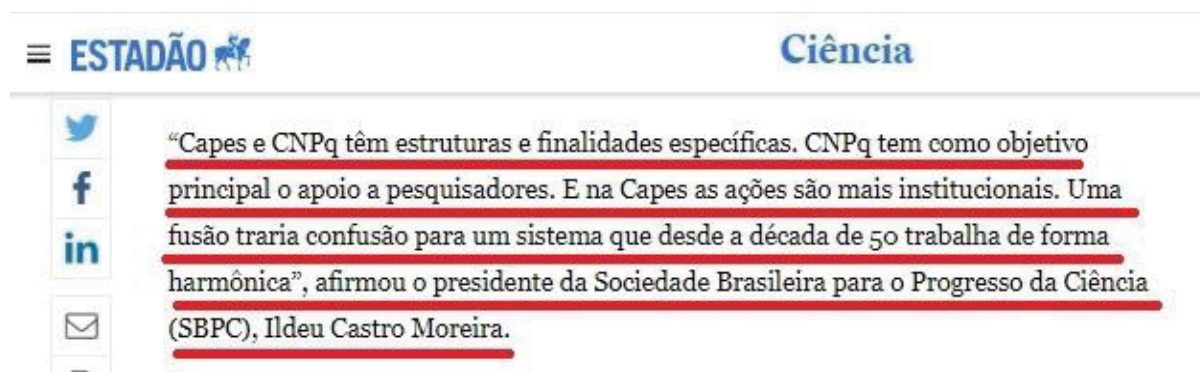
A notícia apresenta trechos em que até 2015 as instituições de ensino conseguiam contornar a redução de verbas e com o limite do teto de gastos isso não foi mais possível. A matéria claramente recomenda o Future-se, mostrando que “a mudança possibilitaria, por exemplo, o uso de máquinas doadas por empresas que teriam em retorno o desenvolvimento da tecnologia” e “Ainda de acordo com os parlamentares, Weintraub já teria apresentado o programa ao menos nove universidades federais, que teriam dado apoio ao Future-se”.

Por fim, a categoria “notícias que mostram que “os cortes na educação / programa Future-se / fusão Capes e CNPq não são a melhor solução” aparecem somente em 12 matérias do jornal. Na publicação do dia 17 de outubro de 2019⁷³, com a manchete: “Nossa posição é ter CNPq e Capes separados, diz ministro; verba de bolsas deste ano está garantida” (FIGURA 16), é possível ver como fonte principal

⁷³ Disponível em: <<https://bit.ly/3eZ75NN>>. Acesso em 15 nov. 2020.

da notícia o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, que fala sobre a sua posição em relação a fusão Capes e CNPq. O ministro da pasta fala que “A junção das duas é extremamente improvável. Não faz muito sentido” e o texto discorre sobre a criação dos órgãos e suas finalidades. Na parte final da matéria, o jornal faz a recomendação:

FIGURA 16 - ESP (17/10/2019)



FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

A recomendação é através da fala do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira, que acredita ser impossível uma fusão por serem duas agências de fomento com “finalidades específicas”.

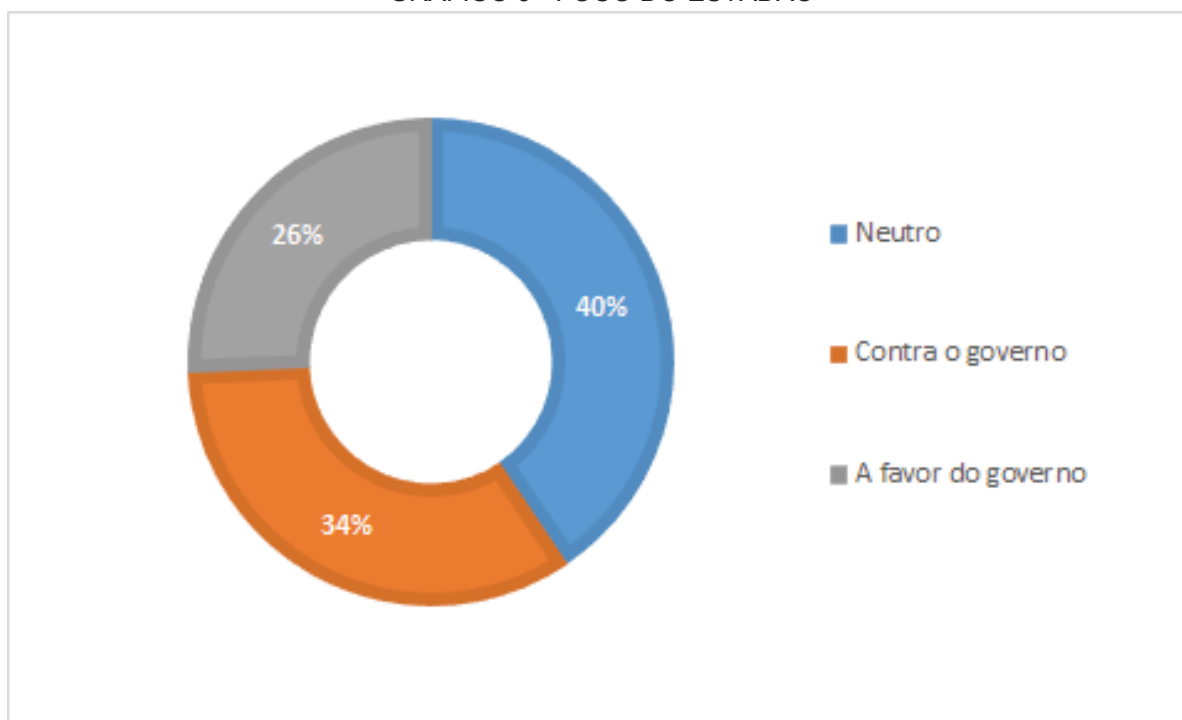
Por fim, a maioria das notícias do Estadão analisadas não apresentaram recomendação de tratamento.

5.2.6 O Foco

A última variável “o foco geral do Estadão” (V6) foi incluída nessa pesquisa para identificarmos o posicionamento do jornal O Estado de S. Paulo nas notícias a respeito dos três momentos da crise na educação de 2019. Para isso consideramos três categorias: “a favor do governo” (01), quando a notícia tende a ser favorável ao governo, “contra o governo” (02), quando a notícia tende a ser contra o governo, e “neutro” (03), quando a notícia possui neutralidade em relação ao fato noticiado.

No gráfico 9, é possível verificar que o Estadão se manteve neutro em 40% das matérias publicadas durante o período analisado. Já em 34% das notícias existe um posicionamento contrário ao governo, ou seja, contra os cortes realizados, ao projeto Future-se e a fusão Capes e CNPq. Com um total de 26%, tivemos publicações que se mostraram a favor do governo nos três momentos da crise.

GRÁFICO 9 - FOCO DO ESTADÃO



FONTE: O autor (2021).

A figura 17 mostra um exemplo de notícia em que se coloca contrária ao governo. Sobre a suspensão das bolsas de pesquisa “Sem verba, CNPq suspende nova bolsas”⁷⁴, do dia 24 de julho de 2019, a notícia apresenta um anúncio do CNPq, em que “o órgão ainda se queixa de não ter nem como manter benefícios atuais”, ou seja, a própria fonte do governo aparece como contrária à “suspensão”.

⁷⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/3em1eTN>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FIGURA 17 - ESP (24/07/2019)



SÃO PAULO - Por falta de recursos, o **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), anunciou a **suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa** enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. Apesar de afirmar que deve reavaliar a decisão de suspensão no fim de setembro, o órgão diz que o orçamento previsto para 2019 é insuficiente até mesmo para pagar as 84 mil bolsas que já estão em vigência.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

Mais adiante na mesma notícia, são apresentados gráficos sobre a queda no investimento da Capes e do CNPq, que faz comparativo com anos anteriores (2014 a 2019) e termina com “exemplos” de pesquisadores que já estão sofrendo devido aos cortes.

A fala de Rodrigo Carvalho, que foi aprovado para o pós-doutorado em Filosofia na UFRGS, apresenta trechos de falas como: “Não posso me mudar de Estado, sem ter certeza de que vou ter bolsa. Como vou me manter? Pós-doutorado é pesquisa de ponta, exige dedicação integral. Não é possível trabalhar em outra área e fazer ciência de alto nível ao mesmo tempo”.

Ao final da notícia, o texto do jornal mostra que o governo não cumpre o que prometeu: “A suspensão de novas bolsas vai na contramão de discurso e promessas do MEC para o ensino superior”.

Já na notícia do dia 20 de agosto de 2019⁷⁵, com o título: “Weintraub espera adesão de ¼ das universidades federais ao Future-se” (FIGURA 18), já em sua linha fina, nos traz falas do ministro do MEC culpando a baixa adesão por questões de política e ideologias como: “pessoal militante politicamente” e “uma parte dos reitores

⁷⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/2R0p0LY>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

tem ligação com PSTU, PSOL, PT, essas coisas maravilhosas”, mostrando a ironia de Weintraub dizendo que a esquerda é responsável pela rejeição do Future-se.

FIGURA 18 - ESP (20/08/2019)

Educação

Weintraub espera adesão de 1/4 das universidades federais ao Future-se

Ministro atribui rejeição ao programa a ‘pessoal militante politicamente’; ‘uma parte dos reitores tem ligação com PSTU, PSOL, PT, essas coisas maravilhosas’

Renata Agostini, O Estado de S. Paulo
20 de agosto de 2019 | 03h00

BRASÍLIA – Uma das grandes apostas do governo **Jair Bolsonaro** na área da Educação, o “Future-se” deve atrair inicialmente um quarto das 68 universidades federais do País. A projeção foi feita ao **Estado** pelo ministro **Abraham Weintraub**. Segundo ele, a **rejeição ao programa**, manifestada recentemente por alguns reitores do País, vem do “pessoal militante politicamente”, que são aqueles que “gritam e falam mais”.

“Uma parte dos reitores veio do passado e tem ligação com **PSTU, PSOL, PT**, essas coisas maravilhosas. Mas tem uma parte que não é”, disse Weintraub. “Esperamos adesão ao Future-se, em um primeiro momento, de um quarto dos reitores”, afirmou o ministro.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

Ao longo do texto jornalístico, são apresentadas falas da equipe do MEC dizendo que “o Future-se é um caminho para que as universidades públicas tenham mais autonomia financeira” e também de um ex-reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e na época presidente da Capes, Anderson Correia, que afirma ser um programa muito relevante e que as universidades vão acabar cedendo e falas com exemplos de universidades fora do Brasil: “É engraçado: olhamos para *Harvard, MIT, Caltech, Stanford* e falamos ‘Isso sim é uma universidade’ e “Quando voltamos, não queremos o modelo. Mas queremos ser globais.”

De qualquer forma, a análise sobre o foco do jornal O Estado de S. Paulo em relação às notícias publicadas apresentou em sua maioria, uma formalidade que reforça a ideia de que a notícia cumpre o combinado existente e por isso não pode extrair o enquadramento só pelo foco, mas sim num apanhado de variáveis que possibilitam uma análise minuciosa.

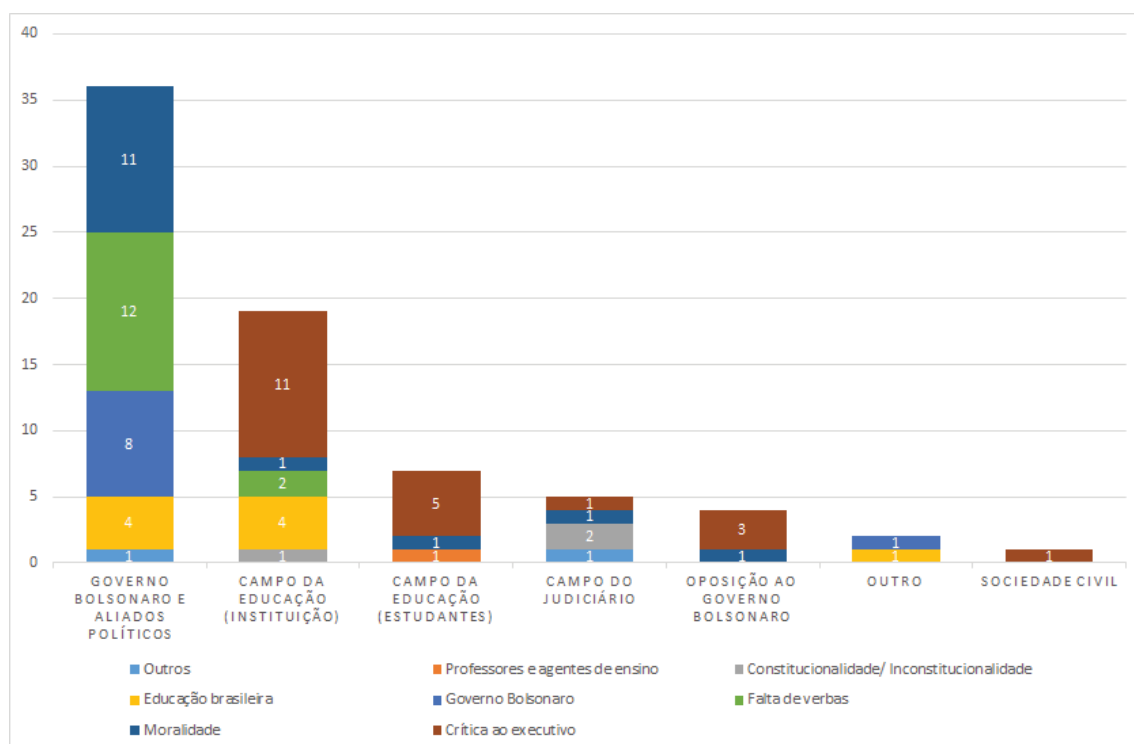
Por isso, também foram realizados nessa pesquisa, cruzamentos de algumas dessas variáveis para proporcionar um melhor entendimento e responder de uma maneira mais clara a nossa pergunta de pesquisa e objetivos.

5.2.7 Atores X Argumento das Fontes

Com o propósito de melhor compreender nossos estudos em relação à pergunta de pesquisa e verificar como as fontes e os argumentos utilizados na construção das notícias do jornal O Estado de S. Paulo direcionaram o enquadramento, foram realizados cruzamentos de variáveis do Livro de Códigos para que a pesquisa possa mostrar dados mais satisfatórios que um enquadramento noticioso não poderia proporcionar.

Primeiramente cruzamos os dados obtidos das variáveis “definição do problema - atores” (V1) e “argumentos das fontes” (V2) para verificar quais foram as fontes entrevistadas pelo Estadão e quais argumentos mais aparecem em cada ator.

GRÁFICO 10 - ATORES E ARGUMENTO DAS FONTES



FONTE: O Autor (2021).

O Gráfico 10 nos possibilita entender quais fontes falaram sobre os temas definidos na variável 2. Quando aparecem fontes do Governo Bolsonaro e aliados

políticos, encontramos 12 notícias sobre falta de verbas, 11 notícias sobre moralidade, 8 notícias sobre o Governo Bolsonaro, 4 notícias sobre a educação brasileira e 1 notícia de outra categoria que não as selecionadas.

Com fontes do campo da educação (instituição), encontramos 11 matérias com os argumentos de crítica ao executivo, 4 notícias sobre educação brasileira, 2 notícias sobre falta de verbas, 1 notícia sobre moralidade e 1 notícia em outras alternativas. Já no campo educação (estudantes) foi verificado que 5 notícias tiveram argumentos sobre crítica ao executivo, 1 sobre moralidade e 1 sobre professores e agentes de ensino.

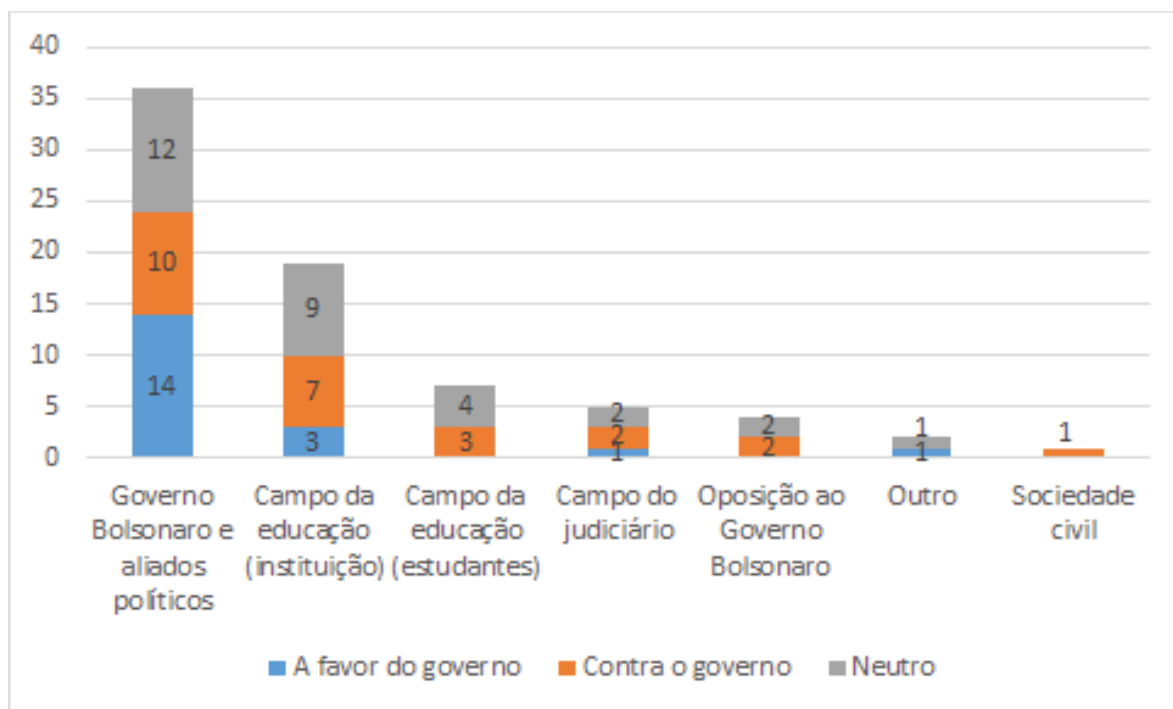
As fontes do campo do judiciário tiveram voz em 5 notícias e 2 tratam sobre a constitucionalidade/inconstitucionalidade, 1 sobre moralidade, 1 sobre críticas ao executivo e 1 em outras alternativas. Quando analisadas as fontes de oposição ao Governo Bolsonaro, foram encontradas 3 notícias sobre críticas ao executivo e 1 sobre moralidade.

A fonte sociedade civil teve argumentos de crítica ao executivo, e as 2 fontes consideradas “outros” tiveram 1 argumentos sobre educação brasileira e 1 sobre o Governo Bolsonaro.

5.2.8 Atores X Foco do Estadão

O cruzamento da variável “Definição do Problema” - Atores (V1) com a variável “Foco do Estadão” (V6) foi realizado para que possamos compreender o direcionamento da matéria jornalística produzida pelo O Estado de S. Paulo através das fontes que foram entrevistadas. No Gráfico 11 é possível verificar a quantidade de notícias e o foco do jornal através dos atores encontrados.

GRÁFICO 11 - ATORES E FOCO DO ESTADÃO



FONTE: O Autor (2021).

Como podemos notar, a maioria das matérias teve como fonte entrevistada o Governo Bolsonaro e/ou seus aliados políticos e teve em sua maioria, notícias com o foco do jornal favorável ao governo. São 14 notícias a favor do governo, 12 notícias neutras e 10 notícias contra o governo.

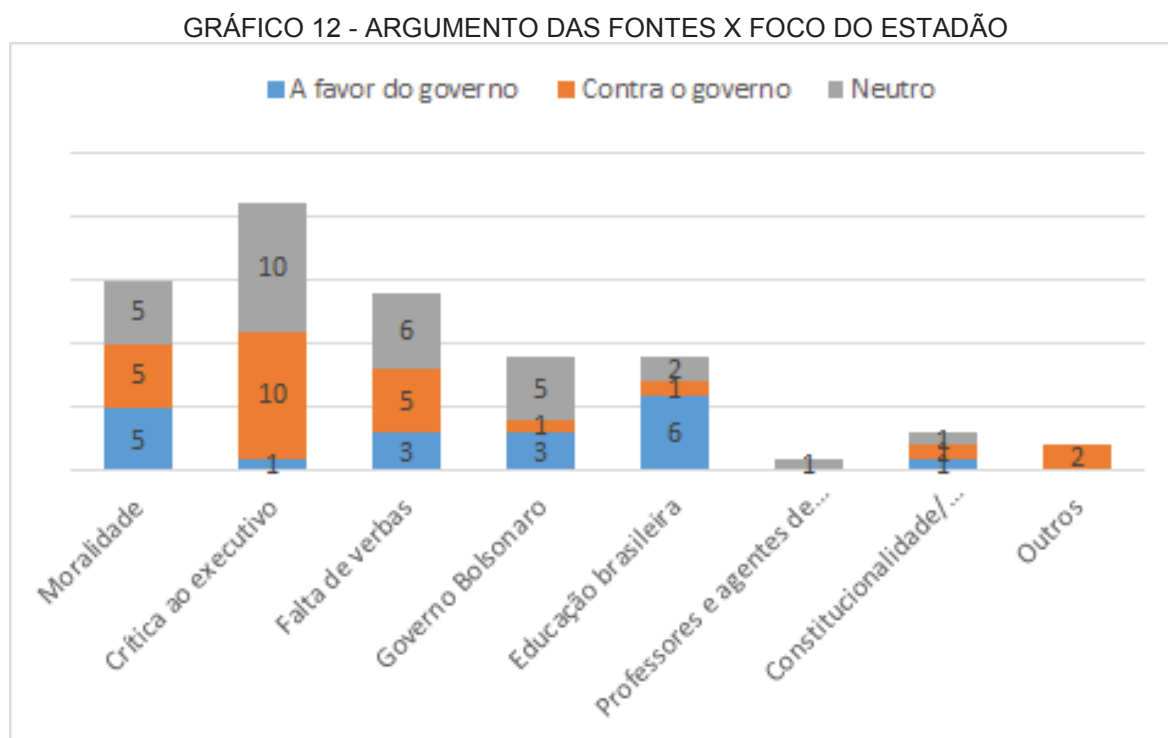
Quando os jornalistas do Estadão entrevistaram fontes do campo da educação (instituição), 9 notícias foram neutras, seguidas de 7 notícias contra o governo e 3 notícias a favor do governo. Já quando os entrevistados foram do campo da educação (estudantes), não houve notícias a favor do governo e foram encontradas 4 notícias neutras e 3 notícias contra o governo.

Quando as fontes são do campo do judiciário, foram encontradas 2 notícias neutras, 2 notícias contra o governo e 1 notícia a favor do governo. Já as fontes de oposição ao Governo Bolsonaro tiveram 2 notícias com foco contra o governo e 2 notícias neutras. A fonte da sociedade civil contou com uma notícia contra o governo e outras fontes teve 1 notícia a favor do governo e 1 contra o governo.

5.2.9 Argumento das fontes X Foco do Estadão

Neste cruzamento analisamos se os argumentos utilizados pelas fontes entrevistadas influenciaram no foco que o jornal deu à notícia.

O Gráfico 12 nos mostra as matérias do Estadão e o foco dado a cada uma das categorias criadas para os argumentos utilizados pelos entrevistados.



FONTE: O autor (2021).

Observando os resultados encontrados nesse cruzamento, é possível verificar que o argumento de críticas ao executivo totalizou 21 matérias, sendo 10 notícias neutras, 10 notícias contra o governo e 1 a favor.

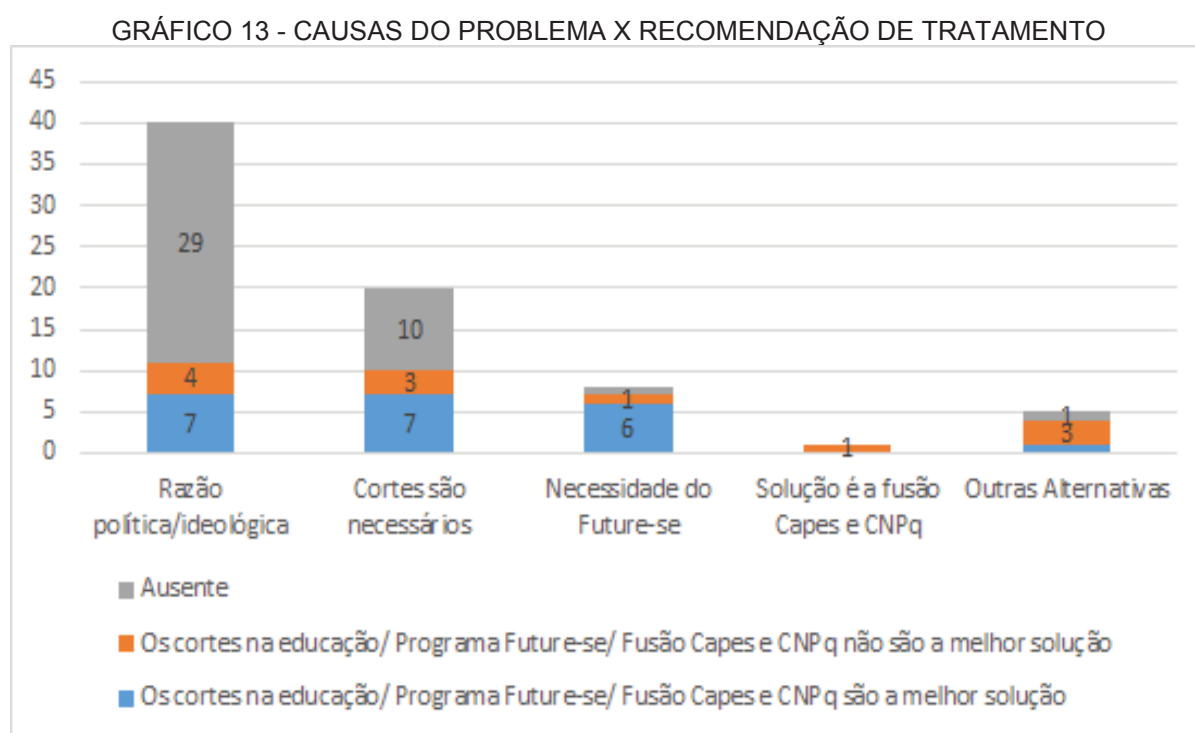
Com 15 matérias na categoria moralidade, obtivemos 5 notícias neutras, 5 notícias contra e 5 a favor do governo. Já quando o argumento é falta de verbas, encontramos 6 notícias neutras, 5 notícias contra o governo e 3 a favor dele. Na categoria sobre o Governo Bolsonaro, 5 matérias do jornal apresentaram foco neutro, 1 notícia contra o governo e 3 notícias a favor.

Na categoria educação brasileira, dentre as 9 matérias encontradas, 6 delas tiveram o foco a favor do governo, 2 matérias neutras e 1 notícia contra o governo. No argumento constitucionalidade/inconstitucionalidade tivemos 3 notícias resultando

1 com foco neutro, 1 notícia com foco a favor do governo e 1 notícia com foco contra. Já na categoria professores e agentes de ensino houve apenas 1 notícia com foco neutro em relação ao governo. Outros argumentos resultaram em 2 notícias com foco contra o governo.

5.2.10 Causas do problema X Recomendação de tratamento

O cruzamento realizado com as variáveis “Causas do Problema” (V3) e “Recomendação de Tratamento” (V5) procurou investigar se havia uma solução para o problema definido pelo jornal em suas notícias. O Gráfico 13 relacionou as categorias das causas do problema encontradas com as recomendações de tratamento:



FONTE: O autor (2021).

Os resultados obtidos a partir desse cruzamento, mostraram que nas notícias nas quais a causa do problema foi apontada pelo jornal como “razão política/ideológica” houve 29 notícias sem nenhuma recomendação de tratamento, 7 notícias em que “os cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq são a melhor solução” e 4 notícias em que “os cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq não são a melhor solução”.

Já para a causa do problema “cortes são necessários” 10 matérias do jornal não trouxeram recomendações de tratamento, 7 notícias em que “os cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq são a melhor solução” e 3 notícias em que “os cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq não são a melhor solução”. A causa do problema “necessidade do Future-se” trouxe 6 notícias em que a recomendação é que “os cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq são a melhor solução”, 2 notícias sem recomendação de tratamento e 1 matéria “os cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq não são a melhor solução”.

A categoria “solução é a fusão Capes e CNPq” apresentou 1 notícia com a recomendação “os cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq não são a melhor solução”. Já a categoria “outras alternativas” apresentou 3 matérias “os cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq não são a melhor solução”, 1 notícia “os cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq são a melhor solução” e 1 notícia sem recomendação de tratamento.

A partir desse resultado, percebe-se que O Estado de S. Paulo não fez recomendação de tratamento na maioria das matérias analisadas sobre a crise na educação de 2019. Na categoria “razão política/ideológica” como causa do problema, a ausência de uma solução é grande se comparado com as notícias que tiveram alguma recomendação. A categoria “necessidade do Future-se” foi a única em que o programa foi considerado pelo jornal como a melhor solução.

Por fim, a análise de enquadramento noticioso nos mostrou, assim, que a cobertura jornalística d'O Estado de S. Paulo durante a crise na educação de 2019 privilegiou fontes oficiais do governo federal ainda que os argumentos utilizados, sejam eles, por outras fontes ou no próprio texto da notícia, foram contrários às ações realizadas, sejam nos cortes na educação, na tentativa da implantação do programa Future-se ou na fusão da Capes e CNPq, indicando que os entrevistados eram consultados primeiramente, para depois serem confrontados com o restante da notícia.

As causas do problema - os cortes - foram inegavelmente maiores por razões políticas e ideológicas, visto que o Governo Bolsonaro possui forte viés ideológico voltado para a extrema-direita e suas promessas de campanha, antes das eleições, já deixavam claro as mudanças que realizariam caso fossem eleitos. Do mesmo modo como ocorre na questão das fontes e os argumentos utilizados, aqui o Estadão

apresenta essas razões políticas e ideológicas como causas para os problemas existentes nas matérias, embora quando analisamos o julgamento moral, o jornal não o faz na maioria das notícias.

A solução para o problema nas publicações é por muitas vezes ausente e não faz qualquer menção e não uma recomendação de tratamento para resolver durante essa “crise”. Já o foco geral que trouxemos como última variável, mostrou que O Estado de S. Paulo considerou a formalidade existente nos padrões do jornalismo e assim procurou trazer uma neutralidade na maioria das notícias analisadas.

Visto que o enquadramento noticioso pode nos trazer mais elementos quando realizado cruzamentos entre as variáveis, elencamos quatro cruzamentos para esse estudo que nos proporcionou o entendimento de que quando confrontadas as principais fontes e seus argumentos, a maioria são membros do governo apresentando argumentos sobre falta de verbas para manter as universidades federais, por isso os cortes, e da mesma forma quando é tratado o tema do Future-se e a fusão Capes/CNPq. Na sequência aparecem argumentos sobre moralidade que envolve toda a esfera bolsonarista quando precisam justificar mudanças radicais ou cortes (FIGURA 19).

FIGURA 19 - ESP (15/05/2019)

ESTADÃO

Política

Twitter, Facebook, LinkedIn, Email, Print, Comment icons

“Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, disse Weintraub em [entrevista exclusiva publicada na edição do Estado](#) do dia 30 de abril.

De acordo com Weintraub, a **Universidade de Brasília (UnB)**, a **Universidade Federal Fluminense (UFF)** e a **Universidade Federal da Bahia (UFBA)** já haviam sido alvo de cortes e outras poderiam sofrer com o bloqueio se adotassem o mesmo comportamento. Na ocasião, ele deu exemplos do que considerava “bagunça”: “Sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus”.

FONTE: O Estado de S. Paulo (2019).

Quando o cruzamento apresenta os atores e o foco geral do jornal Estadão, observamos que quando a fonte é ligada ao Governo Bolsonaro, o foco dado é maior a favor do governo do que o contrário, embora quando há a presença de outras fontes que não as oficiais, ou não apresenta foco favorável ou é ausente. Da mesma forma

foi observado quando cruzados os argumentos das fontes e o foco geral do jornal, houve uma dissolução maior do “foco neutro” quando observado através do cruzamento anterior. Nesse sentido, é possível verificar que quando há críticas ao governo, o foco ou é contra ou é neutro.

No último cruzamento, que envolveu as causas do problema e a solução para ele, observamos que as “razões políticas e ideológicas” e “os cortes são necessários” não houve recomendação de tratamento. Entretanto, quando a causa é “necessidade do Future-se”, a recomendação é favorável ao governo na maioria das vezes.

Portanto, em nossa análise foi verificado que apesar das fontes oficiais serem as mais utilizadas no enquadramento do jornal O Estado de S. Paulo durante a crise da educação de 2019, os argumentos foram contrários às ações realizadas pelo governo. Isso é coerente com a postura do jornal, uma vez que apresenta no geral um enquadramento hesitante em relação às medidas do MEC, oscilando entre legitimar as propostas do governo e ao mesmo tempo endossar algumas críticas, como se fosse uma recomendação médica para uma doença, cujo remédio é amargo, porém necessário, ainda que com efeitos colaterais indesejáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como a imprensa tradicional brasileira ao longo de toda sua história vem tratando o jornalismo como um uma prática cotidiana de opinião e política mostra que as direções para avançar em uma autonomia maior dos profissionais dentro dessas empresas continua difícil.

Por “autonomia jornalística” não se entende “liberdade de imprensa” nem do “poder do jornalista” e menos ainda do jornalismo como “quarto poder”, mas a influência sobre os mecanismos do campo jornalístico, cada vez mais sujeito às exigências da sociedade e do mercado (leitores, audiência, anunciantes) em primeiro lugar sobre o jornalista e, em seguida, em parte por meio dele, sobre os diferentes campos. (SCHMITZ, 2018, p. 74)

Além do mercado, a visão dos grandes empresários e elites políticas no país interferem diretamente na forma do leitor pensar. O avanço surpreendente das mídias digitais e as informações disponibilizadas quase em tempo real por meio das redes sociais têm atraído cada vez mais um público para esse modelo, porém a enxurrada de desinformação e *fake news* disponibilizadas nesse meio, faz ainda acreditarmos que uma “imprensa tradicional”, ou seja, já consolidada e conhecida há muitos anos, traga credibilidade maior para os acontecimentos.

O jornal O Estado de S. Paulo, um dos jornais mais antigos ainda em circulação no Brasil, considerado conservador e pró-mercado, possui um papel importante em nossa sociedade e a empresa entende que a partir de seus editoriais possa interferir na política nacional baseado na confiabilidade que possui entre seus leitores há décadas.

Por isso, essa pesquisa pretendeu analisar as publicações da crise na educação que ocorreu no ano de 2019, quando o Governo Bolsonaro tomou medidas radicais contra universidades e institutos federais, cortando verbas, congelando bolsas de pesquisa. Além disso, a crise estendeu-se com a tentativa de implantar o programa Future-se, que entre muitos pontos, pretendia contratar professores sem concurso e cobrar mensalidade dos estudantes. Por fim, o MEC também tentou a fusão entre a Capes e CNPq, o que gerou muita repercussão negativa entre trabalhadores da educação.

Assim, nosso objetivo geral da pesquisa era verificar como as notícias do Estadão enquadraram esses momentos de crise na educação e para isso, utilizamos

como metodologia a teoria de enquadramento com base nos trabalhos de Robert Entman (1993). O autor entende que a saliência apresentada na notícia pode trazer informações mais significativas para o entendimento dos *media effects*, ao identificar essa saliência através das fontes, das causas, recomendações de tratamento e julgamentos morais. Além disso, também incluímos os argumentos das fontes e o foco que O Estado de S. Paulo deu para suas matérias durante o período analisado e isso foi importante para compreender que nem sempre a quantidade de fontes indica seu ponto de vista privilegiado. O Estadão não defende explicitamente o governo; defende o princípio de que a educação gera um gasto muito grande ao Estado e que, talvez, um programa como o Future-se pode amenizar esse problema.

O nosso primeiro objetivo específico buscou identificar quais foram os enquadramentos construídos pelo jornal a respeito do tema da crise na educação de 2019 e foi possível verificar que o Estadão, mesmo com a tendência existente hoje na imprensa de uma informalidade maior para conquistar leitores, principalmente no mundo virtual, cumpriu com a formalidade de um jornal tradicional impresso e manteve-se relativamente neutro em relação às matérias produzidas durante o período analisado, na medida em que equilibrou a apresentação das propostas e as críticas a elas.

O segundo objetivo específico procurou identificar as fontes ouvidas pelos jornalistas para a elaboração do conteúdo noticioso. Foi verificado que as fontes oficiais, ou seja, as fontes do governo, foram priorizadas pelos jornalistas durante a cobertura do Estadão. Paralelamente a isso, os argumentos das fontes apresentaram contrariedades às ações realizadas pelo governo durante a crise. Como terceiro e último objetivo específico dessa pesquisa, verificamos como as fontes direcionaram o enquadramento e assim foi possível identificar que um total de 48,6 % foram fontes ligadas ao Governo Bolsonaro, mas apesar disso o foco do jornal manteve um equilíbrio em relação ao direcionamento, com um total de 40,5% das notícias neutras. Nesse sentido, é preciso apontar um aspecto da metodologia da pesquisa: a maior quantidade de citações de fontes do governo não caracterizou um endosso do jornal. E isso só foi possível verificar a partir da observação dos argumentos das fontes. O tom era favorável a alguma mudança, mas não necessariamente àquela proposta nos termos do MEC.

Isso acaba por confirmar a hipótese da pesquisa, de que a linha editorial do jornal O Estado de S. Paulo segue uma postura na qual o aspecto econômico e

conservador da atividade jornalística na empresa tende a editorializar o trabalho de reportagem, interferindo na autonomia e independência do jornalismo. A escolha dos entrevistados, ou seja, as fontes principais das matérias do jornal priorizou fontes oficiais do governo, até como padrão do modelo jornalístico, apesar de mostrar pontos de divergência de outras fontes, como professores e instituições, sua maioria foi do governo. Mas o problema não era o diagnóstico do governo, com o qual tendeu a concordar (falta de verbas, necessidade de cortes), mas o seu prognóstico (medidas ruins de ministros desastrados).

As matérias indicaram que as fontes e argumentos utilizados pelos profissionais do jornal estudado mostraram que a crise foi gerada por essa incompetência do governo, o que cedeu espaço a seus críticos - os atingidos pelos cortes e outras medidas. Quase como um lamento.

A falta de um posicionamento maior por parte do Estadão mostra que o jornal segue, de fato, tentando mostrar uma neutralidade em relação aos acontecimentos. Isso fica evidente no esforço pelo valor do equilíbrio das fontes, ainda que as fontes do governo sejam numericamente maiores. Aparentemente não há como afirmar que o Estadão apoiou o governo nem que tenha se colocado como oposição às medidas. O Estadão é pró-mercado e não pró-governo.

Durante todo o caminho percorrido, procurou-se analisar o enquadramento do jornal e assim chegou-se a tais respostas estudando os textos das notícias do jornal, porém sabemos que existem limitações na própria técnica (PRUDENCIO; RIZZOTTO; SAMPAIO; 2017) e futuros estudos podem ser aprimorados através de uma abordagem metodológica que envolva também a análise visual e a análise narrativa, como é o caso do enquadramento multimodal (WOSNIAK et al, 2014).

Essa pesquisa espera contribuir para que novas análises a respeito dessa crise na educação brasileira, que começou em 2019, mas ainda não terminou, possa ser discutida também durante os outros anos de mandato do Governo Bolsonaro e suas ações no MEC. Um aspecto inescapável é a confluência entre crise da educação e crise sanitária decorrente da pandemia por coronavírus que assolou o mundo a partir de 2020. Sem aulas presenciais, as universidades foram novamente atacadas, dessa vez porque estariam sem atividades. No entanto, a corrida pela vacina depende da produção científica universitária, um dilema que confunde as redações e que pode ser explorado em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ANDES. **Programa Future-se representa a extinção da Educação Federal Pública**. 28/10/2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3uj1hUV>>. Acesso em: 10 maio 2021.
- ALBÆK, E. et al. **Political Journalism in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- AGOSTINI, R. **MEC desiste de cortes em universidades por ‘bagunça’ e diz que todas sofrerão contingenciamento**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 de abril de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3wtEJm7>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.
- AGOSTINI, R. **MEC cortará verba de universidades por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 de abril de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3hIFsLW>> Acesso em: 15 de agosto de 2020.
- AHRENS, J. M. **Trump e as ‘fake news’ atacam de novo**. El Pais, Washington, 07 maio de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3wtZpud>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.
- ALBUQUERQUE, A. **A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares**. Comunicação & política, v. 1, n. 1, p. 23-40, 1994.
- _____. **Another "Fourth Branch": press and political culture in Brazil**. Journalism, v. 6, n. 4, p. 486-504, 2005. Acesso em: 28 de janeiro de 2021
- _____. **Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidentes ao Jornal Nacional**. E-Compós, 16(2). 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.30962/ec.813>>. Último acesso em: 15 out. 2020.
- ALLCOTT, H; GENTZKOW, M. **Social media and fake news in the 2016 election**. Journal of Economic Perspectives: Pittsburgh: American Economic Association, v. 31, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://stanford.io/2RvC9NE>>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.
- AZEVEDO, F. A. F. de. **A grande imprensa brasileira. Paralelismo e Antipetismo (1989-2014)**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2016.
- BATESON, G. **Steps to an ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology**. Northvale: Aronson, 1987.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.
- _____. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3wx7EWd>>. Acesso em: 20 abril 2021

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e. Denise Moreno. Choses dites. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

CAMPOS, L. A. **A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, nº 3, dezembro, 2014, p. 377-406. Disponível em: <<https://bit.ly/2RBb4bK>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, A. C. **O Caso da Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas**, Niterói: Editora da UFF, Nitpress, 2013.

CHALABY, J. K. **Journalism as an Anglo-American invention: A comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s**. European Journal of Communication, v. 11, n. 3, p. 303–326, 1996.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

D'ANGELO, P. **News Framing as a Multiparadigmatic research program: a response to Entman**. Journal of Communication, V.52, p. 870-888, dezembro, 2002.

DIMENSTEIN, G. **O Estadão faz o ataque mais duro de um jornal contra Jair Bolsonaro**. Catraca Livre, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3yx0WRM>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

EILDERS, C. **Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany**. The International Journal of Communications Research, v. 24, n. 3, p. 301–328, 1999.

ENTMAN, R. M. **Framing: Toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication. V. 43, n. 4, p. 51-58. 1993.

FABRÍCIO, G. B. **O Jornal Nacional da Rede Globo e a construção do cenário de representação da política** - .Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, 1997.

FERRARI, J. F. **O processo de bolonha e os cortes na educação superior do governo bolsonarista: considerações a partir de textos jornalísticos**. Ensaios Pedagógico. Sorocaba, SP, n. 2, v. 3, p. 69-7, maio/ago, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3yM2aJa>>. Acesso em: 25 maio 2021.

FERREIRA, S. **Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)**. Críticas, Brasília, DF, n.36, v.18, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2QQULY3>>. Acesso em: 25 maio 2021.

FISCHER, K. **'Locating Frames in the Discursive Universe'** Sociological Research Online, vol. 2, no. 3. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3uhUYkN>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

FONTES, G. **Linha editorial e atores políticos na produção noticiosa: uma análise de enquadramento da cobertura de Folha e Estadão sobre o uso de crack em São Paulo entre 1991 e 2016**. Dissertação (Mestrado Ciência Política) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3u6Cp2z>>. Acesso em: 20 out. 2020.

FÓRUM. **Ministro da Educação: “Pode estudar Filosofia? Pode. Com dinheiro próprio”**. 26/04/2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2QRotfk>>. Acesso em: 25 maio 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUSER, I. **O Estadão e a diplomacia do “pragmatismo responsável”**. Comunicação: Tecnologia e Política. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3u9iVdU>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021

GAMSON, W; MODIGLIANI, A. **Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach**. American Journal of Sociology. V. 95, p.1-37, 1989.

GIOLO, J. **O Future-se sem futuro**. Direitos, Trabalho e Política Social, Cuiabá, v. 6, n. 10, p. 261-350, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/34ILpqq>>. Acesso em: 25 maio 2021.

GITLIN, T. **The whole world is watching: mass media and the making and unmaking of the new left**. Berkeley: University of California, 1980.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper. 1974.

_____. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

GOMES, M. **O conceito de enquadramento noticioso nos estudos publicados em periódicos científicos (2013-2016)**. Intercom. 40º congresso. Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3oGf86O>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

GUERRA, J. L. **Neutralidade e Imparcialidade no Jornalismo - Da Teoria do Conhecimento à Teoria Ética**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXII, 01-25, 1999. Disponível em: < <https://bit.ly/3oHtCTJ> > . Acesso em: 06 de dezembro de 2020.

HANGAI, L. A. **A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação**. Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, UFPR. 2012.

IYENGAR, Shanto. **Framing responsibility for political issues: The Case of Poverty**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

KAHNEMAN, D; TVERSKY, A. **Choices, values, and frames**. Cambridge University Press. p. 341-350. 1984.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: An introduction to its methodology** (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage. 2004.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

LEAL, P. M. V. **News Frames no Jornalismo Político Brasileiro: Análise de enquadramento da cobertura do escândalo dos Sanguessugas**. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3hKyC8z>>. Acesso em 20 nov. 2020.

LEAL, P. M. V. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso**. Revista Compólitica 2007. Rio de Janeiro, 2007

LYCARIÃO, D; MAGALHÃES, E; ALBUQUERQUE, A. **Noticiário “objetivo” em liquidação: a decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 1-19, maio, junho, julho e agosto de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3oOjbhv>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

MAIA, R. **Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 2, p. 303-340, jul. /dez, 2009.

MANCIBO, D. **Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior**. Educ. Soc. Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out. /dez, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3wwy2j5>>. Acesso em: 25 maio 2021.

MARQUES, F. P. J.; MONT'ALVERNE, C. **What are newspaper editorials interested in? Understanding the idea of criteria of editorial-worthiness**. Journalism, p. 1–19, 2019.

MAZZONETTO, C. V. **O enem como política pública de avaliação: construção e ou (des)construção do currículo escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em educação. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3wA0TmL>>. Acesso em: 20 out. 2020.

MEC. **Ministro da Educação envia carta a escolas do Brasil**. Assessoria de Comunicação do MEC. Brasília, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2SACZZv>>. Acesso em: 10 maio 2021.

MELO, A. A. S.; SOUSA, F. B. **A agenda do mercado e a educação no Governo Temer**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, ago. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/34iO9Vw>>. Acesso em 25 maio 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, 2012.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. L. **"The Agenda-Setting Function of Mass Media"**. In: *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 36, nº 2, 1972, p. 176-187.

MONT'ALVERNE, C. **A imprensa como agente interessado na reforma política: um estudo sobre a cobertura noticiosa e editorial de Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo (1989-2017)**. 2020. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3hJDFX1>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, V; ESTEVAM, H. **A crítica à razão no pensamento de Theodor Adorno e Horkheimer**. *Cadernos Zygmunt Bauman*, São Luís, vol. 6, num. 11, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3hGlph5>>. Acesso em: 10 de nov. de 2020

NETTO, R. C.C.N. **O "Quarto Poder" e censura democrática**. *Observatório da Imprensa*, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2QCbluq>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

O ESTADO DE S. PAULO. **Código de Conduta e Ética**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/codigo-etica/codigo-de-etica.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2019.

PAGE, B. I. **Speedy Deliberation: Rejecting "1960s Programs" as Causes of the Los Angeles Riots**. *Political Communication*, v. 12, n. 3, p. 245–261, 1995.

PALHARES, I. **'Não podem economizar nem uma migalha?', diz ministro sobre universidades federais no Congresso**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07 de maio de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3wrlbii>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista: Jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três estrelas, 2012. 367 p.

PONTES, J. A. **Histórico do Estadão**. *Estadão*, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti8.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PORTO, M. **"Framing the 2000 US presidential election: the coverage by the Brazilian media"**, trabalho apresentado à 51a. Conferência Anual da International Communication Association (ICA), Washington D.C., Estados Unidos, 25 a 28 de maio de 2001.

_____. **Enquadramentos da mídia e política.** In: RUBIM, A. C. (ed.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador; São Paulo: Edufba e Ed. Unesp, 2002.

POZOBON, R. O; SCHAEFER, R. **Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual.** Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 16, n. 3, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2S9Epdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

PRUDENCIO, K; RIZZOTTO, C; SAMPAIO, R. **Tudo Normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff.** C&S – São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 111-130. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/349bOr2>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. **A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do "impeachment" de Dilma Rousseff.** Contracampo, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 08-36, ago. 2018/nov. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3ywBiN0>>. Acesso em 10 nov. de 2020.

ROSA, C. **Políticas públicas para a educação superior no governo Lula.** Poíesis Pedagógica, Goiás, v. 11, n. 1, p. 168–188. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3uodQym>>. Acesso em: 25 abril 2021.

ROSÁRIO, L. **A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto ultra-neoliberal.** Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS), São Luís, v. 6, n. 2, p. 28-49, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3umCnni>>. Acesso em 25 maio 2021.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SANTOS, V. S. **O ser humano e Deus: O giro antropológico moderno em “O ser e Deus” de Paul Tillich.** 2017. 212 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3ywBiN0>>. Acesso em: 10 nov. de 2020.

SCHEUFELE, D. **Framing as a theory of media effects.** Journal of Communication, p. 103-122, 1999.

SCHMITZ, A. **Os graus de autonomia do jornalista brasileiro.** 2018. 228 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2QF2SH5>>. acesso em: 21 maio 2021.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções.** Florianópolis: Insular, 2009.

SOUSA, A. **A retórica da verdade jornalística. Biblioteca online de ciências da comunicação.** Portugal, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/3vbmhyn>>. Último acesso em: 10 de nov. 2020.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TOLEDO, C. N. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TUCHMAN, G. **Making news: A study in the construction of reality**. Free Press. 1978.

_____. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas**. In: TRANQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega. p. 74-100, 1993.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. **"The framing of decisions and the psychology of choice"**. Science, nº 211, p. 453-458, 1981.

VIMIEIRO, A. C; DANTAS, M. **Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia**. Revista Lumina, 3(2):1-16, 2009.

WARDLE, C. **Fake news : understanding media and misinformation in the digital age**. The MIT Press, 2020. Series: Information policy. Edited by Melissa Zimdars, Kembrew McLeod. Cambridge: Massachusetts, 2020.

WINSTON, B; WINSTON; M. **The Roots of Fake News – Objecting to Objective Journalism**. Routledge: New York, 2021.

WOSNIAK, A; LÜCK, J; WESSLER, H. **Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change**. Environmental Communication, 2014.

APÊNDICE 1 – CORPUS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS

Nº	Editoria	Manchete	Data
1	educação	MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA	30/04/2019
2	educação	MEC desiste de cortes em universidades por 'bagunça' e diz que todas sofrerão contingenciamento	30/04/2019
3	educação	Especialistas veem punição em corte de recursos para universidades acusadas de 'balbúrdia'	30/04/2019
4	educação	Universidades acusadas de 'balbúrdia' tiveram melhora de avaliação em ranking internacional	30/04/2019
5	educação	Deputados falam em judicializar bloqueio de verbas para universidades	30/04/2019
6	educação	Ministro da Educação diz que universitário custa o mesmo que dez alunos em creche	01/05/2019
7	educação	'O corte de verba praticamente inviabiliza a UFF', afirma reitor	02/05/2019
8	educação	Rede entra com ação no STF contra cortes em universidades federais	03/05/2019
9	educação	Na contramão do discurso oficial, MEC congela R\$ 2,4 bi da educação básica	04/05/2019
10	educação	Bloqueio do MEC atinge mestrado e doutorado	05/05/2019
11	educação	Estudantes protestam por mais de três horas contra Bolsonaro no Rio	06/05/2019

12	educação	'Não podem economizar nem uma migalha?', diz ministro sobre universidades federais no Congresso	07/05/2019
13	educação	Acadêmicos do exterior criam manifestos contra medidas de Bolsonaro	07/05/2019
14	educação	USP, Unesp e Unicamp sofrem corte de bolsas de mestrado e doutorado 'ociosas' por 15 dias	08/05/2019
15	educação	Ninguém vai cortar recursos da Educação 'por maldade', diz Bolsonaro	08/05/2019
16	educação	Ministro compara verba para Educação com 'chocolatinhos'	09/05/2019
17	educação	Capes mantém 'bloqueio preventivo' de quase 3,5 mil bolsas e reabre outras 1,3 mil	09/05/2019
18	educação	Corte no orçamento de universidades será julgado por plenário do STF	10/05/2019
19	educação	Força Nacional cerca prédio do MEC em véspera de protesto contra cortes	14/05/2019
20	educação	Ministro da Educação diz ser favorável à entrada da polícia nas universidades	14/05/2019
21	educação	Pais, alunos e professores de escolas particulares aderem à paralisação em defesa da educação	14/05/2019
22	educação	Universidades e escolas paulistas aderem a paralisação contra cortes	14/05/2019
23	educação	Cortes sucessivos de verbas provocam autoexílio de cientistas no exterior	14/05/2019

24	política	Líderes de partidos falam em recuo nos cortes na Educação, mas governo nega	14/05/2019
25	política	Planalto é derrotado e Câmara convoca ministro para explicar cortes na Educação	14/05/2019
26	brasil	Manifestação contra cortes na educação termina em confronto e incêndio no Rio	15/05/2019
27	educação	Manifestantes ocupam Avenida Paulista contra cortes na educação	15/05/2019
28	educação	Bolsonaro chama manifestantes contra cortes na educação de 'idiotas úteis' e 'massa de manobra'	15/05/2019
29	educação	Manifestações contra cortes na Educação levam milhares às ruas em todo o País	15/05/2019
30	educação	Paralisação deve atingir 75 instituições federais; MEC não descarta novos cortes	15/05/2019
31	educação	'Balbúrdia' do ministro virou inspiração nas faculdades	15/05/2019
32	política	Protestos de rua contra cortes na Educação elevam desgaste do governo	15/05/2019
33	política	Entenda o que levou a 'balbúrdia' às ruas de todo o País	15/05/2019
34	política	Mourão critica comunicação do governo ao falar sobre bloqueio de recursos na educação	15/05/2019
35	educação	Do hino à balbúrdia: MEC, um ministério em constante crise	16/05/2019
36	política	Menções ao 'tsunami da educação' tiveram pico no Twitter após fala sobre 'idiotas úteis'	16/05/2019

37	economia	Governo tentará poupar Educação e Saúde do próximo bloqueio de recursos	17/05/2019
38	educação	Decreto cria polêmica em universidades	17/05/2019
39	educação	Bolsonaro volta a chamar manifestantes de 'ídiotas úteis'	18/05/2019
40	economia	Após protestos, governo usa reserva para reduzir bloqueio de recursos da Educação	22/05/2019
41	educação	Em encontro com Weintraub, professores protestam com livros de Paulo Freire	25/05/2019
42	política	Manifestantes pró-Bolsonaro arrancam faixa a favor da educação em Curitiba	26/05/2019
43	política	AGU defende bloqueio de 30% das universidades federais	28/05/2019
44	educação	Manifestações dos estudantes são pela Educação, afirmam entidades	29/05/2019
45	política	Atos contra cortes na Educação atingem ao menos 25 Estados e DF	30/05/2019
46	política	Procuradoria entra com ação de R\$ 5 mi contra Weintraub por 'balbúrdia'	30/05/2019
47	política	Força Nacional fará segurança do MEC nesta quinta, dia de protestos pelo País	30/05/2019
48	política	Oposição a Bolsonaro estima adesão menor a novos protestos	30/05/2019
49	educação	Capes bloqueia mais 2,7 mil bolsas de pesquisa	04/06/2019

50	educação	AGU prepara recurso no TRF-1 para garantir bloqueio de verbas de universidades	08/06/2019
51	educação	Corte de bolsa, transporte e bandeirão: como o bloqueio afeta a vida de universitários	15/07/2019
52	educação	Programa para universidades federais captarem recursos será lançado nesta 4ª	16/07/2019
53	educação	Reitores avaliam que Future-se, anunciado pelo MEC, é vago e pedem mais informações	17/07/2019
54	educação	MEC anuncia programa Future-se e prevê aporte de R\$ 102 bi com verbas privadas em universidades	17/07/2019
55	educação	Quais são as mudanças previstas pelo MEC no financiamento das universidades? Entenda o Future-se	18/07/2019
56	educação	Sem verba, CNPq suspende novas bolsas	24/07/2019
57	educação	Cobrança em universidades federais não traz resultados práticos, diz Weintraub	30/07/2019
58	educação	UFRJ anuncia que não pretende aderir ao Future-se, projeto do MEC	09/08/2019
59	educação	Estudantes protestam contra cortes do governo Bolsonaro na educação; veja locais	13/08/2019
60	educação	MEC vai prorrogar prazo de consulta pública do 'Future-se'	14/08/2019
61	educação	Weintraub espera adesão de 1/4 das universidades federais ao Future-se	20/08/2019
62	educação	MEC bloqueia mais verbas e corte já afeta 11,8 mil bolsas de pós-graduação	02/09/2019

63	educação	MEC vai cortar recurso da Capes e federais terão mesmo orçamento	02/09/2019
64	educação	UFRJ anuncia cortes para se adequar à redução do orçamento	04/09/2019
65	educação	MEC vai exigir contratação de professor sem concurso para universidade que aderir ao Future-se	23/09/2019
66	educação	Maioria das universidades federais rejeita Future-se, do MEC	25/09/2019
67	educação	Análise: Future-se é potencialmente interessante, mas ainda não está maduro	27/09/2019
68	educação	MPF ingressa com ação judicial para MEC refazer consulta pública sobre Future-se	09/10/2019
69	educação	Governo Bolsonaro estuda fundir Capes e CNPq; plano de unir órgãos de pesquisa opõe ministérios	11/10/2019
70	educação	Para aderir ao Future-se, universidades terão compromisso de redução de gasto com professores	15/10/2019
71	educação	MEC quer entregar projeto de lei do Future-se ao Congresso até 8 de novembro	16/10/2019
72	ciência	Nossa posição é ter CNPq e Capes separados, diz ministro; verba de bolsas deste ano está garantida	17/10/2019
73	ciência	Agência fruto da fusão Capes-CNPq pode ser administrada pela Presidência	11/11/2019
74	educação	'Errei na forma de abordar os reitores', diz secretário do MEC sobre o Future-se	07/12/2019

APÊNDICE 2 - LIVRO DE CÓDIGOS

Este livro de códigos é uma ferramenta para a análise de enquadramento noticioso na cobertura jornalística do Jornal O Estado de S. Paulo (Estadão) durante a crise na educação de 2019. Este é um livro adaptado do livro de códigos realizado para a codificação das notícias a respeito do impeachment de Dilma Rousseff (RIZZOTTO, PRUDENCIO e SAMPAIO, 2016) em um enquadramento multimodal, sendo extraído a parte da metodologia de análise do enquadramento noticioso.

1 AMOSTRA

A análise será feita em todas as reportagens coletadas sobre o tema escolhido, no portal do Estadão (www.estadao.com.br), no período de abril de 2019 a dezembro de 2019.

A coleta inicial é feita pela ferramenta de busca do portal com os termos “educação”, “cortes”, “balbúrdia”, “contingenciamento”, “future-se”, “capes”, “CNPq”, dentro das editorias que o jornal digital disponibiliza para consulta do acervo.”. Devem ser coletadas todas as reportagens de todas as editorias.

Cada reportagem deve seguir um padrão de identificação. Considere a sigla ESP e a data de publicação da reportagem. Veja o exemplo abaixo:

FIGURA 1 – REPORTAGEM ESTADÃO (04/06/19)



Fonte: O Estado de S. Paulo (2019)

A identificação da reportagem, deve ser: ESP_040619. Se houver mais de uma reportagem publicada sobre o tema no mesmo dia, considera-se identificar com letras após a data, por exemplo: ESP_040619a.

2 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

A análise do enquadramento noticioso segue a proposta de Robert Entman, que explica que *“Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma determinada definição de problema, interpretação causal, avaliação moral e / ou recomendação de tratamento para o item descrito”* (ENTMAN, 1993, p.52, tradução nossa).

V1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ATORES [PROB_ATOR]		
Nesta variável, elencam-se os atores que tem maior espaço de fala na notícia, contando os atores que têm suas falas, pensamentos ou ações reproduzidas em discurso indireto (pelo jornalista). Não devem ser marcados aqui os atores que são somente citados.		
99	Ausente	A notícia é essencialmente descritiva e não há o uso de fontes.
01	Governo Bolsonaro e aliados políticos	A notícia dá espaço de fala para o Ministério da Educação, Bolsonaro, Mourão, Abraham Weintraub ou seus aliados políticos.
02	Oposição ao Governo Bolsonaro	A notícia dá espaço de fala para partidos políticos, senadores e deputados de oposição ao governo Bolsonaro.
03	Campo da educação (instituição)	A notícia dá espaço de fala para instituições de ensino, Reitores, Professores e outros profissionais da educação.
04	Campo do judiciário	A notícia dá espaço de fala para ministros ou juizes do Supremo Tribunal Federal, MPF, Procuradoria-geral, polícia federal e afins.

05	Campo da educação (estudantes)	A notícia dá espaço de fala para estudantes, ex-estudantes, representantes estudantis.
06	Sociedade civil	A notícia dá espaço de fala para cidadãos comuns, ligados a organizações, representantes de movimentos sociais, artistas, intelectuais e celebridades em geral.
07	Outro	Caso o ator não seja nenhum dos descritos acima, marque o código 07 e faça a identificação do ator por escrito.

V2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – ARGUMENTOS DA FONTE [PROB_ARGU]		
Aqui deve ser assinalado o código que represente o argumento da fonte entrevistada que se apresenta com mais força na notícia em questão. Ainda que possam ser identificados mais de um argumentos, deve-se marcar o mais representativo.		
01	Moralidade	Quando os argumentos envolvem questões de julgamentos pessoais, normas de conduta, questões envolvendo ideologias.
02	Crítica ao executivo	Argumentos da fonte que trazem crítica ao Governo Bolsonaro quanto a forma de executar os cortes na educação/Future-se/Fusão Capes e CNPq.
03	Falta de verbas	Este código é utilizado quando o argumento do entrevistado se direciona para a falta de verbas para a educação ou para o governo.

04	Governo Bolsonaro	Quando os argumentos trazem apoio as ações do governo ou críticas específicas, podendo ser diretamente ao executivo ou a pasta da educação.
05	Educação brasileira	Argumentos que discutem a educação como um todo, no âmbito social.
06	Professores e agentes de ensino	Código utilizado quando a fonte é composta por falas sobre professores e agentes de ensino, tanto para apresentar críticas ou apresentar valorização da categoria.
07	Constitucionalidade/ Inconstitucionalidade	Quando os argumentos tratam da constitucionalidade ou Inconstitucionalidade sobre os cortes/Future-se/Fusão Capes e CNPq.
08	Outros	Considera-se quando o argumento da fonte não se encaixa em nenhum dos códigos acima.

V3 CAUSAS DO PROBLEMA [CAUSAS]

As causas do problema são indicações dadas pelo jornalista (seja textualmente, seja pela seleção de fontes e vozes retratadas) das razões que originaram o problema em questão.

99	Ausente	A notícia não apresenta as causas para o problema.
----	----------------	--

01	Razão política/ideológica	Esta causa está presente naquelas notícias em que as razões políticas e/ou ideológicas são apresentadas como principais razões dos acontecimentos descritos.
02	Cortes necessários são	Esta causa está presente quando é noticiado que o Governo não tem verba para manter as IF's
03	Necessidade do Future-se	Quando a causa é devida a falta de um projeto, como o programa Future-se
04	Solução é a fusão Capes e CNPq	A causa é solucionada com a fusão Capes e CNPq
05	Outras alternativas	Notícias que mostram que as manifestações realizadas não são nem contra e nem a favor do governo, repercutindo uma neutralidade em relação à política.

V4 JULGAMENTO MORAL [JULGAM]

Falamos aqui do julgamento moral por parte do jornalista, ainda que esse julgamento apareça através da seleção das fontes e citações. Em algumas matérias podem aparecer mais do que um julgamento moral, nesse caso deve ser selecionado o código predominante. Em caso de dúvida, a decisão deve ser orientada na seguinte ordem hierárquica: chamada, gravata/bigode/linha fina e lide.

99	ausente	A notícia não apresenta julgamento moral.
01	Razões políticas e/ou ideológicas	Quando a notícia critica o fato dos cortes na educação/Programa Future-se/Fusão Capes e CNPq forem por razões políticas /ou ideológicas

02	Falta de gestão	Quando a notícia apresenta a falta de gestão do governo Bolsonaro diante do que está noticiado.
03	Sem julgamento	Quando as matérias do jornal são escritas de forma neutra, com ausência de posicionamento ou não é possível identificar o motivo que levou aos cortes, a implantação do Future-se ou a Fusão Capes e CNPq.

V5 RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO [SOLUC]

A recomendação de tratamento aparece quando a notícia propõe/indica alguma solução para o problema. Geralmente, estará na parte final do texto. Mesmo que apareçam os dois lados, se houver predominância evidente de um, deve-se assinalar um dos códigos.

99	ausente	A notícia não realiza recomendações de tratamento.
01	Os cortes na educação/ Programa Future-se/ Fusão Capes e CNPq são a melhor solução	A notícia direciona à interpretação de que o os cortes realizados, ou a implantação do Programa Future-se ou a Fusão Capes e CNPq são a melhor solução para o momento.
02	Os cortes na educação/ Programa Future-se/ Fusão Capes e CNPq não são a melhor solução	A notícia direciona à interpretação de que o os cortes realizados, ou a implantação do Programa Future-se ou a Fusão Capes e CNPq são a melhor solução para o momento.

V6 FOCO GERAL DO ESTADÃO [FOCO_EST]

Nesta última variável, verificamos o foco de um modo geral dado pelo jornal na notícia analisada. Deve-se assinalar um dos três códigos abaixo:

01	A favor do governo	Quando a notícia tende a ser a favor do governo
02	Contra o governo	Quando a notícia tende a ser contra o governo.
03	Neutro	Quando a notícia possui neutralidade em relação ao fato noticiado.